Portal do Discente

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS

EMITIDO EM 12/05/2023 11:16

# Termo de Autorização para Publicação de Teses e Dissertações Eletrônicas (TOE) na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a UFPI a disponibilizar este TEDE sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra abaixo citada, conforme permissões assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir do dia 28/11/2022

**1. Identificação do material bibliográfico**

Dissertação

**2. Identificação da Dissertação**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Autor: | VICTOR RODRIGUES DE ALMEIDA | | | Matrícula: 20201000540 *( identificador )* |
| Telefone: | 85 32462307 | | | |
| Identidade: | 2009010346303 - SSP - CE/CE | CPF: | | E-mail: vitorrodrigues010@hotmail.com |
| Orientador: | FRANCISCO DE ASSIS DE SOUSA NASCIMENTO | CPF: | 710.431.603-53 | E-mail: franciscoufpi@gmail.com |
| Membro da banca: | FRANCISCO DÊNIS MELO | CPF: | 411.079.263-00 | E-mail: _melo_denis@uvanet.br |
| Membro da banca: | FRANCISCO GLEISON DA COSTA MONTEIRO | CPF: | 448.623.853-20 | E-mail: gleison.monteiro@ufpi.edu.br |
| Membro da banca: | FABIO LEONARDO CASTELO BRANCO BRITO | CPF: | 021.285.543-30 | E-mail: fabioleobrito@hotmail.com |
| Membro da banca: | FRANCISCO DE ASSIS DE SOUSA NASCIMENTO | CPF: | 710.431.603-53 | E-mail: franciscoufpi@gmail.com |
| Data da Defesa: | 28/11/2022 | | | Titulação: Mestre |
| Título: | A CONSTRUÇÃO DA "VILLA DE SÃO PEDRO DE IBIAPINA": DE POVOADO À CONSTITUIÇÃO DO PODER POLÍTICO LOCAL (1869 - 1890) | | | |
| Instituição de Defesa: | Universidade Federal do Piauí/UFPI | | | CNPJ: 06.517.387/0001-34 |
| Afiliação: | | | | CNPJ: |
| Palavras-chave: | Povoado. Vila. Miguel Soares e Silva. Retirantes | | | |

**3. Agência de Fomento**

NÃO INFORMADO

**4. Informação de acesso ao documento**

Liberação para publicação: **Total**

Victor Rodrigues de Almeida
Assinatura do autor

12/05/2023
Data

**Havendo concordância com a publicação eletrônica, toma-se imprescindível o envio em formato digital da tese ou dissertação.**

**ATENÇÃO**

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **/sigaa/documentos/** informando o identificador, a data de emissão e o código de verificação **4e5d02e23b**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRA - CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL

VICTOR RODRIGUES DE ALMEIDA

# **A CONSTRUÇÃO DA *"VILLA DE SÃO PEDRO DE IBIAPINA"*:** DE POVOADO À CONSTITUIÇÃO DO PODER POLÍTICO LOCAL (1869 - 1884)

**Teresina – PI**
**2023**

VICTOR RODRIGUES DE ALMEIDA

# A CONSTRUÇÃO DA *"VILLA DE SÃO PEDRO DE IBIAPINA"*: DE POVOADO À CONSTITUIÇÃO DO PODER POLÍTICO LOCAL (1869 - 1884)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, sob a orientação da Professor Doutor Francisco de Assis de Sousa Nascimento, para a obtenção do grau de Mestre em História do Brasil.

**TERESINA – PI**
**2023**

VICTOR RODRIGUES DE ALMEIDA

# A CONSTRUÇÃO DA *"VILLA DE SÃO PEDRO DE IBIAPINA"*: DE POVOADO À CONSTITUIÇÃO DO PODER POLÍTICO LOCAL (1869 - 1884)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, sob a orientação da Professor Doutor Francisco de Assis de Sousa Nascimento, para a obtenção do grau de Mestre em História do Brasil.

**BANCA EXAMINADORA**

_____
Prof. Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento (Orientador)
Universidade Federal do Piauí.

_____
Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro (Examinador Interno)
Universidade Federal do Piauí.

_____
Prof. Dr. Francisco Denis Melo (Examinador Externo ) Universidade Estadual Vale do Acaraú.

_____
Prof. Dr. Fábio Leonardo Castelo Branco (Suplente Interno)

**TERESINA – PI**
**2023**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família pela apoio emocional prestado nos momentos mais difíceis desse cenário pandêmico. Igualmente pela força que depositaram em mim para continuar estudando, trabalhando, conquistando meus espaços nessa selva capitalista. Não é fácil viver com autismo. Agradeço a minha esposa Raquel, pelo imenso amor e carinho que me concede gratuitamente.

Sou grato aos meus amigos por estarem sempre comigo, em todas as horasde alegria e aflição, e por suportarem um sujeito melancólico.

Ao professor Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento, pela paciência, generosidade e acessibilidade a minha pessoa, sou profundamente agradecido, um homem sábio e de um coração sensível. Mesmo em circunstâncias limites e horários ermos, mostrou-se sempre presente. Lamento e lamento profundamente que a pandemia tenha impossibilitado a convivência concreta nos corredores do CCHL. Fomos todos vítimas, de alguma forma, desse panorama viral que atingiu nossas vidas. Só temos a agradecer a Deus por estarmos aqui e agora. Agradeço ao Professor Gleison, homem profundamente bondoso, sábio e pronto a ajudar.

A todos os colegas do mestrado de História da Universidade Federal do Piauí pela acolhida. Principalmente Kércia, Nara, Ítalo, Romário, Caio e Cláudio, cuja amizade e simpatia recíproca formou-se nas primeiras aulas do mês de Março, de 2020. Ressalto aqui meu agradecimento ao Ítalo, Romário e Caio por ter compartilhado com vocês um mês de moradia em Teresina e, surrealmente, pagarmos sete meses de aluguel na "esperança" das aulas voltarem – mesmo estando nós - em nossas cidades. Fomos corajosos, mesmo diante das incertezas e da desaceleração que a pandemia imprimiu em nossas almas, encontramos forças para estudar e escrever.

Agradeço a todos os professores do Programa de História do Brasil da UFPI. São professores sábios, humanos e compreensivos. Pude aprender muito nas disciplinas nas quais cursei. Em especial ao Johny e Fábio, professores que transmitem uma atmosfera de acolhida e liberdade.

Gratidão ao Sr. Bosco, historiador tianguaense, e profundo conhecedor da história da Ibiapaba como todo. Aprendi muito com suas histórias e anedotas.

Obrigado ao Maico Xavier, pelos diálogos e apoio para seguir em frente.

Sou grato aos meus colegas de trabalho, mesmo diante de tantas demandas educacionais, apoiaram-me para não desistir da minha missão com a educação básica, com os jovens. Sim! Amo a educação básica, ensinar nesse universo, e para ela que busco aprimoramento e qualificação. É a minha sina, meu caminho.

**DEDICATÓRIA**

**In memoriam da minha mãe, vitimada pelo câncer, que amou a vida de tal maneira, que não me fez desistir de viver.**

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – As 16 vilas criadas no Ceará no período Colonial.....34

Figura 2 – Cordel em homenagem ao personagem Zé da Luz.....54

Figura 3 – Relação das famílias de retirantes chegadas em S. Pedro.....77.

Figura 4 – Antiga Cadeia Pública do de Ibiapina.....89

**LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Topônimos de Ibiapina – CE no decurso histórico.....35

Quadro 2 – Autoridades com prerrogativas de criar vila na História do Brasil.....59

Quadro 3 – Divisão político-administrativa e eclesial do povoado de *S. Pedro de Ibiapina* em 1869, ano da tramitação do projeto 22°, que visava conceder o título de vila a povoação.....61

## ANEXOS DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 – Fotografia de época do coronel do Miguel Soares.....100

Foto 2 – Busto do chefe político Miguel Soares.....101

Foto 3 – Fotografia de época de Pedro Ferreira de Assis.....102

Foto 4 – Raquel Carvalho Ferreira e Pedro Ferreira de Assis.....103

Foto 5 – Busto de Pedro Ferreira de Assis.....104

**SUMÁRIO**

**Introdução**.....13

O encontro com o objeto.....13
Capítulos e Documentação.....
A Imprensa provincial cearense como fonte: breve notas teórico-metodológicas.....25.

**Capítulo I -A invenção da *Villa de São Pedro de Ibiapina:* a imprensa cearense, a palavra e o poder**.....31

1.1. Terminologias político-territoriais do Brasil Imperial e os topônimos atribuídos ao município de Ibiapina - CE no decurso do tempo: algumas notas.....31
1.2 As controvérsias do topônimo "Ibiapina".....35
1.3 Ibiapina no contexto do Ceará colonial.....37
1.4. Um povoado sob o espectro do crime: assassinatos, emboscadas e violência.....46
1.5 O crime e a violência como um dos fatores de petições para o surgimento de vilas no Império: O povoado de S. Pedro na mira da violência provincial.....52
1.6 *"S. Pedro de Ibiapina quer ser villa, cidade quer ter freguezia, quer ser tudo":* favorecimentos e objeções em torno da proposta de criação da *Villa de São Pedro de Ibiapina*.....59

**Capítulo II – A História na Literatira: o povoado de S. Pedro no romance *Santa***.....67

2.1. A ibiapaba nas conjunturas das estiagens: breve esboço das representações da seca de 1877 – 1879 na História e na literatura "regionalista Ibiapabana".....67

2.2. A literatura acerca da seca na Ibiapaba: o curioso caso do romance histórico "Santa".....70

**Capítulo III – A família Soares e Silva: elevação e instalação da villa de S. Pedro de Ibiapina**.....73

3.1 "A comissão da fome" e a atuação de Miguel Soares na Imprensa provincial cearense.....80
3.2. "Depois da Seca, o triunfo": elevação e instalação da villa de S. Pedro de Ibiapina.....85

**Considerações Finais.**.....92

**Fontes e Referênci**.....93

**Anexos**.....100

## RESUMO

Esta dissertação objetiva compreender o processo de emergência político -administrativo do povoado de *São Pedro de Ibiapina*, em sua transição a condição de vila. Escolhendo como recorte temporal os anos de 1869 - 1884, no contexto do Ceará Provincial. O trabalho reporta-se brevemente a temporalidade do Ceará colonial com fins de situar melhor a discussão. O texto procura fornecer definições das principais unidades político-territoriais (povoado, vilas, cidades e comarcas) que integravam o Império do Brasil, assim como suas finalidades políticas. Promovemos também um debate em torno da proliferação da violência e assassinatos na povoação de *S. Pedro*, e o uso desses ilícitos como "excedente argumentativo" para que o estado imperial ali (povoado) se faça presente. Discutimos a respeito dos debates ocorridos nas sessões da assembleia Provincial Cearense no que tange o *projeto n° 22*, redigido pelo deputado provinciano Miguel Soares e Silva, filiado ao partido dos Chimangos (liberais). Tal projeto tratava-se uma petição de elevação à vila do povoado em questão, apresentado entre seus pares, e precisando da aprovação de três sessões para torná-lo homologado pelo presidente da província. O trabalho, igualmente, debruça-se em analisar as condições e as transformações sociais perpassadas pelo povoado na conjuntura da seca de 1877-1879. Para assim, compreender os efeitos humanitários decorrentes das estiagens no povoado de S. Pedro, tais como: retiradas, saques, fome, conflitos. Promovemos um debate ligado a uma "cadeia improvisada" construída de madeira, designada "O Tronco", que localizava-se na povoação, assim como mostramos à tona: um cotidiano de "cabras valentes" e de conflitos diversos no território que hoje abrange o município de Ibiapina - CE. As fontes que dão subsídio para existência desse leque de acontecimentos históricos e de problemas pretéritos levantados, encontramos na hemeroteca digital da biblioteca nacional (site); Documentos do arquivo público do Ceará (APEC); Livros de época (bibliografias raras); Obras de memorialistas diversos; E livros de historiografia local.



**PALAVRAS-CHAVE :** Povoado. Vila. Miguel Soares e Silva. Retirantes**.**

## ABSTRACT

This dissertation aims to understand the process of political and administrative composition of the village of São Pedro de Ibiapina, in its transition to the status of village, choosing as a time frame the years 1869 - 1884, in the context of Provincial Ceará. The work briefly reports the temporality of colonial Ceará in order to better situate the discussion. The text seeks to provide definitions of the main political-territorial units (towns, villages, cities and districts) that made up the Empire of Brazil, as well as their purposes. We also promote a debate around the proliferation of violence and murders in the town of S. Pedro, and the use of these crimes as an "excess argument" for the imperial state to be present there. We discuss about the debates that took place in the sessions of the Provincial Assembly of Ceará regarding the project n° 22, written by the provincial deputy Miguel Soares e Silva, affiliated to the Chimangos party (liberals). This project was a petition for the elevation of the village in question, presented among its peers, and requiring the approval of three sessions to make it ratified by the president of the province. The work also focuses on analyzing the condition and social transformations that permeated the village in the context of the drought of 1877-1879. We also aim to elucidate and understand the humanitarian effects resulting from the droughts in the town of S. Pedro, such as: withdrawals, looting, hunger, conflicts. We promoted a debate linked to an "improvised jail" built of wood, called "O Tronco", which was located in the village, as well as we show the surface: a daily life of "valiant goats" and various conflicts in the territory that today encompasses the municipality of Ibiapina - CE. The sources that support the existence of this range of historical events and past problems raised can be found in the digital library of the national library (website); Documents from the public archive of Ceará (APEC); Period books (rare bibliographies); Works by several memoirists; And local historiography books.



**KEYWORDS**: Settled. Village. Miguel Soares e Silva. Withdrawals

*Nasci sujeito como os outros a erros e a defeitos, mas nunca ao erro de querer compreender só com a inteligência.*

***Fernando Pessoa***

## Introdução

*"Ser exato*
*destrói"*..

Gonçalo. M.
Tavares**.**

**(Breves notas**
**sobre ciência).**

## O encontro com o objeto de estudo

É árduo sustentar uma vida organizada, pautada em agendas, compromissos quando se tem um país em "mal lençóis", mesmo que seu tempo esteja findando. Quando o próprio futuro torna-se turvo e sem garantias concretas. Esta pequena epígrafe permeada de significados, direta e "combativa", do escritor português Gonçalo Tavares é, por sinal, profundamente extemporânea se a ligarmos aos valores da produção científica contemporânea, marcada ainda um por cartesianismo sutil, às vezes implícito/explícito e sequioso de tornar cada palavra, cada problema, cada ideia: algo diurno, reluzente e transparente.

Esta dissertação fora realizada sob a sombra de incomensuráveis problemas de ordem: psicológica, familiar, vivênciais, empregatícia. Em virtude desse leque de peripécias existenciais, é natural que as palavras e as problemáticas levantadas no decurso do texto estejam carregadas de ambivalências[1], "ilogismo", paixão, abatimentos do corpo e ritmos de escrita distintos.

As contradições também movem o conhecimento humano, o imperativo da eficiência, da adesão de uma linguagem técnica e especializada ininterruptamente exigem do pesquisador uma autovigília de si que o "destrói"[2], que o torna robótico, que o torna mera peça à encaixar-se nas engrenagens das burocracias acadêmicas. Os

textos são emanações da carne[3], espelham aspectos de nosso ser-aí-no-mundo[4], são "retratos" dos êxitos e infortúnios da vida.

[1] Sobre isso ver: "A linguagem transparente é formal; sim, uma linguagem puramente mecânica, operacional, que elimina toda ambivalência [...] A coerção por transparência nivela o próprio ser humano a um elemento funcional de um sistema. Nisso reside a violência da transparência. Uma total iluminação iria 'carbonizar' a alma e, provocar nela uma espécie de Burnout psíquico". HAN, Byung-Chul. **Sociedadeda transparência.** Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 3.

[2] "O que destrói mais rapidamente do que trabalhar, pensar, sentir sem necessidade interna, sem uma profunda escolha pessoal, sem *prazer*? como autômato do "dever? É a própria *receita* da *décadence"*. NIETZSCHE, Friedrich. **O Anticristo**. Trad. Paulo Cesár de Sou za. São Paulo: Cia. das Letras, 2007. p. 11.

A história, como ciência elegante[5] é o lugar de intersecção epistemológica de muitos saberes, lugar de encontro com a poesia, com a epopeia, com o romance, com as *Belas-Letras*. Mas também flerta com as flores espinhentas da modernidade científica, em alguma medida com: a razão, a invenção da ordem, o modelo argumentativo de expor seus resultados, a adesão da dimensão teórica.

Iniciar uma pesquisa histórica é como saltar para um trem, num dado espaço, tempo e clímax da experiência humana no tempo. Digo saltar – porque tais trilhos estão em movimento, e podem direcionar-nos a outros contextos que nem sempre constituem nosso interesse de investigação. Por isso, recortamos esse "trilho temporal" dos eventos humanos em percursos menores, mas isso não nos impossibilita de percorrermos caminhosque não nos interessa visando compreendo melhor o que nos propomos compreender. Entretanto, os descaminhos fazem-se presentes, as lacunas, os tecidos rasgados, as dúvidas deslizantes. Não há caminhos retos, nem métodos absolutos, nem mesmo perguntas definitivas[6].

No bojo dessas mudanças, o texto histórico é visto como uma possibilidade, uma máquina cuja peças podem ser revisadas, corrigidas. Visto que a história é uma aposta no homem.

[3] Ver: MERLEAU-PONTY, Maurice. **O olho e o espírito**. In: col. Os Pensadores: São Paulo: Abril editorial, 1984.
[4] HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Trad. de Fausto Castilho. São Paulo: Vozes, 2012.
[5] GAY, P. **Freud para Historiadores.** Trad. Osmyr Faria Gabbi Júnior. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989
[6] Lembremo-nos dessa interessante provocação: "[...] a História possui objetos e sujeitos porque os fabrica,inventa-os, assim como o rio inventa o seu curso ao passar". ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **História: a arte de inventar o passado.** Bauru/SP: Edusc, 2007. p. 29.

[7] A despeito das aversões de Dosse, não enxergamos com indisposição a expansão e o estilhaçamento da História em diferentes interesses de estudo, seus diálogos com outros campos. Não temos medo de sacudirde nossos ombros a crença Ocidental na verdade e na imutabilidade do ser - crenças essas que, segundo Nietzsche, é responsável por expulsar das palavras o seu caráter mutável, de pensar as coisas como devir, encarando assim, a História como um repositório de "palavras duras como pedras". A História, colocada àserviço de dar conta de narrar a "Marcha da Civilização", sendo o lócus do "Espírito Absoluto que desdobra-se no tempo", como quis Hegel - revelou-se cúmplice de: projetos nacionalistas, de poderes instituídos, da euforia do progresso, do "fardo do homem branco", das guerras sangrentas sob égide do lucro, da morte calculada nos campos de extermínios sob as bênçãos da razão instrumental. Torna-se interessante a história se apresentar como uma aposta na humanidade. A respeito do tema ver: LYOTARD, Jean François. **A Condição Pós-Moderna**. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. 5ª ed. José Olympio Editora: Rio de Janeiro, 1998.
homem.

A História é uma forma de saber humanista por excelência, encontra-se no terreno movediço das interpretações. Não há mais uma verdade essencial a ser perseguida,a escravizar[8] o pesquisador nos ardores de uma vida ascética[9], a carregar o sacerdócio da razão.

Nós, historiadores, enquanto estudiosos dos homens no tempo, não estamos ilhados na sociedade na qual dá-se a erosão de nossas vidas. A construção de nossas narrativas está, evidentemente, ligada ao presente e a vida privada do pesquisador. Nossas inquietações provêm dos desafios desse presente, uma vez que toda criação historiográfica tem um lugar social[10], contém concepções de mundos e sentidos lançados às sociedades precedentes.

Apesar das "amarras científicas" e institucionais de uma da disciplina[11] acadêmica – a narrativa histórica é atravessada pelas afecções[12] dos historiadores, nossos textos são brechas sobre as quais o desejo e o poder[13] ganham expressividade escriturária, não há como expulsar da linguagem as ambivalências. O historiador (a), enquanto intérprete e criador de sentidos acerca da existência humana no tempo: tem corpo, é uma vida constituída por vulcanizações de necessidades de toda ordem. O historiador nem sempre está imerso nos livros, como um homem do cotidiano tenderá a lançar um olhar para além do seu *métier*.

[8] Sobre: "[...] Alguém que se especializa em matemática, física, filosofia, antropologia, literatura, geografia, e biologia pode ser apenas um multiplicador de disciplinas, em seu sentido mais fraco. Pode serapenas um multiplicador de sua própria escravidão, um multiplicador ensimesmado de corcundas, já que, como diria Nietzsche, "todo especialista tem sua corcunda". MONTEIRO, A. **É preciso aprender a ficar(in)disciplinado.** *Anais do VI Simpósio em Literatura, Crítica e Cultura*, Universidade Federal de Juiz de Fora, maio de 2012. p. 4.

[9] No ponto de vista de Foucault, "[...] O parentesco do historiador remonta a Sócrates. [...] O historiador pertence à família dos ascetas". FOUCAULT, Michel. **Nietzsche, a Genealogia e História. In: Microfísica do Poder**. 11ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993. p. 21.

[10] Redijo este texto como um homem imenso num ambiente campestre, cheio de interesses profundamenteligados a minha cidade, e completamente apartado de alguma cobiça acadêmica. Ver: CEARTEAU, Michelde. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

[11] Entende-se aqui por disciplina, a crítica efetuada por Michel Foucault, na sua célebre aula inaugural no Collège de France. Conceituando disciplina de um dado campo como: "A disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que a forma de uma reatualização permanente das regras". Ver: FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inauguralno Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012. p. 36.
[12] Ver: DELEUZE, Gilles. **Crítica e Clínica.** São Paulo: Ed. 34, 1997.
[13] "Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e poder". FOUCAULT, Michel. Op. cit. p. 10.

O conhecimento histórico vem passando por significativas ampliações das abordagens no estudo dos acontecimentos humanos, desde meados do século XX: inúmeras teorias, técnicas, métodos e interpretações do fazer historiográfico. As ideias de uma suposta totalidade histórica, onde os acontecimentos "encaixavam-se" coerentemente em nossos textos, onde as metanarrativas[14] ocidentais dariam conta de explicar a complexidade dos eventos humanos – perdeu de alguma forma, crédito no âmbito acadêmico. Nesse sentido, faço minha escolha, optamos aqui, por uma abordagem que privilegia a história local[15]. Não negligenciando as devidas ligações com as conjunturas regionais e nacionais. A história é um discurso interessado, uma vez que as histórias se encontram, se combatem.

Entretanto, somos sutilmente tributários da filosofia hegeliana (XIX). Os historiadores preocuparam-se em adotar um olhar universal ao lidarem comos processos históricos. Os ditames de um século obcecado encontrar na história "o desdobrar-se do espírito no tempo", sua evolução sem cessar, a "Marcha da civilização" rumo ao progresso - tal perspectiva totalizante e universalista, incorporou-se no fazer historiográfico europeu e, mais tarde sua extensão se fez sentir nos historiadores ocidentais do século XX: cuja a tendência manifestou-se na indisposição de reconhecer como válido trabalhos que versassem a respeito de microanálises de realidades históricas. Em vista disso, e contra isto, neste trabalho optamos por debruçarmo-nos no universo elementar das análises históricas, dando ênfase a uma pequena cidade da região[16] da Ibiapaba[17].

Esta, cantada por poetas, descrita por cronistas e viajantes, tema de diários de padres jesuítas e seculares; cartografada e definida por diversos geógrafos nacionais e estrangeiros; registrada por memorialistas; objeto de análise de historiadores e sociólogos[18]; É, sobretudo, o cenário e espaço de nosso objeto de estudo, a saber, a historicidade do município de Ibiapina – Ceará, na segunda metade do século XIX. É importante pontuar que, a dissertação aqui presente, nasceu de um olhar vesgo em direção a destacar (Ibiapina), ou seja, um outro *lócus* de estudo no âmbito da produção

histórica acerca das cidades da Ibiapaba: que tenderam a sobrevalorizar o município de Viçosa do Ceará. Esta, esbanjando as estantes e publicações na região da Ibiapaba em relação a sua história.

Cumpre contribuir com este estudo, para alimentar os anseios de auto-compreensão histórica dos ibiapinenses e interessados, àqueles tão carentes de um estudo historiográfico atualizado a respeito de si mesmos. Nessa direção, procuremos colaborar para a compreensão da história do munícipio cearense citado, marcado por ausência de estudos historiográficos profundos. O contato com a história de Ibiapina – CE , advém do trabalho monográfico apresentado na Universidade Estadual Vale do Acaraú, sediada em Sobral – Ceará, cujo o título *era "As Representações da Seca de 1877 no Romance Santa",* em 2015.

---

[14] Ver: LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. 5 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

[15] "Em seu célebre artigo sobre a "História Local", Pierre Goubert chama atenção para o fato de que a emergência da História Local nos anos de 1950 [...] Ao trabalhar em suas pequenas localidades, os historiadores poderiam desta maneira fixar sua atenção "em uma região geográfica particular, cujos registros estivessem bem-reunidos e pudessem ser analisados por um homem sozinho". Ver: BARROS, José D'Assunção **A expansão da História** / José D'Assunção Barros. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 260.

[16] Em relação este conceito: Definir a região é pensá-la como um grupo de enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes épocas, com diferentes estilos e não pensá-la uma homogeneidade, uma identidade presente na natureza (...) A região é produto de uma batalha, é uma segmentação surgida no espaço dos litigantes. As regiões são aproveitamentos estratégicosdiferenciados do espaço (ALBUQUERQUE Jr., 2011, p. 35).

[17] Ver: "A Cuesta da Ibiapaba, também conhecida como Serra da Ibiapaba, é um planalto sedimentar formado na Era Paleozóica, que se dilata de norte a sul por mais ou menos 212 km de comprimento com 60 de largura, com início nos boqueirões de Viçosa do Ceará, na parte setentrional, até o município de Crateús, onde termina abruptamente numa falha geológica por onde desce o caudaloso rio Poti em direção ao Estado do Piauí. GASPAR, João Bosco. **Conflitos e Conquistas das Igrejas Cristãs reformadas no berço da Missão jesuítica da Ibiapaba.** Tianguá – Ceará: INTA, 2010. p. 32.

Partimos do ponto de que, a História Local pode contribuir para martelar a ideia segunda a qual "somente" as grandes cidades do país, os problemas grandiosos, os "temas da moda", "os problemas importados": são os mais susentíveis de engendrar os acontecimentos marcantes na história. A História Local auxilia a deshierarquiza a importância dos acontecimentos históricos que, muitas vezes, são consagrados academicamente. Escrever história é, em alguma medida, fazer a sua própria aposta, não há uma problemática mais séria ou mais essencial a espreita de um momento certo para emergir, ou vir à tona. Escrever história é reduzir o campo de incertezas, mas não esgotá-las completamente.

[18] Na acepção de Raimundo Girão (1983), a Ibiapaba recebeu diferentes designações ao longo do tempo, de conquistadores à religiosos, de viajantes à estudiosos de diferentes áreas. Todos, à sua maneira a nomearam. Cito alguns exemplos: "Ibiagaba", Fernão Guerreiro. "Buapaua", Gaspar de Sousa. "Buapava",Diogo de Campos Moreno. "Ibuigapa", Pe. Claúdio D'Abbeville. "Goapava", Simão Estácio da Silveira. "Ibyapaba", Pe. José de Morais Teodoro. (Girão, 1983, p. 223).

No entanto, isso não significa dizer que a História Local se auto-explica de modo isolada, ou seja, numa época onde o conhecimento integra-se a uma rede mundial de conexões, se faz imprescídivel o diálogo com as estruturas econômica, política e culturais do recorte temporal de nossos objetos de estudo. A história local, nesse sentido, insere-se numa teia de relações. O historiador Francês Goubert, define, indica-nos o auge, a queda e a revalorização da História Local:

> Denominaremos história local aquela que diga respeito a uma ou poucasaldeias, a uma cidade pequena ou média (um grande porto ou uma capital estão além do âmbito local), ou a uma área geográfica que não seja maior do que a unidade provincial comum. Praticada há tempos atrás com cuidado, zelo, e até orgulho, a história local foi mais tarde desprezada — principalmente nos séculos XIX e primeira metade do XX — pelos partidários da história geral. A partir, porém, da metade desse século, a história local ressurgiu e adquiriu novo significado; na verdade, alguns chegam a afirmar que somente a história local pode serautêntica e fundamentada (GOUBERT, 1988, p. 70).

Com base no exposto acima, pergunto-me: por que pesquisar acerca de Ibiapina no contexto do Brasil Imperial, cidade hoje, localizada no noroeste do estado do Ceará, nos confins da divisa com Piauí? Ora, a história local debruça - se nas dimensões elementares do existir humano no tempo, uma vez que está ancorada em historiar as peripécias históricas mais ligadas ao lugar social do historiador – a saber: a cidade onde nasceu, cresceu, trabalhou, residiu, amou, decepcionou-se, orgulhou-se, sonhou, alegrou-se, lutou-se pela perda de alguém. Enfim, onde deu-se a erosão de sua vida. Os sujeitos históricos que transitam nas páginas desse trabalho, como: a elite política local e latifundiária, camponeses, retirantes e criminosos, integravam, de alguma forma, o presente das pequenas cidades desse Brasil profundo em tempo idos.

A escolha do tema investigado relaciona-se a critérios confessadamente[19] subjetivos, carece de uma justificativa meramente acadêmica, estatal ou qualquer outro leque de fundamentações lógicas. A história é um discurso interessado e, não me coloco

fora de mim, enquanto alguém que tem uma "história comum" com àqueles que compartilho o meu dia a dia, olho a olho, carne a carne, dor e prazer. É para este povo que existe e falta [20] - que encontro forças para redigir.

[19] "Este não é um livro de história. A escolha que nele se encontrará, não seguiu outra regra mais importantedo que meu gosto, meu prazer, uma emoção, o riso, a surpresa, um certo assombro ou qualquer outro sentimento, do qual teria dificuldades, talvez, em justificar a intensidade, agora que o primeiro momento da descoberta passou". FOUCAULT, M. **A vida dos homens infames. In**: Estratégia, poder-saber. Ditos eescritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p. 203.

Nosso trabalho tem como mote a atual cidade de Ibiapina – CE, vista e analisada em diferentes dimensões históricas. Em outras palavras, nossa pesquisa visa historiar a respeito de uma gama de interesses políticos que viabilizaram na segunda passagem do século XIX, a emergência da *Villa de São Pedro de Ibiapina* – cuja condição anterior era de *Discrito/Povoado de São Pedro* – desmembrando, assim, da jurisdição da *Villa de S. Benecdito (em 1878).*

Para esse intento, uma série de indagações metodológicas afloraram: Quais as "condições" para elevar um Distrito/Povoado ao foro de vila? O que significava politicamente a elevação de uma povoação à condição de vila? Quais as classes sociais (parentela política) interessadas nessa mudança de status político? Que grupos foram sujeitados nesse processo? De onde emanavam a ordem e manutenção da hierarquia social? Por quais razões estouravam conflitos e assassinatos? É em torno desse leque de questionamentos, que proponhamo-nos responder e conjecturar uma narrativa histórica. O cenário histórico-temporal no qual nosso objeto apresenta-se: é o Ceará Provincial. A propósito do recorte temporal, inicia-se em1869 e finda-se (1884) em consonância com as limitações temporais que as fontes nos dispõe.

**Marco teórico-metodológico**

Estabelecemos diálogos com as contribuições historiográficas de historiadores como José Murilo de Carvalho[21], Miriam Dolhnikoff[22], Victor Nunes Leal[23] e René Rémond[24], Durval Muniz Albuquerque Junior[25], Michel de Certeau[26], Agnes Heller[27], Michel Foucault[28], entre outros.

[20] "A saúde como literatura, como escrita, consiste em inventar um povo que falta. Pertence à função fabuladora inventar um povo". DELEUZE, Gilles. **Crítica e Clínica. In: A Literatura e a Vida.** São Paulo: Ed. 34, 1997. p. 5.

[21] CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. 4ª ed. Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 2008.

[22] DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**. SãoPaulo: Globo, 2005.

[23] LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**.3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

Ancorado nos trabalhos destes autores, nos lançamos na aventura de arquitetar uma análise histórica que procure abranger as dimensões do local/regional no processo de historicidade política e administrativa da cidade de Ibiapina - CE. Nossos autores, em especial, os historiadores brasileiros, servem-nos de entendimentodo do processo de nascimento do Estado Imperial, da dominação e controle da população "matuta e rústica" por parte das elites provinciais e locais ibiapinense na segunda metade do século XIX.

José Murilo de Carvalho, a respeito da "natureza" do Estado brasileiro no período Imperial, discorre: "a formação do Estado em ex-colônias revestiu-se de complicações adicionais. [...] Um processo que, na Europa, levou séculos para evoluir nelas condensou-se em prazos muito mais curtos".*[29]* Ora, e quem teria sido o principal sujeito social da construção do Estado nos sertões do Brasil anterior e após à nossa independência política? A família tradicional latifundiária, usando ela das câmaras municipais das vilas como instituições legitimadoras de seu poder. A grosso modo, o Estado no Ceará, emergiu da família elitista, e foi essa família a principal reguladora das condutas, dos conflitos e dos costumes da população interiorana no Brasil.

[24] RÉMOMD, René. **Por uma história política.** Trad. Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

[25] ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: As fronteiras da discórdia.** 3° Edição. São Paulo: Edições MMM, 2012. ALBUQUERQUE JUNIOR, DurvalMuniz **História: a arte de inventar o passado**. Bauru/SP: Edusc, 2007. **A Invenção do Nordeste e outras Artes**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2011. ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz De **Amadores a Desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito do conhecimento no Ocidente contemporâneo. In**: Trajetos. Revista de História UFC. Dossiê: Intelectuais e cultura letrada. Vol. 3. N°6. 2005. ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz **Falas de astúcia e de angústia: a seca noimaginário nordestino – de problema a solução** (1877-1922). Dissertação de Mestrado em História do Brasil. Campinas: Unicamp, 1988.

[26] CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: artes de fazer**. Rio de Janeiro; Ed. Vozes, 1998. CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

[27] HELLER, Agnes. **Cotidiano e História.** Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

[28] FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em2 de dezembro de 1970**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola,

2012.FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. FOUCAULT, Michel. **A vida dos homens infames. In: Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. FOUCAULT, Michel. **Nietzsche,a Genealogia e História. In: Microfísica do Poder**. 11ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
[29] CARVALHO. Op.cit.p.33.

O conceito célebre de coronelismo desenvolvido por Victor Nunes Leal [30] e o conceito de "parentela familiar", podem auxiliar-nos no entendimento da gestação do estado cearense e de suas pequenas vilas como emanações do poder político das elites locais no Ceará oitocentista. Ou seja, ao adotarmos o conceito de "coronel" de Victor Nunes, como elemento teórico, uma vez que, era a família desses coronéis, a verdadeira detentora do poder econômico, social e político nas Serras e Sertões do Ceará. Sem o auxílio de seus parentes, cunhados, sobrinhos, tios, irmãos, dependentes, compadres e jagunços, escravos, o "coronel" não era ninguém no âmbito político e, "fisicamente" através do uso da violência. Como bem salientou Peter Burke, "a família não é apenas uma unidade residencial, mas [...] uma unidade econômica, e jurídica" e, mas sobretudo, uma "unidade política".[31]

Para a historiadora Miriam Dolhnikoff, a ideia de *"capital político",* nos quais os grupos políticos locais possuíam no Brasil Imperial para pressionar os centros administrativos das províncias (assembleias provinciais) no intuito que atendessem a suas demandas e interesses clientelistas, isto é, além da formação de um "exército de matutos" dispostos a fazer seus mandos, os coronéis estabeleciam uma rede de contatos com sujeitos políticos da sociedade imperial para atenderem seus interesses. Endossando sobre essas práticas, na acepção de Leal:

> A essência, portanto, do compromisso "coronelista" [...] consiste no seguinte: da parte dos chefes locais, incondicional apoio aos candidatosdo oficialismo nas eleições estaduais e federais; da parte da situação estadual [ou provincial], carta-branca ao chefe local governista [...] emtodos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais [ou provinciais] do lugar (LEAL, 1997, p. 70).

Em decorrência desse "capital político"[32], materializado pelas artimanhas do jogo político, pelas "amizades" nascidas da ambição de gerenciar a máquina pública, pelos laços familiares e tantas outras estratagemas: formavam as redes de influências nas quais os coronéis locais estavam imersos no Ceará provincial. Para os grupos das elites locais, era de grande proveito dispor da "generosidade" de políticos que ocupavam estratos da hierarquia provincial. Assim, garantiam a realização de seus

interesses privados, o provimento de recursos, obras públicas e a representavidade de suas vilas.

[30] LEAL. Op. cit.
[31] BURKE, Peter**. História e teoria social.** Trad. Klauss Brandini Gerhardt, Ronei Venâncio Majer. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 81.
[32] DOLHNIKOFF, Miriam. Op. Cit. 2005.

Cremos que, a política local no Ceará imperial é fundamental para entendermos parcialmente a conjuntura nacional do século XIX. Segundo René Rémond, "o político não constitui um setor separado" da realidade humana, pois "é uma modalidade da prática social" tão relevante quanto qualquer outra[33]. Dentro desta percepção, o estudo do aspecto político de uma dada realidade social é tão válido e necessário quanto o estudo da cultura, das mentalidades, dos gêneros na história, do contemporâneo, da história militar ou quaisquer outro ramo historiográfico. A política é um campo complexo e articulador de diferentes dimensões de uma determinada realidade sócio-histórica. Desta forma, pensar a política, é pensar a historicidade das sociedades, das cidades, dos espaços humanos como *lócus* inerentemente marcados por atritos e soluções provisórias. Assim, discorre Albuquerque:

> Tratar da história da relação que os grupos humanos mantiveram ao longo da história com a terra, com seus territórios, fazer a história da apropriação humana da natureza, dos espaços, é tratar da história das relações como as de posse e propriedade, é tratar das relações de poder,de domínio, de mando, de soberania. Mas é tratar também de como se estabeleceram marcos e fronteiras. (ALBUQUERQUE, Jr., 2012, p. 9)

É necessário compreender que uma dada sociedade está perpassada de conflitos, interesses e poderes simbólicos ligados ao seu território, uma vez que os estabelecimentos humanos são marcados por hierarquias socialmente convencionadas e, aceitas passivamente ou resistentemente. O "território é, segundo José D' Assunção Barros, o "espaço sobre o qual se estabelece alguma forma de poder ou sobre qual se afirma uma determinada identidade"[34]. Os sujeitos históricos atuam através de espaços sociais permeados de significados culturais, políticos, artísticos, simbólicos e identitários. Nesse sentido, sugere Certeau:

> O espaço é um lugar praticado. Assim a rua geometricamente

> definida por um urbanismo, é transformada em espaço pelos pedestres. Do mesmo modo, a leitura é o espaço produzido pela prática do lugar constituído por um sistema de signos – um escrito (CERTEAU, 1998, p. 202).

[33] Rémond, Op. cit. p. 35.
[34] BARROS, José D' Assunção. **Teoria da História**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. p. 43.

O espaço histórico a ser analisado, é mais que o recorte de uma unidade territorial no tempo. O espaço histórico é um lugar de sociabilidades, onde o conjunto de experiências de sujeitos individuais e coletivos se desenvolvem em relação de complementaridade e conflito. Podemos compreender que na formação de um discurso sobre o real (lugares), existem intenções conscientes e inconscientes daquele que produz, pois os indivíduos não estão imunes às influências do convívio social, estando também impregnados de discursos vindos de outros tempos e gerações, os quais estarão também presentes na elaboração da escrita do pesquisador. A filósofa e historiadora Agnes Heller, discorre acerca do conceito de cotidiano e dos sujeitos na exposição de suas experiências:

> A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela colocam-se em 'funcionamento' todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias. (HELLER, 1970, p. 17).

Para Agnes, os indivíduos que compõem uma dada sociedade estão imersos nos sistemas culturais, políticos e econômicos que os formaram socialmente, sendo suas ações mais espontâneas e despercebidas, muitas vezes, reflexos de um todo social. O historiador, munido do documento histórico, analisa como os sujeitos exerciam suas profissões, comportamentos, práticas e sentidos mais elementares da vida cotidiana. Tal postura, é um excelente olhar de compreensão dos significados produzidos por uma determinada sociedade no tempo.

No que concerne ao cotidiano citadino, consideramos necessário apresentar um breve esboço das transformações paradigmáticas no campo da História, no que tange a cidade. Sendo assim, é no século XIX que surge uma nova forma de se pensar a cidade,

a qual passava a ser caracterizada especificamente, como forma de organização social, a partir deste momento a cidade é percebida e analisada de uma maneira mais ampla e reflexiva. A respeito disso:

> Ainda não havia surgido nos períodos anteriores o interesse de desenvolver uma reflexão sobre o fenômeno urbano que estivesse mais firmemente ancorada em uma investigação sistemática, em métodos apropriados, em teorizações capazes de compreender a cidade e o fenômeno urbano em todas as suas dimensões possíveis. Isto é, não havia se manifestado ainda a motivação para transformar a reflexão sobre a cidade em um campo mais específico do saber (BARROS, 2007,p. 9).

Pensar a cidade foi por muito tempo uma atividade dos poetas, cronistas, romancistas, teólogos, arquitetos e filósofos, que buscavam "sentir" essa sociedade, mergulhados em intuições, muitas vezes, aprioristicamente. "Mas neste último caso sempre como um caminho para compreender problemas humanos [...] para pensar os ideais de organizaçãodo mundo político, para impor hierarquias sociais."[35] Em outras palavras: eram interpretações que tedendiam manter a natureza os *staus quo* de suas sociedades.

Ainda no século XIX, se observará as primeiras modificações, surgem cada vez mais os "profissionais de cátedras", isto é, estudiosos como historiadores, sociólogos e antropólogos, ligados as universidades e preocupados em compreender este "viver urbano". Procuravam "decifrar" a história desse meio urbano e suas mudanças, diferenciando-o de outros ambientes, tentando compreender a complexa vida dos indivíduos sociais e suas diversas formas neste meio.

Esse modo de pensar a cidade surgiria com o advento dos *tempos modernos*, com a aceleração urbana e industrial. É neste novo mundo urbano que o homem ocidental começou a pensar cientificamente sobre o espaço, o tempo, a cidade, passando a "refletir sobre a organização da vida cotidiana, sobre as "origens imemoriais" do fenômeno urbano, e sobre as formas históricas de urbanização.

No entanto, é no século XX, que se observará de forma mais intensa as renovações dos estudos da cidade, possuindo uma característica mais geral e complexa. Neste momento, aparecem às preocupações em entender o mundo econômico, os modos de vidados citadinos, as formas urbanas, a organização política e as hierarquias na sociedade - tendo uma preocupação com os conceitos e com o imaginário da cidade, não deixando de lado as relações entre o público e o privado. Assim, a cidade deixava de

ser entendida pelo exclusivo modelo político-institucional, passando a ser percebida de forma mais ampla, com todas as suas complexidades.

Estas contribuições para o desenvolvimento da historiografia demorariam a chegar por completo na produção historiográfica brasileira, em especial na escrita local, a qual, em grande parte deste período (séc. XX), foi elaborada por memorialistas. Assim, a produção historiográfica no Brasil do século XX, seria feita não só pelos historiadores, mas também, teria uma ampla contribuição de vários "historiográfos locais", os quais elaboraram trabalhos relevantes, produzindo uma escrita de fatos solenes e marcantes, mesmo sem especialização na área. E por fazermos menção memorialistas, nosso texto está atravessado por suas contribuições.

[35] Barros. Op. Cit p. 9-10.

**Capítulos e documentação**

O primeiro capítulo, que titulamos **"A invenção da *Villa de São Pedro de Ibiapina:* a imprensa cearense, a palavra e o poder. (1869 – 1877)",** cuja problemática é analisar os interesses das elites locais e a oposição a estes anseios, na ascensão do *Districto de São Pedro de Ibiapina* à condição de *Villa de São Pedro de Ibiapina*, na segunda metade do século XIX. Através da imprensa provincial cearense, essa elite local externalizavam suas intenções políticas, suas objeções no concerne ao Povoado de *S. Pedro.*

O recorte temporal elencado para este fim, abrange quinze anos da história cearense (local), mais especificamente no território que corresponde hordiernamente ao munícipio de Ibiapina – CE[36]. Inicia-se a periodização a partir de 1869, ano que começava a tramitar na *Assemblea Provincial do Ceará,* o *projecto n*° 22[37], redigido pelo deputado provincial Miguel Soares e Silva[38]. E finda-se em 1884, momento no qual o povoado recebe a visita da comitiva do escritor e historiador Antônio Bezerra. Não descartamos no decurso de nossos capítulos, menções a períodos distintos do recorte temporal proposto, uma vez que tais alusões possam auxiliar-nos no entedimento da problemática.

[36] Atual cidade de Ibiapina, localizada no Noroeste do Ceará, na mesorregião 9° da Serra da Ibiapaba. Dista350 km da capital Fortaleza, 120 Km de Sobral e possui como limites, ao norte Ubajara, ao sul São

Benedito, ao leste Mucambo e a oeste o estado do Piauí. Possui uma área de extensão de 333 km2 e 878 mde altitude acima do nível do mar, com uma população de 24.997 habitantes. *Ver:* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Populacional 2019. Ibiapina é uma palavra de origem tupi, vêm de "YPI", Terra e "APIN", Limpa ou lavrar, tem o sentido de "Terra Limpa". Ver: NOGUEIRA, Paulino. **Vocabulário Indígena em uso na Província do Ceará.** Instituto do Ceará. 1887, p. 296.

[37] O documento de petição da elevação do povoado de são Pedro a Vila, denominado de projecto n°22, foraencontrado nas minhas incursões de pesquisa na íntegra. Apenas a alusão de sua existência nas fontes.

[38] Nasceu em Ibiapina em 1844 [...] abastado comerciante e agricultor [...] professor e advogado [...] Foi quem, na sessão de 1878, da Assembléia, apresentou o projeto elevando Ibiapina a categoria de vila, com o nome de S. Pedro de Ibiapina. Faleceu em Ibiapina a 16 de março de 1886 (Aos 42 anos). Ver: GUIMARÃES, Victor Hugo. **Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará.** Fortaleza: Editora Jurídica LTDA, 1951. p. 456.

O segundo capítulo denominamos de ***Retiradas, Saques e Fome:Uma Vila nascida sob a "sombra" da Seca ( 1877 – 1884),*** visamos analisar a atuação das autoridades ibiapinenses frente a chegada de levas de retirantes atingidos pela estiagem da passagem do século XIX, bem como procurar compreender as transformações que o povoado passou resultantes dessa ocupação. Cobiçamos, igualmente, analisar as medidas empreendidas pelas autoridades no que diz respeito a oferta de trabalho aos "indigentes" da seca de 1877–1879, no povoado de *S. Pedro*. No intuito de tal empreitada, dispomos de fontes hemerográficas, bibliográficas e livros de viajantes.

## A Imprensa provincial cearense como fonte: breve notas teórico- metodológicas.

Para o primeiro e segundo capítulo, no intuito de averiguarmos as razões que as elites políticas expunham acerca da (in)viabilidade acerca da elevação do povoado de São Pedro ao foro de vila (1° capítulo), e para entendermos mais adiante o povoado no contexto da seca de 1877 – 1879, e sua transição a vila (2° capítulo): escolhemos os periódicos *Cearense, Pedro II e Constituição* como fontes à ser discutidas para o nosso desenrolar historiográfico.

Apesar das menções mais constantes desses periódicos provinciais cearenses ao logo do trabalho, não desconsideraremos a citação de periódicos de outras províncias do Brasil Imperial, como documento histórico na pista de elucidar nossas problemáticas. A respeito do nascedouro e orientação político-ideológico desses periódicos provinciais cearenses, faz-se necessário pontuar:

> O jornal *Cearense*, "órgão liberal", teve o primeiro número impresso no dia 04/10/1846, domingo, em topografia e escritório instalado em Fortaleza, capital da província cearense. O *Cearense* firmou e circuloudiariamente por quase meio século (45 anos) [...] O jornal *Pedro* II surgiu em 12/09/1840. Na imprensa cearense, o *Pedro II* foi o veículo de informação da política conservadora, "*órgão de oposição ao governo liberal".* [...] Dias após a proclamação da República, mais precisamente em 24/11/1889, o jornal *Pedro II* passou a se chamar *Brazil.* Circulou o *Pedro II* de 1840 à 1889. *Constituição,* publicado emFortaleza, no período de 1863-1889. Órgão dos 'representantes das idéas do partido conservador adiantado, em opposição as idéas pregadas pelo Pedro II, também orgam conservador de Fortaleza. Os conservadores adiantados pregavam 'a idéa de uma possível monarquia constitucional, defendida segundo os princípios do constitucionalismo ficando no liberalismo Clássico". *(*FERNANDES, 2006, p. 18 - 81).

Os periódicos provinciais aqui mencionados, tinham relativa circulação na capitalda Província, Fortaleza e - refletiam orientações políticas, sociais, culturais e econômicas distintas dos problemas da Província do Ceará. O jornal *Cearense* visava em suas edições oferecer "o desejo de estima e de uma boa opinião"[39], "tendo em vista as batalhas através da imprensa local, em "favor" da democracia, da liberdade, do progresso. Princípios que não condiziam com a prática do jornalismo conservador cearense"[40].

Por sua vez, o periódico *Pedro II* procurava demonstrar "criticamente a grandeza do estado imperial, do saber científico e literário do monarca Dom Pedro II [...], as notícias eram sinônimo de "propaganda político-partidário"[41]. Por outro lado, o periódico *Constituição* arrogava- se como imperativo publicitário: "falla-se a verdade"[42]. Porém, na prática, seus redatores se posicionavam contra os liberais na política e tendiam a tecer críticas aos lugarejos mais pobres da província. No que se refere as especificidades das fontes hemerográfica, é importante destacar que:

> O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. Entretanto, ter sido publicado implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como para olocal. (LUCA, 2005, p. 140).

O historiador precisa estar atento ao teor de relevância que os jornais conferem a certos acontecimentos. Inclusive, alertar-se nas notícias que tendem a direcionar-se a alvos políticos. Os jornais *Cearense, Pedro II e Constituição* costumavam noticiar

acontecimentos de caráter político-administrativo, apesar das diferenças ideológicas – todos debruçavam-se na elucidação e difusão permanente de leis decretadas, editais, códigos de postura, correspondências de autoridades, obras públicas, anúncios diversos, as discussões das sessões de autoridades na assembleia provincial e câmaras municipais, etc. Estes acontecimentos oficiais e prosaicos que povoavam o cotidiano da Província cearense, tornavam-se notícias.

---

[39] *Cearense*. Coluna. 13 de dezembro de 1846.
[40] FERNANDES, Ana Carla Sabino. **A imprensa em Pauta: Jornais Pedro II, Cearense e Constituição.** Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006. p. 19.
[41] FERNANDES, Op. Cit, p. 60.
[42] FERNANDES. Ibidem. p. 80.

Com intuito de contribuir na interpretação dos conteúdos das fontes hemerográficas, do filósofo francês Michel Foucault extraímos o conceito de discurso como um arsenal de possibilidades interpretativas das fontes:

> Trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seuslimites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui. (FOUCAULT, 1995, p. 31).

Torna-se relevante inserir os discursos oriundos das fontes no leque das conjunturas sociopolíticas que os circundavam, das regras presidem o lugar de falar de cada sujeito histórico, nas especificidades de um dado espaço/tempo. Procurando, dessa maneira, estabelecer conexões para compreender as formas de exercício de poder numa dada sociedade, e evidenciar como os ditos discursos oficiais oriundos das instâncias de poder legitimam ou deslegitimam aspirações discursivas das camadas sujeitadas de uma dada sociedade. Por outro lado, Michel de Certeau traz os conceitos de *estratégia* e *tática* como dispositivos que possibilitam projetar luz na compreensão das relações de sujeição em determinado corpus social. Para Certeau, a estratégia é:

> [...] O cálculo (ou a manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder [...] pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças. (CERTEAU, 1998, p. 97).

Os jornais provinciais, inúmera vezes davam ecos as estratégias das oligarquias rurais de sujeitarem a partir da emissão de decretos, leis e punições, a criação de povoados e vilas como forma de expandir seu poderio político e econômico. Paralelamente, uma massa de camponeses, delinquentes, retirantes e escravizados, submetidos muitas vezes as relações paternalistas ou sentido no corpo os rigores das punições, resistiam as intempéries das autoridades locais através de táticas que se convertiam em revoltas, furtos, saques, assassinatos e fugas. Certeau, fala acerca do conceito de tática como as artimanhas, as habilidades que os sujeitos marginalizadas dispunham na tentativa de desviar o peso da sujeição de suas vidas. Para o historiador e filósofo francês:

> Chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condiçãode autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por issodeve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei deuma força estranha. (CERTEAU, 1998, p. 100).

As táticas são as astúcias dos indivíduos ordinários (comuns) frente as demandas do poder, que se valem para driblar os ditames da mão pesada dos poderes instituídos. Os sujeitos ordinários estão imersos em relações de poder que impunham-lhes obediência e submissão. A máquina governamental ocidental e suas instituições são para Certeau, um bom exemplo, de geradores de estratégias. Estas são oriundos de um lugar institucional, de um lugar teórico, de um discurso econômico etc.

Utilizamos nesta dissertação uma abordagem qualitativa das fontes, uma vez que, o objeto da História, "os homens no tempo"[43], é constituído através de aspectos não passíveis de serem tabulados objetivamente. No que concerne a ação humana no tempo, lidamos com acontecimentos[44] que implicam na subjetividade dos sujeitos sociais, transformando-os em fatos, numa escolha do pesquisador. Não é descartada a utilização de uma ênfase a pesquisa bibliográfica das questões levantadas, que possam contribuir para dar consistência aos nossos objetivos de investigação e somar com as fontes.

A pesquisa também serve-se de uma análise a partir de fontes extraídas de arquivos públicos e privados. Assim, como também nos debruçamos numa perspectiva levemente quantitativa (imagens e breves tabelas de caráter explicativo), isto é, damos

destaque a atividade de interpretação ligada ao contato empírico com os documentos.

Em decorrência do contexto pandêmico que, intensificado principalmente nos dois biênios anteriores, grande parte das fontes que formam nosso texto: tem procedência da web (Google), de sites relacionados com história, com exclusividade ao endereço eletrônico da hemeroteca nacional (ligada a biblioteca nacional – RJ).

Em síntese, ssta pesquisa é um convite a conhecer um território relativamente desconhecido na historiografia cearense: compreender historicamente os discursos políticos e as condições sociais que alicerçaram a emergência da *Vila de São Pedro de Ibiapina* na passagem do século XIX.

---

[43] BLOCH, Marc. Trad. Leopold Benjamin. **Apologia da história ou O ofício de historiador**. Rio deJaneiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

[44] O acontecimento é o inesperado, o desorganizado. O fato é a racionalização do mar de acontecimentos, é a criação de ilhas. O objeto é construído, não existe naturalmente. Sobre isso ver: CERTEAU, Michel de.**A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

## Capítulo I

### A "invenção" da *Villa de São Pedro de Ibiapina:* a imprensa cearense, a palavra e o poder. (1869 – 1877).

#### 1.1. Terminologias político-territoriais do Brasil Imperial e os topônimos atribuídos ao município de Ibiapina - CE no decurso do tempo: algumas notas.

A Província do "Ceará Grande" integrava o território do *"Imperio do Brasil",* sendo criada e definida a partir dos "escombros" da ida *Capitania do Siará Grande*. Todavia, é com a Constituição de 1824, que a divisão em províncias consolidava-se, ganhava forma e organização por intermédio da criação *Dos Conselhos Geraes de Provincia,* substituído mais tarde pela nomeclatura de *Assembléas Legislativas Provinciaes,* mediante intervencção constituicional da lei nº 16 de 12 de agosto de 1834.

No intento de melhor compreendermos os micropoderes que ganhavam legitimidade nas relações entre as frações políticas do Brasil imperial, faz - se necessário elucidar, em linhas gerais, a conceituação e finalidades das frações político-territoriais nas quais o Brasil Imperial estava organizado. A Constituição Imperial de 1824, aponta-nos que, o "*Imperio do Brazil"* tem: "seu territorio dividido em Provincias na fórma em que actualmente se acha [...]" (*Constituição Política do Brasil*, 1824, p. 1).

Por ocasião do processo de independência, a Província do Ceará inseria-se no contexto da nova ordem política em vigor, integrando um grupo de 18 províncias. Estas são sucedâneas da antiga organização em capitanias hereditárias, uma vez que a "provincia do Ceará, governa-se actualmente pelas mesma leis geraes, que todas as demais que formam o vasto império brasileiro". (POMPEU, 1863, p. 506). Ora, podemos definir Província como [...] "a parte de um Reino, Monarquia, ou Estado, que tem a mesma língua, e os mesmos costumes, e de ordinário se distingue pela extensão de sua jurisdição temporal, ou espiritual, em certo numero de Villas, Aldeas, e Cidades" (BLUTEAU, 1728, p). As províncias, por sua vez, eram internamente segmentadas

em unidades de poderes elementares, seguindo uma "hierarquia" de atribuições e prerrogativas político-administrativas. Segue a "ordem" de influência e ação: Comarcas, Cidades,Vilas e Distritos/Povoados.

Em ordem de prerrogativas administrativas, pomos luz aos exercícios legais de cada unidade política, a saber: as comarcas eram divisões territoriais que integravam o território de cada província, tinham finalidades jurídicas de zelar pela excussão das leis imperiais, provinciais e camarárias (vilas). Atuavam como um órgão de fiscalização das condutas das autoridades (vereadores e funcionários da câmara) das cidades, vilas e distritos. Em outras palavras, a comarca fora uma espécie de grande órgão jurídico-administrativo responsável por gerir demandas graves de caráter criminal. As comarcas contavam com inúmeros juízes municipais.

Por outro lado, a cidade representava no Império um título solene, honorífico concedido pelas Assembleias Provínciais as vilas que cresciam demograficamente, simbololicamente e economicamente, tornando-as notáveis pela sua relevância e localização estratégica nas províncias. Consoante a isso, a "cidade constituía em título honorífico concedido às vilas que exerciam funções importantes em âmbito religioso, político ou militar, correspondendo a uma graduação superior" (CHAVES, 2013, p. 819), ou seja, não configurava em mudanças profundas na sua administração política, nem lhes concediam prerrogativas especiais.

As cidades dispunham dos mesmos aparelhos burocráticos e políticos de uma vila, na prática. As duas constituíam núcleos de poder local alicerçadas nas câmaras municipais. Contudo, as vilas foram unidades de poder que gozavam de autonomia política nos limites de seus termos. Em comparação as cidades, tinham suas sedes, economias e populações menores, mas possuíam uma câmara municipal composta por sete vereadores, conforme a Lei de 1º de outubro de 1828 (as cidades compunham-se de nove vereadores), geralmente, eram homens ligados a posse da terra, os "homens bons" de um dado lócus (prática já presente no período colonial) . A câmara constituía num braço, uma extensão dos interesses privados dos "coronéis locais".

Igualmente, como ressaltado, vilas e cidades dispunham de praça, cadeia, câmara, tabelião, pelourinho para indicar sua condição política. Em síntese, os terrenos para erguimento de tais órgãos da vila, "eram atitudes da 'generosidade' das elites locais, razão pela qual, os objetivos públicos e os privados, confundiam-se". (SILVA JÚNIOR, 2015, p. 19).

Nesse ínterim, no que tange aos distritos no Brasil Império, estes foram pequenos aglomerados humanos de ambiência campestre, e sem jurisdição própria, sem autonomia política ou administrativa, estavam subordinados às cidades ou vilas. Em outras palavras, faziam parte do termo (território) da cidade/vila. É importante salientar que, arraiais, povoados e distritos tendiam a ser empregados como sinônimos no Brasil Imperial, indiscriminadamente.

Tanto que, nas fontes que formam nosso trabalho, ora aparecem cognominações de *lugarejo de S. Pedro , Povoado de S. Pedro, Districto de S. Pedro* e *S. Pedro de Ibiapina.* À grosso modo, as vilas " tediam a surgir justamente onde anteriormente fora um aldeamento, distrito/povoado, capela ou freguesia na segunda metadedo século XIX". (SILVA JÚNIOR, 2015). Conforme o "*Codigo do Processo Criminal de Primeira Instancia"* do Império, eram as câmaras municipais que detinham a incumbência de instituir/criar arraias/povoados em seus termos (território). Um lugarejo que inseria-se nas mediações de suas extensões, precisava conter uma população de setenta e cinco habitantes. (*Codigo do Processo Criminal de Primeira Instancia*, 1832, p. 1).

Acerca da formação das unidades político-administrativo no Ceará e de seus respectivos termos, para Jucá (2012), os distritos e vilas cearenses foram formados a partir de dezesseis núcleos urbanos no decorrer dos séculos XVIII e XIX, núcleos urbanos estes que, como foi discutido acima, tiveram forte presença da Igreja Católica em seus processos de gestação. Como exemplifica o mapa abaixo:

**Figura 1.** As 16 vilas criadas no Ceará no período Colonial




Fonte: SILVA, Vládia da. Formação territorial do Ceará: das 16 Vilas originais aos 184 munícipiosatuais. Goiás – Go: Bol. Goia. Geogr. (Revista Online). Goiânia, v. 35, n. 1, 2015.

Não visamos deter-nos na análise do processo histórico das "dezesseis células originais" cartografadas acima, em virtude de nosso objeto de estudo focar na direção de um pequeno povoado designado *São Pedro de Ibiapina* e nas suas traformações políticas, no Ceará provincial. Tal núcleo populacional integrava, desde o Ceará Colonial, o termo da Villa de *Viçoza Real*. Esta criada por uma carta régia expedida pelo Marquês de Pombal, em 1759, no contexto de expulsão da ordem da Companhia de Jesus da colônia. Na conjuntura colonial, "Bayapina" era a poavoação indígena que equivalia ao espaço do povodo de S. *Pedro de Ibiapina.*

O território que hoje abrange Ibiapina - CE, começava a ganhar visibilidade política , no ano de 1820, final da colonização, quando começa a emergir casabres em torno de uma capela. A partir da primeira metade do século XIX, agora no regime monárquico, a vila de Viçosa, tinha como distrito/povoação sob sua jurisdição, o *povoado de São Pedro de Ibiapina*, mostrando assim que, a história de uma cidade encontra-se com a de outra nas suas encruzilhadas, pois as cidades se apresentam

interconectadas, cada uma possui uma potência para lembrar a outra, gerá-la,completá-la. Como resultado dessa "conexão", Ibiapina ficara sob a tutela adminitarativa da vila de Viçosa entre 1759 – 1872, 113 anos. Passando somente 1872, a abrange o termo da vila de São Benedito.

## 1.2. As controvérsias do topônimo "Ibiapina"

À título de exposição, o quadro a seguir expõe uma síntese histórica dos topônimos atribuídos ao município de Ibiapina – CE: da Colônia à República, com as indicações cronológicas. Acreditamos que as palavras carregam história. Elas são perpassadas de poder, interesses e sentidos.

**Quadro 1**
Topônimos de Ibiapina – CE no decurso histórico

| **Topônimo do início do século XVII (No contexto da expedição de Pero Coelho)** | **Topônimo do final do século XVII e XVIII (No contexto do aldeamento da Ibiapaba)** | **Topônimo de 1820 até 1878 (Do final da Colônia ao Império)** | **Topônimo da segunda metade do século XIX (A Partir de 1878 até 1938, através de Lei Provincial cearense)** |
|---|---|---|---|
| Taba/Aldeia de *Diabo Grande* | Aldeamento de Bayapina ou Mayapina | Povoação de São Pedro de Ibiapina | Vila de São Pedro de Ibiapina |

Conforme Raimundo Girão (1981), *taba de Diabo Grande* tratava-se de uma denominação atribuída pelo jesuíta Luiz Figueira ao espaço que refere-se a localidade em questão, constando no seu diário de viagem intitulado *A Relação do Maranhão (1608).* Por outro lado, *Aldeamento de Bayapina* é uma expressão que originou-se em 1656, quarenta e quatro anos antes, da criação do aldeamentode *Nossa Senhora d' Assunção* em 1700, hoje, região de Viçosa do Ceará. Segundo Pinheiro (2000), a partir de 1656, haveria uma segunda tentativa de catequização na Ibiapaba com os jesuítas Antônio Ribeiro e Pedro Pedrosa, sendo este substituído pelo padre Gonçalo de Vera no ano de 1658, permanecendo até 1662, quando os jesuítas retiraram- se para o Maranhão. Acerca da etimologia do termo *Bayapina:*

> O martírio do grande Missionário Jesuíta (Francisco Pinto). O primeiro mártir do Ceará e do Brasil. Por este acontecido a aldeia de Jurupariguaçu passaria a ser chamada de "May-Pina" ou "Pay-Pina", em uma referência a este acontecido, pois, "(pay = papai, senhor) abrandado em May ou Pay, correspondente na língua tupi, o Pina é abrandamento de pinto. O nome "Ibiapina" seria uma homenagem dos índios ao padre Pinto (ARAGÃO,2001, p. 12).

Observamos que as palavras que nomeiam os espaços são permeadas e atravessadas por acontecimentos que constituem sua historicidade, sendo árduo compreender as motivações de determinados topônimos sem ligá-los as peripécias históricas de uma dada localidade ou região. Verificamos que, *Bayapina* tem conotações com a morte[45] do jesuíta açoriano Francisco Pinto. Segundo Pe. Sadoc (1981), Padre Pinto é o "verdadeiro 'fundador" de Ibiapina, pois "a integrou na civilização cristã e a acolheu no prêmio da Igreja"[46]. Daí, em alguma medida, ancorados na bibliografia exposta, podemos inferir que, o vocábulo Bayapina liga-se ao assassinato deste jesuíta, e como os tabajaras o homenagearam.

Por outro lado, na acepção de Pedro Ferreira (1935), agora no ínio do século XIX, o topônimo *Povoação de São Pedro,* emergeria em 1820 e, pendurou até 1878. Nesse intervalo (1820 – 1878), o território de Ibiapina estava sob o jugo jurídico-administrativo da *Vila de Viçoza Real (1759 - 1872)* e da *Vila de São Benedicto da Ibiapaba (1872- 1878),* tendo na nomeclatura, a partir do oitocentos, uma forte conotação católica, uma vez que, "a primeira capela erguida em seu espaço fora construída sob a invocação de São Pedro, no século XVII". (RITA, 2001, p. 13). A partir de 1878, com a lei n° 1773 de 23 novembro de 1878, que eleva a vila o povoado, passava a designar *Villa de S. Pedro de Ibiapina.* Sobre os nomes das localidades do Brasil colônia e império:

> Quanto ao nome a ser dado às novas vilas, dizia textualmente a Carta Régia de 14 setembro de 1758, 'as quais denominareis com os nomes lugares e vilas destes reinos que bem vos parecer, sem atenção aos nomes bárbaros que têm atualmente. (ARAÚJO,1991, p. 23)

Tendo em vista esses problemas, a etimologia mais difundida, segundo o qual Ibiapina designaria no tupi "Terra Limpa", não é coerente com toda a tradição legada pelas cartas régias que autorizavam a criação de vilas no Brasil. O termo Ibiapina nasce de uma corruptela, é uma abreviação fonética do sobrenome próprio "Pinto" (jesuíta Francisco Pinto). Mais tarde, e com anologia com a palavra "Ibiapaba", surgiria o nome do lugar, "Ibiapina". (ARAÚJO, 1983, p. 15). Consoante ao aqui discutido, para Pe.

Sadoc Araújo (1883), o atual topônimo *Ibiapina*, trata-se de uma etimologia imaginada pelo escritor José de Alencar, oriunda da língua tupi, composta de *Ibi*, terra; e *Apina*, que significa pelar. Tendo na matriz de sua semântica a ideia de "Terra Limpa". As controvérsias dão-se pelo fato de não haver uma unidade explicativa acerca da origem do termo Ibiapina.

### 1.3 Ibiapina no contexto do Ceará colonial

A década de vinte do século XIX, é decisiva no que diz respeito a presença do Estado Imperial [47] na espacialidade que compreende o então povoado. Segundo Pedro Ferreira (1911), o período é "válvula que se abriu no evoluir progressista d'esta terra"[48]. Esta, era neste momento (1820), um povoado da antiga vila de Viçosa, possuía "dezesseis casebres

[45] Ver: VIEIRA JR, Antônio Otaviano. **Entre Paredes e Bacamartes: História da família no Sertão(1780 – 1850). In: Toponímia da Violência.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.
[46] ARAÚJO, Francisco **Sadoc. História Religiosa de Ibiapina. Sobral** – Ceará: Imprensa Oficial do Ceará, 1983, p.34.
[47] "A unidade da política provincial, ou seja, a superação das autonomias locais, só se efetivou no Ceará com a hegemonia construída em torno da cidade de Fortaleza, capital da província. Alguns elementos parao fortalecimento da capital foram: o fortalecimento dos partidos políticos, que ocorreu em nível nacional e provincial, a construção de um poder legislativo na província, a organização judicial centralizada em Fortaleza, o estabelecimento da Guarda Nacional nos distritos do interior da província". Ver: OLIVEIRA,Almir Leal de. **A construção do Estado Nacional no Ceará na primeira metade do Século XIX;** Org. Almir Leal de Oliveira e Ivone Cordeiro Barbosa. Ed. fac-símile. Fortaleza: INESP, 2009. Tomo I; p. 37.
[48] ASSIS, Pedro Ferreira de. **Álbum Histórico D'Ibyapina.** Sobral – CE: Typografia da Patria, 1911, p.2.

dispersos, onde havia vastíssimas florestas invadidas por centenas de cabanas indígenas. Seus habitantes[49] eram aproximadamente uns sessenta, vindos a maior parte da antiga villa de Sobral e de seu termo"[50]. Na visão do memorialista, a presença branca no povoado dá-se no ínicio do oitocentos e eram provenientes da Vila de Sobral e do território que a abrangia, pois que, "se julgavam (os sobralenses) senhores d'este pedaço de solo fértil por se prestar a agricultura"[51]. É possível supor que, os conflitos entre indígenas e brancos no que tange a dimensão da oferta de trabalho e maus tratos, tivessem como principais promotores da sujeição dos índios de Bayapina, os brancos de proveniência da vila de Sobral – já que, "se julgavam (os sobralenses) senhoresd'este pedaço de solo fértil", como vimos.

Neste período (1820), já havia a capela[52] de invocação à São Pedro, e que

"segundo a tradição de alguns velhos respeitáveis d'esses tempos diziam ter sido feita pelos jesuítas auxiliados pelos indígenas".[53] Nesse ponto, podemos deduzir que, com base na bibliografia, que os povoados e vilas vindouras emergiam de lugares de relevante presença humana na capitania do Ceará, e que mais tarde no império, como nos alude Jucá (2012), "as vilas criadas localizavam-se onde outrora os primeiros desbravadores haviam construído suas fazendas e erguido as primeiras ermidas ou capelas da capitania. Eram pontos eminentemente estratégicos, que possibilitavam a fluidez de mercadorias e pessoas"[54]. Estas, reunidas em sociedade experimentam experiências de conflitos de toda ordem que desboca, muitas vezes, em mudanças sociais.

[49] A respeito do papel da miscigenação na história da Ibiapaba: "Distinguem-se três fases na estruturação étnica da Ibiapaba. A primeira é a fase da presença indígena, onde o isolamento da região serviu como refúgio, em troca da preservação de seu sistema de vida (Séc. XVII); a cultura de transição, onde o assédio dos europeus, ocasionou uma população mestiça (Séc. XVIII); A terceira, da presença cabocla, onde a população é eminentemente cabocla (Séc. XIX)." MONT'ALVERNE, Jaqueline. **A Serra da Ibiapaba: Estratégias para um plano de desenvolvimento.** Fortaleza: Cetrene 1976. p. 53.
[50] ASSIS, Pedro Ferreira de. Op. Cit. p.3. Ainda no que tange a
[51] ASSIS, Pedro Ferreira de. Idem, p.3.
[52] Sobre isso: "Corria o ano da Graça de 1820 e o pequeno arraial de São Pedro de Ibiapina, já constava seu o seu modesto arruado com a capela, na pequena praça que se iniciava". Anuário do Ceará. 1° volume. História do Ceará e dos municípios. Fortaleza – Ceará, 1954. p. 109.
[53] O discurso memorialístico de Pedro Ferreira, atribui como evento que que "inaugura Ibiapina, enquantopovoado, o erguimento de uma capela feita de taipa, em devoção a São Pedro, no ano de 1820. Sobre: ASSIS, Pedro Ferreira. Álbum Histórico D'Ibyapina. Sobral- CE, 1911, p.2.
54 JUCÁ. Op. Cit., p. 142.

A preocupação inicial de se redigir a história do município de Ibiapina, é uma empreitada do autodidata[55] cearense Pedro Ferreira de Assis[56], que no ano de 1911, publicava pela *typografia do Jornal a Patria*[57], em Sobral – CE, um opúsculo

[55] Sobre isso ver: "O erudito pode ser, ao mesmo tempo, poeta, escritor, historiador, advogado, empresárioe deputado, pois não se exige ainda formação especializada, nem prevalece a valorização da profissionalização. Ao contrário, é valorizada a capacidade de acumular diferentes tipos de conhecimentose de exercer diferentes atividades". ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de**. De Amadores a Desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito do conhecimento no Ocidente contemporâneo. In:** Trajetos. Revista de História UFC. Dossiê: Intelectuais e cultura letrada. Vol. 3. N°6. 2005, p. 56.
[56] Pedro Ferreira de Assis nasceu no dia 4 de Outubro de 1881, na vila S. Pedro de Ibiapina. Falecido em 1975, em Fortaleza. De origem humilde, trabalhou desde cedo em atividades agrícolas. O seu berço humilde não o desanimou de buscar instrução nas letras, ciências e artes. Era um autodidata. Assumiu na

diferentespapéis sociais, sendo: erudito, fazendeiro, político, comerciante, escrivão, poeta, romancista e estudioso preocupado com a História da Ibiapaba.

[57] Em relação à isso: "[...] Redações e tipografias de jornais tomando o caso da *Pátria*, publicado em Sobral entre 1910 e 1915. [...] Na tipografia do jornal *Patria*, por exemplo, foi impresso o livro "Album histórico de Ibiapina" escrito por Pedro Ferreira. [...] O procedimento era simples. O autor encomendava à tipografia uma determinada quantidade de cópias, entregava o original manuscrito e o tipógrafo se encarregava da composição. Após o trabalho de impressão, o próprio autor se empenhava em divulgar e distribuir sua obra contando, na maioria dos casos, com a solidariedade dos companheiros de letras, correligionários políticos, familiares, empregados". FERREIRA LIMA, Jorge Luiz. **Entre caminhos e lugares do livro: gabinetes de leitura na região norte do Ceará** (1877-1919). (Dissertação em História) UFC: Fortaleza- CE, 2011. p. 90 – 109.

memorialístico intitulado *Album Histórico D' Ybiapina*[58]. A obra que, na perspectiva do memorialista, não tinha "outro intuito senão, ser útil um pouco, a mocidade de minha idolatrada Pátria, apresentando em traços perfunctórios o esboço histórico dos tempos que lá se foram"[59]. Pedro Ferreira, expectava auxiliar vindouros estudos históricos sobre Ibiapina com as contribuições de seu livro, com mais funduras e detalhes, comparado ao seu livro.

Mais tarde, em 1935, publica *Diccionário Histórico e Geográphico da Ibiapaba*[60], pela tipografia *Ramos e Pouchain* [61]. Acerca do livro mencionado, reforçava o desejo afirmado no livro anterior, que "alimenta-me a veleidade de que ele sirva, ao menos, de pequeno subsídio para futuros historiadores da majestosa Ibiapaba"[62]. Confirmava com essas palavras, mais uma vez, o anseio de ser útil aos historiadores do porvir. Estas duas obras e outras do mesmo autor, que serão consultados, "apesar" de terem cunho memorialístico, as optei para servir-me de "bússola" para rastrear cronologicamente os principais eventos político-administrativo de nosso objeto de estudo. Estas obras trazem nos seus bojos:

> Descrições fisiográficas das regiões ou localidades, nas quais os autoreselaboravam exposições da flora e da fauna e inventários dos recursos naturais. Em seguida, havia relatos, muitas vezes pormenorizados, da produção econômica, do comércio e dos serviços. Finalmente, os autores das corografias elaboravam efemérides e pequenas biografias de pessoas destacadas da história regional ou local[63].

[58] O autor constrói uma história das "origens" da cidade de Ibiapina, das primeiras décadas do século XIXe início do século XX, ou seja, tendo como recorte temporal os períodos de 1820 e 1911. O "Álbum" escrito pelo autor está impregnado dos discursos e representações sobre a modernidade urbana e o progresso, em que Pedro Ferreira busca elevar Ibiapina a categoria de cidade civilizada e próspera no Cearáno início do século XX. Ver: ASSIS, Pedro Ferreira de. **Álbum Histórico D'Ibyapina.** Sobral – CE: Typografia da Patria, 1911, p. 4.

[59] ASSIS, Pedro Ferreira de. **Álbum Histórico D'Ibyapina.** Sobral – CE: Typografia da Patria, 1911,

p. 4.
[60] Obra magna de Pedro Ferreira. Esta obra é pioneira na tentativa de se escrever a História da Ibiapabadas origens à meados do século XX.
[61] Hoje, editora sediada em Fortaleza – Ceará, foi fundada em 31/12/1932 com o nome tipografia Ramose Pouchain, por Antônio da Silva Ramos.
[62] ASSIS, Pedro Ferreira de. **Diccionário Histórico e Geográphico da Ibiapaba**. Ceará - Brasil: Ramose Pouchain, 1935, p. 17.
[63] MARTINS, Marcos Lobato. **História Regional. In:** Carla Bassanezi Pinsky. (Org.) Novos temas nas aulas de história. 1° ed. São Paulo: Contexto, 2009, p.13.

Durante o século XIX e metade do século XX, segundo Marcos Lobato Martins em seu livro "História e Estudos Regionais", a historiografia local e regional brasileira não foram elaboradas em ambientes acadêmicos, neste período verificou-se o ápice das corografias, as quais tiveram grande incentivo dos Institutos Históricos e Geográficos. Estas corografias foram definidas pelo autor como "[...] descrições geográficas de regiões e localidades associadas ao relato de fatos históricos destacados nelas ocorridos[64]. Tratavam-se de histórias seriais, de fatos triunfantes de uma determinada localidade.

Para Pedro Ferreira (1911), historicamente, a construção do "edifício histórico" do processo de emergência do município de Ibiapina, dar-se-á – "*Ab Urbe condita"*[65] – num povoado indígena denominado *Bayapina*[66], sendo este oriundo dos "escombros" da antiga aldeia do principal *Diabo Grand6*[67] que remontava a conquista do Ceará Colonial pela comitiva de Pero Coelho (1604). Nessa perspectiva, para Aragão (1986), o reduto de *Mel Redondo*[68] tinha como sede ao que corresponde atualmente a cidade de Viçosa do Ceará, sendo também a principal aldeia, pois estendia sua influência até os *"domínios assentados no baixo Sertão, na distância que medeia o caminho entre a serra e a praia (Camocim)"*[69].

[64] MARTINS. Op. Cit. p. 2.
[65] Expressão latina cuja tradução significa: "Desde a fundação da cidade". O historiador romano Tito Lívio(59. A.C – 17 D.C) "imortalizou" a expressão quando titula um dos seus livros com a mesma. Atualmentea utilizamos quando ansiamos historiar o processo de formação histórica de uma dada cidade desde seu "nascedouro".
[66] Segundo Pedro Ferreira, o ano de 1820, no final do período colonial cearense, dar-se-á conhecimento da existência de um povoado de nome *São Pedro de Ibiapina*, na serra da Ibiapaba, porém não se sabe exatamente o momento em que começou aderir esse topônimo. Mas, "segundo uma certidão tirada da Câmara Episcopal de Pernambuco, vista pelo capitão Vitorino Alves Teixeira, ancião bem conceituado", sabe- se que: "(...) no ano de 1759 ao sul de Viçosa na distância de 12 léguas existia um povoado, denominado – Bayapina, habitado somente por índios disciplinados". Bayapina, seria segundo a certidão comunicada por Vitoriano à Pedro Ferreira, o território correspondente ao povoado de São Pedro de Ibiapina no início de sua ligação com Vila Viçosa, na passagem do Ceará Colonial. Ou seja, o ano de 1759 insere-se no contexto da elevação do Aldeamento da Ibiapaba à condição de Vila Viçosa Real da América, a partir de então, o referido povoado integrava o termo da vila de Viçosa até 1872.
[67] "[...] *Juripariaçu,* conhecido pela denominação "Diabo Grande", possuía seu domínio nas terras ao longo

da Grande-Serra, no local conhecido mais tarde como "Bayapina", em 1759 (Ibiapina), onde prosperava expressiva reminiscência silvícola". Ver: ARAGÃO, R. Batista. **História do Ceará – Volume 1º**. IOCE –Imprensa Oficial do Ceará: Fortaleza-CE, 1986. p. 20.

[68] Os índios cearenses tinham o hábito de nomear as eventuais virtudes que caracterizavam seus principais (líderes): Como bravura, valentia, sabedoria, agilidade, suavidade. (NOGUEIRA, p. 8).

[69] ARAGÃO, R. Batista. **História do Ceará – Volume 1º. IOCE**. Fortaleza - CE: Imprensa Oficial do Ceará, 1986.p. 20.

Em decorrência disso, a Aldeia de *Diabo Grande* era uma espécie de "extensão", "continuação" daquela. Os territórios de Viçosa e Ibiapina apresentavam estreitas relações[70], e nos séculos XVII e XVIII, formavam os dois principais núcleos de concentração indígena no Ceará Colonial. Ora, a respeito da "fundação histórica" de Ibiapina, Pedro Ferreira "reafirma", de alguma forma, as assertivas que lemos de Raimundo Aragão:

> Não se sabe ao certo a data da sua fundação. Mas o que não merece duvida é que, em 1604, já era uma taba da valente NaçãoTabajara, a segunda de que – com muita resistencia – se apossou Pero Coelho . Era, realmente esta diosa aldeia, que tinha como chefe o denodado 'Grão-Diabo' (FERREIRA, 1935, p. 62).

Na interpretação de Ferreira, e complementando o que foi explanado no parágrafoanterior, a presença europeia na espacialidade[71] de Ibiapina, remontava ao contexto de conquista do Ceará Colonial. Nessa ótica, assim como Viçosa do Ceará, a cidade de Ibiapina formou-se historicamente e desenvolveu-se como "embriões" nascidos dos alicerces de aldeias e aldeamentos jesuíticos na Ibiapaba. Inclusive, o "mito fundador"[72]amplamente recorrente nos livros de história local a respeito de Ibiapina , ligam-na à Aldeia de Diabo Grande e as lutas de conquista, ou seja, ao cenário do primeiro contanto entre europeus (franceses) e silvícolas no território cearense ainda no século XVI (1590), antecedendo a comitiva do açoriano Pero Coelho de Souza (1604), capitão-mor incumbido de expulsar os franceses, subjugar os índios revoltosos e estabelecer acordo com os vencidos (SADOC, 1979, p. 19).

Outra faceta do "mito fundador" atribuído a historicidade de Ibiapina – vinculam-na à presença das tribos tabajaras, a este passado profundamente indígena, marcado nas feições[73] "indiana" de seu povo. Essas "visões históricas", atribuem a figura do índio, o "pioneirismo" de ocuparem a Serra da Ibiapaba antes dos franceses e os portugueses começarem a conquistá-la, nos anos de 1590 e 1604. Outra dimensão dessas "imagens históricas" acerca das cidades ibiapibanas, ligam-nas a conjuntura jesuítica. Acresce a isso que, em Janeiro, de 1607, partiram da Capitania de Pernambuco os jesuítas portugueses Francisco Pinto e Luiz Figueira, como bjetivo de chegarem à

Capitania do Maranhão[74], mediante ordem do governador-geral Diogo Botelho.

[70] O engenheiro português Silva Paulet, esteve nas mediações do termo da Vila Viçosa no início do século XIX, descrevendo-nos isso: "[...] A Villa (Viçosa) tem 148 cazas, quaes 123 são cobertas da palha: a maiorparte estão arruinadas. Contém 9. 170 habitantes, dividios em duas direcções: uma está na villa e outra no logar de São- Pedro de Biapina, 12 leoas distante." PAULET, Antônio José da Silva. **Descripçãogeográfica abreviada da Capitania do Ceará**. [1816]. *RIC*. t. XII. Fortaleza, 1898. p.20.

[71] Compreende-se que, "Nem os espaços nem os sujeitos preexistem às práticas que os produzem e que lhesdão significados. Eles são produtos das vivências e da imaginação humanas". Ver: CASTELO BRANCO, Edwar; BRITO, Fábio Leonardo C.B. **Por uma escrita bailarina da história. In:** PATRIOTA, Rosângela.Escrita da História: Ver – Sentir – Narrar. São Paulo: HUCITEC, 2017. p. 57.

[72] Com base na análise das obras historiográficas acerca das cidades ibiapabanas, é possível vislumbrarmos um "passado comum" entre elas a partir do século XVII e amplamente ressaltados nos livros de história local: a presença europeia, tribos indígenas, conflitos, atuação de jesuítas e padres seculares.

[73] Sobre Ibiapina: "a raça antiga ainda não se confunde completamente com a dos conquistadores; pois atéo presente notam-se nas mattas d'qui, alguns typos verdadeiramente descendentes d' aquella raça". Ver: ASSIS, Pedro Ferreira de. **Álbum Histórico D'Ibyapina.** Sobral – CE: Typografia da Patria, 1911. p. 3.

No entanto, a empreitada missionária não alcançara o Maranhão[75], uma vez que Pe. Francisco Pinto é morto pelos índios tucuríjus, encerrando assim, a primeira tentativa catequética na capitania do Ceará. Na acepção do historiador Pe. Sadoc (1981), tal episódio configurou a primeira[76] tentativa "civilizatória" e pedagógica de difusão do catolicismo na História do Ceará. Desde então, a Igreja Católica estabeleceu-se no Ceará (XVII) e expandiu sua influência com construções de capelas e igrejas e, com isso, contribuindo para formar as "células" dos primeiros povoados, distritos e vilas[77], onde outrora estavam sitiadas fazendas ou aldeamentos. (Principalmente na Ibiapaba).

O catolicismo[78] adentra nas demais regiões da *Capitania do Siará Grande,* não somente por intermédio dos missionários portugueses no decurso dos séculos XVII e XVIII. Mas, paralelamente, penetrava e se difundia, igualmente, através da expansão da pecuária no Ceará.[79] Entretanto, é fato assente que na historiografia cearense que, a presença do cristianismo no Planalto Ibiapabano se deu por meio de um processo de catequização indígena no decorrer do século XVII. O cristianismo no Planalto Ibiapabano se deu por meio de um processo de catequização indígena no decorrer do século XVII.

[74] Para o Barão Studart, na viagem missionária dos jesuítas Pe. Francisco Pinto e Pe. Luiz Figueira rumo

ao Maranhão: "acompanharam-os 40 indios, potiguares, tobajares e tumpinabas". Missão jesuítica interrompida pela morte de Francisco Pinto. Ver: BARÃO, de Studart. **Datas e Fatos para a História do Ceará.** Fortaleza – Ceará: Revista do Instituto do Ceará, 1894. p. 105.

[75] "Entre a Serra (Ibiapaba) e as costas do Maranhão, gastavam-se em média de 5 a 6 meses para vencer esse longo rodeio" Ver: STUDART. Op. cit., p. 106.

[76] Sobre isso alude Pe. Sadoc: "a civilização cearense teve origem no planalto ibiapabano, berço do Ceará, pelo que possui de importância incalculável para o conhecimento de nossas origens, toda e qualquer pesquisa histórica sobre aquela serra". ARAÚJO, Pe. F Sadoc de**. Estudos Ibiapabanos.** Sobral – Ceará: Imprensa universitária – UVA, 1979, p. 19.

[77] "A Missão da Ibiapaba atuou na catequese dos silvícolas da grande nação Tabajara até o ano de 1759, quando os jesuítas foram expulsos da Serra Grande por determinação do Marquês de Pombal. Naquela ocasião, as missões jesuíticas tiveram seus bens confiscados pela coroa portuguesa e foram transformadasem vilas e vigarias de índios" Ver: GASPAR, João Bosco. **Conflitos e Conquistas das Igrejas Cristãs reformadas no berço da Missão jesuítica da Ibiapaba.** Tianguá – Ceará: INTA, 2010. p. 6.

[78] Ver: JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. **Os primórdios da urbanização do espaço territorial e da vilacearense cearense – algumas notas.** Revista Anais do Museu Paulista: São Paulo, 2012.

Por falar na presença da Igreja Católica, para Alcântara (2001), a cidade de Ibiapina "nasceu" marcada pela intervenção missionária, uma vez que, os padres regulares (Pinto e Figueira) construíram uma capela[80] . A capela "coberta com folhas de palmeira, fechadas com tábuas de buriti, com uma palhoça e ergueram uma cruz, onde permaneceram ali (Taba de Diaba Grande) por mais de quatro meses. deixando a Aldeia em 17 de outubro, de 1607". (ARAÚJO, 1983, p. 27). No que concerne o papel histórico das ermidas na configuração dos espaços cearenses:

> A rede eclesiástica cearense precedeu a rede civil mas, em termos jurídicos, ficava submetida a ela, assim como ocorreu no restante do território brasileiro. [...]. Com o tempo, no entorno de algumas dessas capelas se organizaram pequenas povoações, alterando a dispersão reinante, vagarosamente, pela materialidade construída dos incipientes núcleos e a institucionalização dos mesmos. (JUCÁ NETO, 2012, p. 138).

Observamos que, na Capitania do Ceará, o "poder sagrado" antecedeu o "poder mundano", das autoridades estatais. A propósito disso, podemos aludir para os objetivos e as sociabilidades que as figuras do sacerdote cristão e do conquistador tiveram frente ao Novo Mundo, no início do processo de colonização: os clérigos tendiam a introjetar valores nitidamente ocidentais nos indígenas americanos, a estabelecerem aldeamentos, a erguerem capelas, a fixarem-se relativamente em um dado local. Enquanto, os conquistadores, "os homens armados" a serviço de suas Coroas no derramamento de sangue: estavam preocupados em extorquir, saquear, assassinar. Apesar de ambos estarem submetidos ao mesmo poder Real, tiveram

horizontes e interesses distintos. Daí que, a tendência de algumas cidades nascerem a partir de capelas serem tão frequentes na história do Brasil, dado a tendência de fixação dos sacerdotes.

[79] Os vaqueiros e proprietários de terras eram demasiadamente católicos e tendiam a catequizar ao seu modo os silvícolas. Ver: SOUZA, Simone de (org.). **Uma nova história do Ceará. In: Catequese e Aldeamento.** 4ª edição. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. p. 46.

[80] Neste período (1607) já havia a capela de invocação de São Pedro, em que "segundo a tradição de algunsvelhos respeitáveis d'esses tempos diziam ter sido feita pelos jesuítas auxiliados pelos indígenas,". ASSIS,Pedro Ferreira de. **Fatos Acontecidos**. Fortaleza – Ceará: Departamento de imprensa oficial, 1970. p. 2.

Embora o nosso estudo frise especialmente na segunda metade do século XIX, é ainda, incrivelmente, no contexto final do Ceará Colonial, a partir de 1814 que, conforme Xavier (2010), dá-se início por parte dos próprios indígenas de *Bayabina* (Ibiapina), uma petição para a Coroa visando a criação de uma vila de índios ali. requereram a Dom João VI para:

> Mandar Ordem Regia para sugerir Villa na nossa Povoação de São Pedro d"Biapina por ser distante da nossa Villa Viçosa dose legoas como propora hesses bisnetos de Dom Jose que vai a Real Presença Representar a onrosa patente que foi de seo bisavô (XAVIER, 2010, p.116. Apund APEC. Fundo: **Governo da Capitania do Ceará. Requerimento dos Índios da Vila Viçosa Real à Coroa**, 1814. Cx. 29. Livro n.º 93. fl. s/n. Doc., cit.).

Não dispomos, de todas as razões que impeliram os índios de Bayapina a solicitarem da Coroa Portuguesa carta régia autorizando a elevação do povoado em vila em vila de índios. A justificativa principal apelava para o quesito da distância que separava a vila de Viçosa da povoação, 12 léguas, sendo cerca de 60 quilômetros. A questão da distância em relação a Vila Viçosa, talvez fosse apenas um argumento que escondesse o desejo de:

> [...] viver sem autoridades locais superiores a eles próprios, pretendessem ocupar cargos político-administrativos de importância e dialogar diretamente com os reinóis sem a interferência de terceiros. Talvez idealizassem para essas localidades uma dinâmica em que não fossem explorados como estavam sendo, algo difícil de acontecer devido à ganância dos brancos, sujeitos de concepções e origens histórico-culturais tão diferentes, mas que com aqueles passaram a conviver numa mesma realidade. (XAVIER, 2010, p. 117).

A população indígena de Bayapina, sensível a memória referente a época do diretório (1757 – 1798) ali presente, gerenciado pelo diretor de índios Manoel da Silva Sampaio, "denunciaram diversos episódios de maus tratos intensificados a partir da laicização dos espaços em 1759; pediram a D. João que o Diretório, e os diretores, fossem recolhidos por um decreto"[81]. Na acepção de Xavier (2010), a principal queixa em relação a memória da época do diretor Silva Sampaio, era que este não estava renumerando em par de igualdade os trabalhos prestados por brancos e índios na povoação de Bayapina (final do séc. XVIII), uma que vez "os índios afirmaram que o dinheiro percebido dos serviços não dava para satisfazer certas necessidades secundárias, quando é citado que mal tinham condições de sustentar-se, muito menos conseguir "seo vestuario"[82].

[81] XAVIER, Maico Oliveira "**Cabôcullos são os brancos": dinâmicas das relações sócio-culturais dos índios do Termo da Vila Viçosa Real – Século XIX.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de História,Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza (CE), 2010.p. 117.

[82] XAVIER, Op. Cit., 2010.p. 117.

Como verificamos acima, o anseio por parte da população indígena de Bayapina por desmembrar-se da Vila de Viçosa, ainda início do século XIX, refletia uma necessidade de integra-se nos aparatos administrativos com mínima intervenção de colonos brancos. Apesar de trazermos à tona, em linhas gerais, esta interessante discussão acerca do protagonismo indígena na povoação citada, que nos mostra surpreendente que, os primeiros interessados no surgimento de Ibiapina como um espaço administratvo autônomo, resultaram da iniciativa dos nativos ali presentes, mesmo que tenham malogrado nesse objetvo. Frente as querelas que se apresentavam na aurora do século XIX – é somente na segunda metade deste (1869), e não mais levado a cabo por índios, mas por uma incipiente elite rural que se formava no povoado (agora chamado *S. Pedro*) que: a iniciativa, a discussão e a provação do projeto de se instalar uma vila será levado adiante âmbito da burocrática do Ceará imperial. E é justamente como deu-se este processo, que discutiremos nas próximas páginas.

## 1.4 Um povoado sob o espectro do crime: assassinatos, emboscadas e violência.

As fontes hemerográficas que trazem-nos cenas de violência e assassinatos realizados no povoado e objeto de estudo, são inúmeras. Não cabe-nos em nosso trabalho efetuar uma vasta e exaustante discussão historiográfica no que tange a relação entre História e processos criminais, judiciários etc, pois o que interessa-nos é mostrar, em linhas gerais, como as práticas constantes de crimes e atos brutais podem favorecer a "notoriedade" de uma certa localidade, trazendo a presença dos aparelhos do estado imperial. Detemo-nos aqui, de evidenciar e discutir os crimes que julgamos mais marcantes e, que mais tarde poderemos verificar que, a questão da violência será um dos argumentos mais usuais para mobilizar a assembleia provincial cearense, na segunda passagem do século XIX, na aprovação de projetos que objetivavam conceder o foro de vila as "povoações mais violentas". É o que discutiremos nesse tópico.

Homicídios, violência e conflitos tratam-se de atitudes onipresentes nas relações sociais de qualquer sociedade no tempo e espaço, recebendo ora legitimação da lei, ora sendo encaradas como ilícitas/lícitas. No caso da história do Ceará, com a morte do Padre Francisco Pinto e as investidas de resistência e rebeliões dos indígenas da "Terra da Luz" – a capitania do Ceará e mais tarde a Província – foram vistas[83] como um território hostil a fixação do colonizador, como território averso[84] aos princípios da civilização cristã por se tratar de um povo situado na intersecção entre o branco, o índio e o negro. Em vista do que afirmamos acerca do "estigma" da capitania do Ceará frente às outras:

[83] A respeito disso: "[...] Tivemos (Capitania) para o clero a duradoura fama de terra temível ou indesejável.Isso talvez deva ser atribuído ao sacrifício do padre Francisco Pinto, pelos índios da Ibiapaba, em 1608. O Certo é que ainda, quase meio século depois, em 1654, se escrevia em Lisboa, que a capitania do Ceará habitada por um 'gentio pouco domesticado, antes muito tirano' ". MOTTA, Leonardo. **Notas de HistóriaEclesiástica do Ceará**. Fortaleza: RIC, 1946. p. 198.

[84] Sobre isso: "infames, bandidos, devassos, adúlteros, bárbaros, malfeitores, sediciosos, rebeldes, perturbadores, agressores, desertores, verdugos, facinorosos, libertinos, criminosos, vadios, sem ocupação, homicidas, ladrões, forasteiros, vagabundos, vagamundos, ociosos, déspotas, cabras, réus, perniciosos eramcomo se classificava a população dos sertões do Ceará". **Um Escandaloso Theatro de Horrores: a capitania do Ceará sob o espectro da violência.** José Eudes Arrais Barroso Gomes. Fortaleza: ImprensaUniversitária, 2010. p. 9.

> Podemos afirmar que a colonização do Ceará foi feita a partir de uma guerra: a efetiva conquista e colonização do Ceará em fins do século XVII e início do século XVIII é tributária de uma cultura, ou de

> culturas onde a violência extrema era cultivada. O espectro da violência, dos massacres, das chacinas, do extermínio, dos estupros, dos espancamentos, das traições, das emboscadas, das patrulhas volantes, dos envenenamentos, dos arrazamentos de arraiais, das mutilações e detantos outros horrores documentados pelos cronistas foi uma marca sangrenta da colonização dos sertões do território que hoje chamamos Ceará. (GOMES, 2010. p. 8).

Esse desfilar de "técnicas de matança e agressões", explicava-se, em grande medida, pela ausência de um Estado Colonial e Imperial atuante na capitania do Ceará, e mais tarde na Provícia. A justiça, a punição,a disciplina, enfim, a presença de um aparato burocrático judicial: eram atividades que em tese, eram para serem "exercidas" pelas capitanias de Pernambuco e Paraíba, seus ouvidores incumbiam-se de aplicar o peso das Ordenações Filipinas nos ilícitos praticados em terra alencarinas - no Império - pelas legislações criminais que vigoravam, no território que hoje compreende Ceará.

A ouvidoria[85] colonial da capitania do Ceará, fora instalada apenas em 1723, na *Vila de Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção*. A aplicação da lei, da pena e o desenrolar dos processos tinham como obstáculo fundamental a distância[86] dessas ouvidorias das povoações, vilas e cidade de sua atuação. Diante desse cenário de quase "invisibilidade" de um braço Real e Imperial na intervenção dos conflitos e mortes no Ceará, acabou por fazer da:

> [...] Justiça e da lei existente nos interiores uma extensão do ego e dasvontades das famílias e dos indivíduos "de posição" e de prestígio naquela sociedade. Vem daí a necessidade da família compor "pequenos exércitos" de irmãos, primos, cunhados, sobrinhos, genros, compadres, afilhados e cabras – as denominadas parentelas – , que eramgrupos belicosos de valentões, cuja função primordial era promover a defesa dos interesses grupais, da honradez e da respeitabilidade da família parental territorialista. (ARAÚJO, 2011. p. 12).

85. "O primeiro Ouvidor do Ceará foi José Mendes Machado, alcunhado de "Tubarão" por suas ações totalitárias e pouco honestas. Embora alguns digam que esse apelido foi intriga da oposição, uma vez que Machado estava aparentemente aplicando a justiça em uma terra acostumada a lei do mais forte". FARIAS.Op. Cit. p. 43.

86 "Dominando hordas selvagens, que tinham reduzido á obediência, com as armas na mão, longe da autoridade, cuja acção enfraquecida pela distancia mal se fazia sentir, taes homens viviam em perfeita licença e dominavam os outros colonos do modo o mais completo. Nos pontos mais longínquos, sobre tudo,uma só vontade dominava, era a do mais rico e mais afamiliado: a lei e o dever eram cousas inteiramente ignoradas". BRÍGIDO, João. **Apontamentos para a história do Cariri**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda, 2007. p. 34.

O Brasil colonial e imperial abrangia um território vasto, de difícil

administração por parteda Coroa Portuguesa, em especial, o território do Ceará, dado ao seu clima semi-árido, marcado por estiagens periódicas, aos indígenas considerados "indomáveis", as distâncias entre os órgãos da burocracia colonial/monárquico – tudo isso – favoreceu à um "terreno propício" ao florescimento da "lei dos mais fortes". Éramos uma colônia de Portugal, e o objetivo daquela era complementar a economia da metrópole – não era fornecer "segurança pública" aos colonos, tal conceito nem sequer aplicava-se a um território subordinado a um Estado europeu. Já na Monarquia, a fácil manipulação dos órgãos responsáveis por fazerem valer a lei, contribuíam para uma sociedade da vingança, da "recuperação da honra" através de homicídios, uma sociedade de "certo de contas".

As classes dominantes na história do Brasil visavam, no fundo, defender a colônia portuguesa das influências estrangeiras, apaziguar as revoltavas escravagistas e civis, quando capturavam e prediam algum colono ou um "homem comum" do período imperial, era porque estes representava uma ameaça a ordem vigente, e não necessariamente em vista de seus atos: daí a "carta branca" para que as elites locais cearenses[87] impusessem sua própria "legislação" baseada na violência, repressão, assassinatos, na "honra do valentão" e na vingança para "limpar" essa mesma honra.

Para Gagliardo (2014), os ouvidores coloniais e autoridades jurídicas imperiais "se pautava na repressão, sem nenhuma noção de prevenção aos delitos, o que levou a ter mais sentenças que leis"[88], uma vez que "muitas arbitrariedades acabaram sendo cometidas pelos próprios ouvidores e autoridades imperiais,aos quais despreparados para o cargo, se corrupiam facilmente, evolvendo - se em picuinhas e praticando medidas autoritárias"[89].

Segundo Araújo (2017), no século XIX, ainda em continuidade relativa com a conjuntura de sociabilidades similar ao período colonial, "a província do Ceará era uma terra habitada por gente mestiça, 'bárbara', acostumada a matar e a morrer nos enfrentamentos e nas disputas cotidianas"[90]. É nesse Ceará Provincial, profundamente

[87] Em relação a procedência dessas elites cearenses, são: "Famílias que fugiam às vexações da guerra holandesa ou corriam diante dos invasores, estabeleceram-se nos sertões da Bahia e Pernambuco, e dali sedisseminaram pelo Ceará. Constituindo a sua marcha para o interior, os rios eram os caminhos que se seguiam, pois que não haviam outros. O baixo Jaguaribe, o litoral do Ceará, e o Vale do Acaraú dos sertões de Pernambuco, Paraíba e Rio grande do Norte os seus povoadores". FROTA, D. José Tupinambá da. **História de Sobral**. 2ª edição. Fortaleza: Editora Heniqueta Galeno, 1974, p. 21.

[88] CAMPOS, G. A. & Silva, F. M. S. P. (2018). **Polícia e Segurança: o Controle Social Brasileiro.** Psicologia: Ciência e Profissão, 38(n.spe.2), 208-222. p. 212.
[89] FARIAS, José Aírton de**. História do Ceará.** 2ª Ed. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2007, p.43.

arraigado de uma atmosfera rural e colonial, atravessado de conflitos de toda ordem, que em 1833, fora criado o *Distrito de Paz de São Pedro de Ibiapina*, tendo como *Juiz de Paz* e escrivão, respectivamente Antônio Coelho Pinto de Albuquerque e Francisco Xavier Coutinho. A presença desses funcionários de baixo escalão da burocracia judiciária provincial, significava a parcial a execução da justiça e da ordem nos povoados subordinados às vilas. O Juizado de Paz nasceu a partir da reforma do Código criminal doImpério, efetuado em 1832, possibilitado uma certa descentralização do poder judiciário, incumbindo e autorizando as vilas e seus povoados/distritos a realização de processos de primeira instância[91]. No que concerne à esfera criminal:

> Art. 12. Aos Juizes de Paz compete:
> [...]
> § 4º Proceder a Auto de Corpo de delicto, e formar a culpa aos delinquentes.
> § 5º Prender os culpados, ou o sejam no seu, ou em qualquer outro Juizo.
> § 6º Conceder fiança na fórma da Lei, aos declarados culpados no Juizo de Paz. (BRASIL (Estado). Presidência da República Federativa do Brasil. **Código Criminal do Império do Brazil: Codigo do ProcessoCriminal de Primeira, 1832** p. 2).

Para consecução das prisões nos lugarejos de sua atuação, os juízes nomeavam e contavam com os *Officiaes de Justiça*, tendo duas incumbências principais: "Fazer pessoalmente citações, prisões, e mais diligências. E executar todas as ordens do seu Juiz"[92]. Os oficiais eram essenciais na captura dos "delinquentes", um braço do Juiz de Paz. Este, era impelido da tarefa de apurar, julgar, condenar ou absolver. A criação do cargo de juiz de paz nas regiões interioranas do império, é resultado de uma resposta do Estado Imperial frente a dispersão das comarcas no território das províncias. É juntamente nesse contexto, que na década de trinta do século XIX, fora construído no povoado *S. Pedro* uma "cadeia" rústica designada de "Tronco". Sobre ela:

---

[90] ARAÚJO, Raimundo Alves de. **A fabricação do Ceará e dos cearenses no transcorrer do século XIX**.In: Nas trilhas do sertão: escritos de cultura e política nos interiores do Ceará. SILVEIRA, Edvanir Maia da; ARAÚJO, Raimundo Alves de. Sobral: Edições UVA, 2017. p. 35.
[91] Segundo o Código Criminal do Império, no seu: **Art. 158,** diz que, "para julgar as Causas em segunda eúltima instância, haverá nas províncias do Império as Relações". Ver: BRASIL (Estado). Presidência da República Federativa do Brasil. **Código Criminal do Império do Brazil**, p.3. Disponível em: <www.presidencia.gov.br>. Acesso em: 16/11/2021.

[92] (BRASIL (Estado). Presidência da República Federativa do Brasil. **Código Criminal do Império doBrazil: Codigo do Processo Criminal de Primeira, 1832**. p. 2. Disponível em: <www.presidencia.gov.br>. Acesso em: 16/11/2021). Op. Cit. p. 3.

> Houve realmente, na outrora povoação de São Pedro de Ibiapina – na falta absoluta de cadeia pública – um lugar de prisão conhecido como Tronco. Era o tronco esta pristina prisão, construído de toscas madeiras,muito simples, porém bastante forte e segura. Tanto assim que se um pobre preso tivesse a infeliz sorte de pôr o pé ou a cabeça nessa antiquada prisão, e se não tivesse em seu favor uma pessoa amiga ou mesmo uma autoridade caritativa, havia – inevitavelmente – de muito sofrer e morrer sem tugir nem mugir. Nenhum preso – por maisastucioso que fosse – não encontrava no maldito cárcere meios de fugir,tal a perfeita segurança do mesmo. Por quaisquer questões de lana caprina, um infeliz preso amargurava na prisca prisão dias e dias, à vontade dos potentados que ignoravam, de todo e em todo, os sagradosprincípios da justiça, pois traziam – traçadas na cachimônia – as suas belas leis que, a bel-prazer, eram executadas. (ASSIS, 1970. p. 33).

A própria construção dessa prisão improvisada em 1854, possivelmente sem o reconhecimento e legitimação por parte do poder provincial central, representada pela capital da província – Fortaleza – denotava que, o povoado em questão, apresentava uma certa dinamicidade econômica[93] para arrecadação de impostos da sede da vila de Viçosa, sendo a unidade populacional mais significativa do termo desta vila. Em face a isso, atraía um contigente populacional de índios, caboblos, viajentes, capelões. Ora, "o tronco" era gesto autoritário e violento por parte dos proprietário locais, pois, para Pedro Ferreira (1911), desde em 1820, na passagem para o regime monárquico, o povoado de *S. Pedro* era marcado fundamentalmente pela presença de colonos brancos advindos da vila de Sobral, que fixaram-se, cultivaram a terra e integram-se no processo de miscigenação com os remanescentes indígenas locais.

É possível presumir que, "o tronco" veio "suprir" uma necessidade de controle das ocorrências criminais por parte dos proprietários de terras que começavam a se formar no local. Entre estes coronéis que estavam "germinando" na povoação, temos aqueles que, mais na frente, serão os protagonistas[94] do anseio de elevar o lugarejo em vila: a " família territorialista" dos *Soares e Silva.*

"O tronco" foi a "arma autoritária" de um povoado, num Ceará provincial marcado pela fraca atuação do estado nos interiores da província. Observamos acima, que,para tornar-se prisioneiro nesta tosta "cadeia", não requeria como condição ser

configurado em algum artigo ou inciso do *Código Criminal imperial*, bastava o capricho das autoridades judiciais e locais do distrito, assim o que quisessem. Por outro lado, no anseio de ser liberto desta prisão, o prisioneira precisava "conquistar" a simpatia das autoridades ou estar ligado a elas.Tudo isso demonstrava o quão eram frágeis e imersas na corrupção: as instituições judiciais, policiais e a aplicação da lei no Império. Em suma, talvez o troco fora prisão para os "deserdados da terra".

[93] Para Pedro Ferreira, a base da economia ibiapinense a partir do século XIX, estava sustentada em três pilares: plantações de café, fabricação da cachaça e cultivo da mandioca. ASSIS, Pedro Ferreira. **Tres conferencias: café, cachaça e mandioca.** Sobral: Typografia d' A Ordem, 1924.

[94] Sobre isso: "O Estado e suas instituições eram literalmente "um negócio de família" nestes ambientes, e a construção de tais instituições público-privadas se dava graças ao empenho direto das principais e mais influentes parentelas da região, ou seja, a família portentosa de elite era o principal foco de poder governamental nestes espaços. ARAÚJO, Raimundo Alves de. **Família e poder: a construção do Estado no noroeste cearense do século XIX** (1830-1900). Fortaleza, 2011. p. 15.

Nota-se que para Pedro Ferreira (1911) o "tronco" simbolizava o atraso, a barbárie, o que não poderia estar contido no plano civilizador, reconhecer isto também fazia parte da construção do homem civilizado. Era chegado o momento das transformações, das melhorias, o progresso não demoraria a chegar, para isso, precisava- se apagar as marcas do passado que não poderiam refletir mais em um ambiente civilizado, tudo que representasse o atraso deixaria de fazer parte deste "despertar do progredir". Os remanescentes indígenas, a antiga cadeia, como também a antiga capelinha construída, segundo os mais antigos, pelos índios e jesuítas, representariam para o autor o "incivilizado".

O tronco refletia um Ceará provincial que, apesar da existência de leis e punições legais, os crimes não eram "julgados" unicamente pela lei escrita, emanada dos órgãos oficiais, ao contrário, a lei da honra, da valentia e da vingança regiam as relações entre sertanejos, vadios, retirantes, senhores e escravos. Mesmo com a existência do "Tronco" como cadeia improvisa feita de madeira, na povoação de *S. Pedro,* o crime, a violência e os saques eram fatores onipresentes, a impunidade e a dificuldade de ter acesso aos representantes da justiça provincial, foram constantes. "O tronco" fora extinto apenas em 1878, pelo subdelegado de polícia da povoação, Manoel Soares e Silva. Os distritos (povoados) geralmente localizavam-se longe de suas comarcas, os juízes de paz e os subdelegados locais, muitas vezes, eram parentes das famílias que dominavam as regiões e estavam imersos na corrupção. No que concerne a influência dos "clã familiares locais":

> Como ponto de partida para a construção de nossa sociedade cearense, poderíamos encontrar como 'célula ancestral' para a maioria de nossas povoações determinadas famílias-troncos, ou grupos humanos pioneiros presos a terra por laços de parentesco, e de solidariedade consanguínea, que teriam se distribuído no espaço, monopolizando a posso do território , o mando político e dominando a massa de indígenas aculturados e cabras em geral. (ARAÚJO, 2015, p. 80).

Na concepção de Farias (2002), a família Soares e Silva é oriunda de Pernambuco, se estabelecem na Ibiapaba no século XVIII, mais precisamente no sítio Buriti, espacialidade que equivale ao município de Ibiapina. Francisco Soares e Silva fora Tenente da Guarda Nacional na Vila de Viçosa, tinha como vô, o segundo Tenente da Cavalaria, Miguel Wenceslau Sores, que lutou no contexto da Revolução Pernambucana de 1817. Os netos de Francisco Soares foram Manoel Soares e Silva, cuja profissão era subdelegado da povoação de S. Pedro; Miguel Soares e Silva, professor, advogado e prorietário de terras, resonsável por levar adiante as discussões em torno da viabilidade de se elevar o povoado (discutiremos posterirmente); Wenceslau Soares e Silva subdelegado em 1878, e Guadêncio Soares e Silva, dono de engenho, fabricante de água ardente e rapadura. Para Pedro Ferreira, o povoado era referência no século XIX na produção de rapadura, cachaça (FERREIRA, 1924, p. 33). O "clã Soares e Silva" representou na segunda do século XIX, a família mais poderosa sitiada na povoação de *S. Pedro.*

## 1.5. O crime e a violência como um dos fatores de petições para o surgimento de vilas no Império: o povoado de S. Pedro na mira da violência provincial.

O objetivo nuclear desse tópico, é apresentar que, um dos fatores que justificavam no Brasil Império a elevação de dado lugar a condição de vila eram as queixas locais em decorrência da expansão da violência. Visando isto, começamos com um curioso caso de um crime em conjunto, chama-nos atenção:

> Foram presos no Piauhy e remetidos para o Ihamuns, os criminosos demorte desta província (Ceará): José Ignacio Jardim, da villa de Santa Cruz; Felix Cardoso de Macedo, da villa-Viçoza; Por terem assassinadojuntamente com José Furtanato, conhecido como José

> Capeta, a José Ferreira da Luz, na povoação da Ibiapina, no dia 28 de Abril, de 1851, cortando uma das orelhas da vittma e levando para o Piauhy. (Pedro II.12 de maio, de 1853, p. 3).

No início do Segundo Império, a povoação de São Pedro de Ibiapina era um aglomerado humano integrante do termo de *Villa-Viçoza,* ambas as localidades tinham suas divisas com Província do Piauí, que facilitava a penetração interprovincial mediante as matas, os caminhos ermos, seguindo os rios, se escondendo em grutas e pedras: elementos encontrados nas condições geográficas e naturais do sopé e no cimo da Serra da Ibiapaba – contribuíam para a prática de homicídios e emboscadas. José Ignacio Jardim, Felix Cardoso de Macedo e José Furtanato, o último alcunhado de "José Capeta"[95] - os três - ao assassinarem José Ferreira da Luz, levantamos a hipótese que, possivelmente foram pagos para eliminarem este último.

A orelha de Ferreira da Luz é, de alguma forma, a prova frente aos mandatários, da concretização do homicídio. A notícia acima não elucida em relação ao julgamento punição e desfecho do crime. Suponhamos que a ocorrência fora julgada e, no caso dispuséssemos da informação sobre o desfecho do crime em questão, poderíamos avaliar em qual artigo do *Código Criminal do Império do Brazil*, de 1830, em que os assassinos "responderiam". Como o crime interligava a ação de três homens, sendo assim, versava o: "Art. 5º São criminosos, como complices, todos os mais, que directamente concorrerem para se commetter crimes", do *capitulo I, dos crimes, e dos criminosos.* Ou seja, culpabilidade do crime não é entre um réu maior e menor da infração, todos são.

Porém, imaginemos igualmente que, os três envolvidos fossem julgados e considerados integrantes de um plano de assassinato visando renumeração e vantagens advindas de seu mandatário: então, este crime, segundo o Código Criminal do Império,

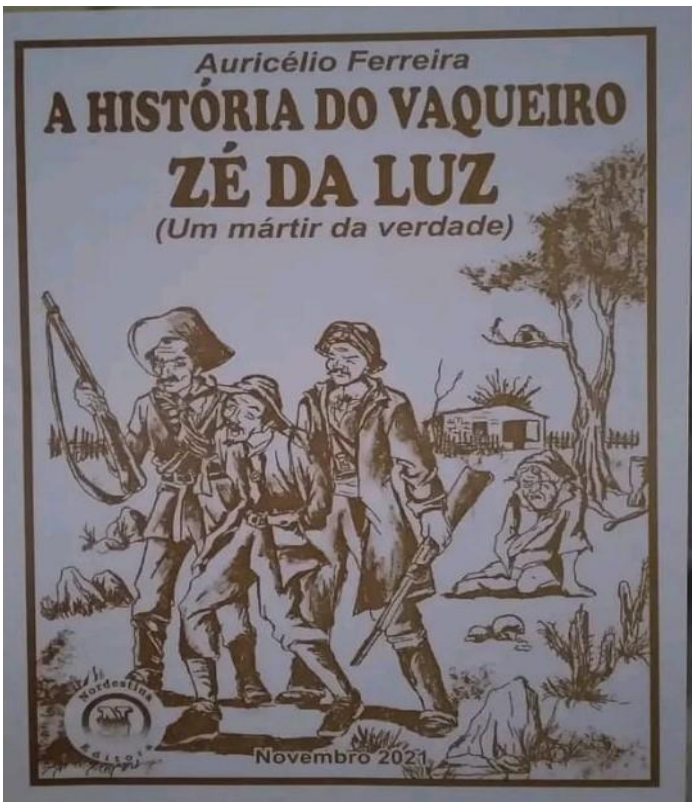
[95] Os nomes pessoais modificados podem nos ajudar a compreender que: "O nome de pessoas, suas alcunhas traziam à tona um passado de mortes ou de desejo de vingança" VIEIRA JR, Antônio Otaviano. **Entre Paredes e Bacamartes: História da família no Sertão (1780 – 1850). In: Toponímia da Violência.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

inseria-se no leque "das circumstancias aggravantes, e attenuante dos crimes"[96],

localizadas no *capítulo III*. E nossos "delinquentes" seriam enquadrados no *inciso 11* desse capítulo, ou seja, "Ter o delinquente commettido o crime por pagar, ou esperança de alguma recompensa"[97]. A prática de homicídio era prevista no: "Art. 192. Matar alguém com qualquer das circumstancias aggravantes mencionadas no artigo dezaseis, numeros dous, sete, dez, onze, doze, treze, quatorze, e dezasete"[98], cujo uma das penas eram: "morte no gráo maximo; galés perpetuas no médio; e de prisão com trabalho por vinte annos no mínimo"[99]. Como nossa fonte não indica-nos o desenrolar dos fatos julgados, a menção ao Código Criminal do Império deu-se a propósito de exemplificação dos possíveis caminhos da punição do homicídio citado.

Este homicídio que vitimou Ferreira da luz, cujo assassino fora "José Capeta", impregnou profundamente a consciência do imaginário do povoado, a ponto de até os dias de hoje inúmeos os ibiapinenses conhecem a história de "Zé da Luz" ( Ferreira luz) e seus assassinos e "José Capeta" e Cia.

**Figura – 2**
**Cordel em homenagem ao personagem Zé da Luz**




Fonte: acervo privado

O cordel ora exposto, tem como autor Auricélio Ferreira, poeta e escritor ibiapinense residente em São Paulo, na capital paulistana. O cordel tem como tempo o ano de 1854, e ambientado na povoação de Ibiapina. o único personagem com nome é apenas o protagonista Zé da Luz, que fora brutalmente assassinado por cabras vindos do Piauí. O motivo do homicídio, cosoante a história cordelista, dá-se em razão de Zé da Luz ter sido acusado injustamente de furtar cabeças de gados das famílias poderosas do povoado. No fim da história do cordel, Zé da Luz fora morto para tornar-se o bode expiatório e desviar o olhar em direção aos verdadeiros culpados, que eram ladrões e saqueadores do Piauí, que viram nele um fator de manobra para não serem descobertos.

A história de Zé da Luz reporta-nos ao assassinato de José Ferreira, morto pelo um "cabra" acunhado de "José Capeta", que como "prova" de seu ato homicída, decidiu levar ao Piauí a orelha da vítima. Possivelmente, as atrocidades desse crime impactou o povoado de tal maneira a ponto de cristalizar-se nas imagens e versões do passado acerca desse acontecido, perpassado ao longo dos anos.

Saindo do rol de um assassinato "convencional" - agora, nos reportamos a um curioso crime ligado ao infanticídio que ocorreu no povoado de *S. Pedro,* a ponto de chegar a ser notícia em outra província do Império:

> Em S. Pedro de Ibiapina deu-se um desses factos horrorosos que revoltarão a humanidade. Josepha Gomes da Silva deu a luz uma criança do sexo feminino, e ignoramos se para encobrir alguma falta ou se somente por espírito de malvadeza e perversidade, o que é exacto, é que ella matou a inocente criancinha, atirandoa-a em uma caverna, onde depois foi encontrada. Essa mãi desnaturada e barbara achava-se presa e vai responder pela sua perversidade. E' um dos casos em que a lei devia pesar com mais rigores e sobre a cabeça dessas feras, que de humana só tem forma. (Correio Mercantil: Notícias do Norte. 26 de Set.de 1867. Rio de Janeiro, p. 4).

O crime protagonizado por Josepha Gomes da Silva, engendrou comoção e indignação no redator do *Correio Mercantil*, um órgão, habituado a noticiar informações do universo econômico, preocupado com um infanticídio ocorrido em um pequeno distrito localizado nos confins da divisa entre as Províncias do Piauí e Ceará!?: dá-se o que indagar. Ora, este ilícito chocava-se com um Brasil notadamente cristão (católico), e a própria constituição de 1824 determinava o catolicismo como religião oficial – e é nessa sociedade, imersa numa moralidade cuja "prerrogativa" das mães

eram cuidar de seus filhos, amá-los, educá-los e protegê-los – que tal ação atacara os princípios. Josepha seguiu o caminho inverso, assassinar seu filho, atirando-o em precipício numa caverna.

[96] BRASIL (Estado). Presidência da República Federativa do Brasil. **Código Criminal do Império do Brazil**, p.3. Disponível em: <www.presidencia.gov.br>. Acesso em: 16/11/2021.
[97] Op. Cit. BRASIL (Estado). Presidência da República Federativa do Brasil. **Código Criminal do Império do Brazil**, p.3. Disponível em: <www.presidencia.gov.br>. Acesso em: 16/11/2021.
[98] Idem. BRASIL (Estado). Presidência da República Federativa do Brasil. **Código Criminal do Império do Brazil**, p.3. Disponível em: <www.presidencia.gov.br>. Acesso em: 16/11/2021.
[99] Ibidem. BRASIL (Estado). Presidência da República Federativa do Brasil. **Código Criminal do Império do Brazil**, p.21. Disponível em: <www.presidencia.gov.br>. Acesso em: 16/11/2021.

A "delinquente"[100] porventura poderia estar acometida de uma patologia psíquica ou atingida pela penúria de uma vida miserável e sofrida, resolvendo então, "poupar" seu filho da mesma condição, matando-o.

*Na secção II*, referente ao *Infanticidio* do *Código Criminal do Império*, Josepha, possivelmente seria sentenciada com base no:"Art. 197. Matar algum recemnascido"[101] cuja pena era: "prisão por tres a doze annos, e de multa correspondente á metade do tempo"[102]. Presumimos este possível caminho sentencial para autora do crime, porque a mesma não se enquadra nos demais artigos que tratava acerca da prática do infanticídio no Império. Mesmo após perscrutar nos jornais provinciais a causa que levara Josepha a efetuar o delito, não tivemos sucesso, ficava um ponto interrogação.

Saindo da esfera social ligada aos assassinatos, agora uma mulher como vítima, não agressora, percorramos as trilhas de um caso relacionado a agressão de uma mulher no povoado:

> No dia 1° do Corrente, no logar denominado Aráças, districto de S. Pedro, Manoel de Araujo, conhecido como por macambira, dera uma formidável surra em sua mulher por motivos frívolos que deixou-a de cama. Sendo o delinquente denunciado ao subdelegado d'ali Victoriano de tal, foi chamado a sua presença, resultando ficar este crime impune porque tendo Araujo dous bois mansos e gordos, deu um ao subdelegado Victoriano Teixeira e o outro ao escrivão João Bernardo: além d'sso insinuando para não consentir a ninguem a ver a offendida. Para não servirem de testemunhas. Na verdade ninguem ousa ir junto ao leito da soffredora porque o offesor, armado, fazendo a guarda na porta, exota a quem vai visita-la, não consentindo que os próprios irmãos d'ella vejam-na. A autoridade não procedeu a corpo delicto, e são testemunhas d' esse fato clandestino: Vicente Ferreira de Medeiros, Francisco José de Medeiros, Manoel José de Medeiros e João Damasceno Silva de Maria.. (Constituição. 9 de Jan. de 1868, p. 2).

[100] Expressão notadamente empregada nas leis da esfera criminal da época.
[101] Op. Cit. BRASIL (Estado). Presidência da República Federativa do Brasil. **Código Criminal do Império do Brazil**, p.22. Disponível em: <www.presidencia.gov.br>. Acesso em: 16/11/2021.
[102] Idem. BRASIL (Estado). Presidência da República Federativa do Brasil. **Código Criminal do Império do Brazil**, p. 22. Disponível em: <www.presidencia.gov.br>. Acesso em: 16/11/2021.

Nesse curioso e surpreendente caso de impunidade, observamos a fragilidade que as leis e a máquina jurídica tinham de fazerem-se firmes no cumprimento de suas finalidades no povoado. Tanto o subdelegado Victoriano Teixeira, quanto o escrivão João Bernardo da povoação, ambos são subornados com aquisição de dois gados, levando cada um o seu. A existência de um Jagunço a mando de Manoel de Araujo, que espreitava a porta do quarto onde a esposa "recuperava-se" da surra, denotava o poder do proprietário.

Embora evitassem que testemunham vissem a pobre mulher, esta acabou tendo a seu favor quatro testemunham locais: Vicente Ferreira de Medeiros, Francisco José de Medeiros, Manoel José de Medeiros e João Damasceno Silva de Maria. Mesmo diante disso, essas vozes foram possivelmente sufocadas e ignoradas, uma vez que quem dominava o poder de fazer valer as leis no povoado, não tinham interesse nenhum. A denúncia desse caso através do períodico cearense *Constituição,* revela a posição ideológica-partidário do órgão jornalístico, contrário aos liberais que abundavam em S. Pedro, principalmente na família Soares e Silva.

Exporemos agora um caso criminal onde a própria flora da região ibiapabana propiciava a incidência desses acontecimentos.

> Na noite de 17 do mez próximo findo no quarteirão seis paus, no distrcto de S. Pedro de Ibiapina, achando –se Antonio Dias da Silva na matta da Tarquara em espera de veados, disparou um tiro que foi empregar-se em Francisco Vieira dos Santos, que também estava na mesma matta com igual fim. E' muita cazualidade! E' cousa notável! Isso dá o que pensar! Desde o tempo do Sr. Esmerinu que essa polícia de Viçoza commnica cazualidades (*Cearense*. 16 de Out. de 1869, p. 2).

Numa sociedade de ausência quase que total de segurança por parte do estado provincial cearense, são os próprios homens, mulheres, irmãos, primos, tios, genros, cunhados e parentes em geral que formavam "exércitos privados" e violentos no intuito de se protegerem daquela sociedade brutalizada e sanguinária. A notícia acima, no fundo, fora mais caso de inúmeras emboscadas que emergiam no *districto de S. Pedro* (Ibiapina).

O interessante neste fato é que, os dois sujeitos envolvidos Antonio Dias da Silva e Francisco e Vieira dos Santos planejaram sem darem-se conta a emboscada um do outro - e hilariamente - no mesmo dia, no mesmo horário (noite), na mesma mata. Ambos alegaram estarem caçando veados na "matta da Tarquara". Esta, atualmente (2022) corresponde a um distrito da zona rural do Município de Ibiapina.

Antonio Dias da Silva e Francisco e Vieira dos Santos, "enquadram-se" no artigo 16 do Código Criminal do Império, que versa sobre circunstâncias agravantes do crime. Os dois "encaixariam-se" nos incisos: "1º Ter o delinquente commettido o crime de noite, ou em lugar ermo [...]12 º Ter precedido ao crime a emboscada, por ter o delinquente esperado o offendido em um, ou diversos lugares". (BRASIL (Estado). Presidência da República Federativa do Brasil. **Código Criminal do Império do Brazil**, p. 23).

Citamos alguns casos criminais a título de exemplificação, com intuito de mostrarmos que era corriqueiro nas assembleias provinciais, a violência como arma argumentativa nas petições e solicitações de elevação de povoados a vila. Sobre isso, um conhecido jornal cearense expunha essa "tendência geral" no Império, nas palavras do deputado provincial: Sr. Nunes Mello: "Remédio contra os crimes: passar as povoações à villas. Elevando a villa a povoação, tem-se ali um escrivão, um juiz, e será mais facil promptificar os processos. (*Cearense*. 21 de Nov. de 1872, p. 4)".

Ora, não fora apenas um "remédio" contra crimes e ilícitos diversos, mas era uma reivindicação contra as vilas que dispunham de grandes termos (territórios), como por exemplo, a Vila de Viçosa, e das imersas distâncias ao acesso das cormacas, delegacia e das várias autoridades provinciais e, sem falar da dispersão da população em concentrações desproporcionais em certos lugares dos termos.

Porém, existiam outros elementos que funcionavam como fatores argumentativos nas petições (projetos) que almejam elevar arraias, lugarejos, distritos e povoados a vila, tais como:

> as petições para criação de vilas trazem indicativos de elementos reconhecidos como legítimos para a promoção pleiteada, como extensão territorial, acesso de habitantes aos serviços das esferas de poder público e atributos de caráter fiscal. Em decorrência desses elementos, podem-se inferir a existência de outros, como proeminência populacional e econômica da povoação que se candidatava a sede de termo. (CHAVES, 2013, p. 27).

O recurso retórico de utilizar-se de elementos do que potencialmente um dado lugar poderia oferecer caso seja elevado a vila, um fora uma prática discursiva comum

entre os deputados do Ceará Imperial, em possivelmente, de boa parte das províncias do Império. “Apelavam” também para a historicidade da localidade, para seus costumes e representividade simbólica. Finalizamos esse tópico, para aprofundar no próximo questões levantadas no neste.

## 1. 6. *"S. Pedro de Ibiapina quer ser villa, cidade quer ter freguezia, quer ser tudo":* favorecimentos e objeções em torno da proposta de criação da *Villa de São Pedro de Ibiapina.*

A vila representou na história do Brasil relativa autonomia político-administrativa frente aos poderes da Coroa Portuguesa, na conjuntura colonial, e no Império, com a figura do Imperador e seu de Poder moderador. Sendo a vila um forma de iniciativa que os portugueses encontraram de viabilizar a colonização na América Portuguesa. As motivações, os “requisitos” e as autorizações de elevar povoados à esta condição variou entre a Colônia e o Império. Acerca disso, apresentamos uma singela tabela:

**Quadro - 2**

| **Autoridades com prerrogativas de criar vila na História do Brasil** | |
|---|---|
| PERÍODO COLONIAL | PERÍODO IMPERIAL |
| Reis de Portugal | A figura do Imperador |
| Governadores Gerais | Conselhos Provinciais |
| Capitães donatários | Assembleias Provinciais |

Fonte: Elaborada com base na bibliografia disponível para a pesquisa

Na Colônia, tratava-se de uma prerrogativa solicitada pelos donatários, governadores-Gerais ou Capitaões-mor a Coroa e, precisando nesse caso, de autorização das cartas régias. Por outro lado, no período monárquico, a criação das vilas era perpassada previamente por um emaranhado burocrático, sendo necessário que deputados provinciais redigissem projetos de petições que eram submetidos a votação e discussão para serem aprovados ou rejeitados nas assembleias provinciais – depois sancionada ou vetada pelo presidente da província. Com a reforma da Constituição do Império, realizada pela *lei n°16, de 12 de Agosto, de 1834*, os Conselhos Provinciais passam a ser chamado de Assembleias Provinciais, cabendo a estas: deferirem ou indeferirem petições (projetos) para elevação de povoados ou freguesias ao estatuto de

vila.

A iniciativa de fundação de uma vila nos interiores do Ceará entre os século XVIII e início do XIX, requeria, como dito, autorização régia, e, mais tarde aprovação dos deputados provinciais – e por último, a homologação do presidente da província (na segunda metade do XIX).

A necessidade de erigir-se uma vila, sendo uma iniciativa ligada, na maioria das vezes, aos interesses das famílias elitistas locais, que estabeleciam alianças com as autoridades provincianas e eclesiásticas para a concretização da passagem de um povoado/distrito à categoria de vila. Mas para isso era preciso: "Para se elevar qualquer povoado à categoria de villa, é preciso que deêm certas condições, taes como casa para Camara, para a cadeia." (*Cearense.* 28 de Jul. de 1864, p. 3)".

Tais prédios que englobavam a pequena "paisagem urbana" de uma vila, Cadeia e Câmara Municipal resultavam de doações advindas dos proprietários locais, assim nos alude Araújo (2015): "o município local nasce dentro do latifúndio de uma familía portentosa". (ARAÚJO, 2015, p. 83). A título de explicação e levando em consideração nosso objeto de estudo: o própria terreno da Capela, que mais tarde será a Igreja Matriz da povoação em 1878, o próprio prédio da futura Câmara Municipal e a Cadeia Pública da vindoura vila – foram doados em 1848 para a Igreja católica, por Pedro Francisco de Paula, sobralense e proprietário de terras estabelecido na povoação (FERREIRA, 1911).

Segundo José Murilio de Carvalho (1980), essa tendência que se configurava no império, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, há uma eclosão excessiva de nascedouro de vilas, em especial, entre os anos de 1853 – 1889, sendo nomeado de "Apogeu". ( CARVALHO, 1980). A província do Ceará e seus deputados provinciais não se furtaram de tecerem críticas a essa permanente criação de espaços políticos autônomos. Sendo assim, "Senhores, já estará n' estas circunstancias a nossa província esta tao povoada que seja preciso estabelecermos villas de legoa em leogoa ?" (*Cearense*. 11 de Dez. de 1868, p. 2)". Esta crítica advém de um dos discursos da assembleia provincial cearense, mostrando-nos que os representantes das vilas com grande território não tinham interesse de fracionar seus domínios. Talvez porque isso implicasse perca de recursos e influência de poder. Somente no intervalo de 1853 – 1889, o império teve a criação, em suas assembleia provincias, um número de 448 vilas.

Frente a isso, agora focaremos nossas lentes historiográficas mais espeficamente

na esfera local, privilegiando nosso objeto de análise. Ora, a atitude política "embrionária" que fomentará o impulso de "nascimento" do poder político-administrativo em Ibiapina e, emancipando-a da jurisdição da *Villa de S. Benedicto*, começava a ganhar gradativamente força a partir 1869, com *o Projecto n° 22*[103] que tramitava nas discussões da *assemblea provincial do Ceará*, apresentado e discutido com seus pares pelo deputado provincial Miguel Soares e Silva ibiapinense[104]. O jornal *Cearense* é enfático ao noticiar: *"A ordem do dia para hoje, alem das materias anteriores, comprehende a 1° discursão do projecto n°22, elevando a vila a povoção de S. Pedro de Ibiapina"*[105]. Em 1868, Miguel Soares e Silva, proprietário de terras[106], residente na povoação de S. Pedro de Ibiapina, elege-se deputado provincial com 25 anos de idade. Exerceu mandato pelo biênio de 1868 - 1870, tornando-se o primeiro representante político da povoação.

[103] Entre os recortes de jornais consultados, é o que encontra-se, sem a discussão tipografada, apenas indicando a data e a existência do projeto.
[104] Nasceu em Ibiapina em 1844 [...] abastado comerciante e agricultor [...] professor e advogado [...] Foi quem, na sessão de 1878, da Assembléia, apresentou o projeto elevando Ibiapina a categoria de vila, com o nome de S. Pedro de Ibiapina. Faleceu em Ibiapina a 16 de março de 1886 (Aos 42 anos). Ver: GUIMARÃES, Victor Hugo. **Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará. Fortaleza**: Editora Jurídica LTDA, 1951. p. 456.
[105] *Cearense*. Assemblea provincial. 30 de setembro de 1869. p. 2.
[106] "O Ceará da primeira metade do século XIX ainda não havia sido submetido à autoridade de sua capital. Havia subpólos regionais de poder formados pela solidariedade grupal e pelas relações de parentesco existentes entre as diferentes famílias influentes que ocupavam o espaço nas regiões "incivilizadas" da província". Ver: ARAÚJO, Raimundo Alves de**. Família e poder: a construção do Estado no noroeste cearense do século XIX** (1830-1900). Fortaleza, 2011. p. 11.

Quando o povoado de *S. Pedro Ibiapina* conseguiu eleger (1868) seu primeiro e único deputado provincial, Miguel Soares e Silva (com 25 anos) - o povoado encontrava-se nessa configuração política abaixo. No ano seguinte, o então deputado apresentava o *"projecto n° 22"*, na *"assemblea provincial"*, com intuito de elevar o lugarejo à condição de vila.

**Quadro - 3**

**Divisão político-administrativa e eclesial do povoado de *S. Pedro de Ibiapina* em 1869, ano da tramitação do projeto 22°, que visava conceder o título de vila a povoação.**

| PROVÍNCIA | COMARCA | TERMO | FREGUESIA |
|---|---|---|---|
| O povoado era uma pequena unidade populacional, integrante da Província do Ceará. | Inseria-se na comarca da Villade Granja desde1842. | Integrava o território da Villa de Viçoza desde 1759. | Estava sob tutela da freguesia da Villa de Viçoza desde 1759. |

Fonte: elaborado com auxílio da bibliografia da historiografia local

Verificamos um distrito[107] subordinado politicamente durante muitos anos, em especial, pela então *Villa de Viçoza,* onde distava dessa "12 legoas". A população para ter acesso aos aparelhos de estado, como assistência médica, política, judiciária e religiosa, precisava deslocar-se cerca de 60 quilometros, o que equivaleria a *"12 legoas".* Essa "distância" do Estado Imperial e de suas instituições impulsionava a elite local - a familia Soares e Silva - a cobiçar a autonomia do lugarejo. A esse respeito, na concepção de Araújo (2011), a aspiração da:

> Fundação da vila, a composição da justiça, da polícia, da burocracia municipal etc. eram demandas supridas pela autoridade da família portentosa da região. Isso teria feito da justiça e da lei existente nos interiores uma extensão do ego e das vontades das famílias e dos indivíduos "de posição" e de prestígio naquela sociedade. (ARAÚJO, 2011, p. 12).

[107] Os termos povoado, districto, arraial, lugarejo, eram utilizados indistintamente como sinônimos nas fontes.

As familías ligadas a terra nos interiores do Ceará provincial, tomavam cabo de dar iniciativa ao estabelecimento da ordem local, assim como demonstravam o desejo de instaurar um aparato político-administrativo autônomo, ou seja, de "fundar" vilas e instituições em suas áreas de influência. Ser reconhecidos e legitimados pelas autoridades provinciais e imperiais, faziam parte do leque de seus interesses.

A ordem e a lei no Ceará imperial, na apagada presença da máquina pública, eram imposições dos proprietários locais. Sendo assim, ainda no ano de 1869, na segunda discussão do *projecto n° 22,* que propõe a elevação do povoado de *S. Pedro de ibiapina* ao *status* de vila - os deputados provinciais debateram-se na pauta acerca da permanência ou não do topônimo *S. Pedro de Ibiapina,* na "vindoura" vila.

Miguel Soares e Silva, o então deputado idelizador do projeto, encontrou na figura do deputado Nunes de Mello, uma oposição à manutenção do toponímo já existente a tempo, pois segundo seu opositor:

> Sr. Presindete, não há quem deixe de render a devida homenagem ao bravo general Osorio pelos brilhantes feitos d' armas que tem praticado a favor do Brazil. Assim, pois devendo o ceará perpetuar a memoria d'esse soldado valente. Eu, como assignatario do projecto, vou manda uma emenda dando a villa que se prentende crear a denominação de Villa Herval. (*Cearense.* 26 de Outubro, de 1869. p.3).

É possivel vislumbrarmos no discurso do deputado Mello uma alusão a figura

do General Manuel Luís Osório, conhecido como Marquês do Herval, oficial no qual se atribuiu ser uma das lideranças de maior relevância do exército brasileiro na Guerra do Paraguai. Os debates em torno da elevação do povoado a vila, deu-se nessa atmosfera das notícias bélicas e de figuras "memoráveis" do Brasil Imperial. A proposta da denominação "Villa Herval" contrariava os anseios políticos e ufanistas do deputado Miguel Soares e Silva em presrvar o topônimo. Soares e Silva replicava:

> Não posso votar a favor d'esta emenda. Não tem razão nenhuma. Entendo que o nobre deputado assignatario, não quis mais do que redicularisar. (Ibiapina) E' um lugar muito conhecido que sempre foi denominado S. Pedro de Ibiapina, nome bonito, que soa muito bem e que não há necessidade de ser trocado (*Cearense.* 26 de Outubro, de 1869. Idem. p. 3).

Verdadeiros combates discursivos eram travados nas reuniões que discutiam os rumos dos acontecimentos e problemas da província. O deputado Silva faz referência ao termo "S. Pedro de Ibiapina", expressão que foi atribuída a partir de 1820, na acepção de Pedro Ferreira. É presumível imaginar que, o interesse na manutenção da nomenclatura por parte de Soares e Silva, se der pela conotação católica, uma vez que o *lócus* que circunscreve o povoado, fora anteriormente marcado pela presença de missionários jesuítas, capelas, capelões etc. Também em defensa do *projecto n° 22, na 2° discussão,* que naquela ocasião o "agon discursivo" direcionava-se nos problemas de ordem toponímica, o deputado Sr. Catunda discorre:

> "S. Pedro de Ibiapina, que há de ser uma das villas mais florescente da província, pela sua posição topographica, pelo caráter e sisudez de seus habitantes, pela sua indústria e trabalho, rica por assim dizer associada a idéa de assuntos religiosos"[108]. (*Cearense.* Assemblea provincial. 26 de outubro de 1869. p. 3).

A tática discursiva utilizada pelo deputado para esquivar-se da prática conservadora de nomear vilas em veneração a vultos militares ou aristocratas, invocava argumentos de ordem geográfica, apelava aos valores da população, destacava a diligência na labuta e disciplina do povoado e, dar relevância ao passado religioso, ligando ao lugar – tudo isso – com intuito de deslegitimar o discurso que é favorável ao nome de *Villa Harvel*, que homenagearia um general da Província do Rio Grande do Sul, sem nenhuma ligação com as tradições e história de um lugarejos localizado nos confins da divisa entre a Província do Ceará e Piauí.

Por outro lado, rebatendo os dois deputados precedentes, o parlamentar Nunes Mello contra argumentava: "E' um meio muito usado, e não há n'isto inconveniente nenhum[...] Por exemplo na corte, os nomes das ruas foram inteiramente trocados por outros que recordavam glórias militares, isto acontece em todo mundo"[109]. O deputado é enfático ao apontar a atribuição de nomes próprios ligados à "feitos históricos" de caráter militar aos logradouros, sendo assim, em alguma medida, ele porta-voz da estratégia dominante de manutenção dos sentidos preestabelecidos pelas instâncias de poder. O parlamentar mencionava igualmente, o fato de que, as "ruas da côrte" receberam designações de vultos da história do país, com intuito de viabilizar seu discurso contrário a denominação de *villa S. Pedro de Ibiapina.* Indiretamente o deputado Nunes reproduz uma versão oficializante da história e da sociedade na qual vivia. Aquela velha prática de negligência dos nomes locais e bárbaros, tão presentes no período colonial, ainda fazia-se onipresente nas visões de mundo.

Mais tarde, em 15 de setembro, de 1870, na ocasião da *3°* e última discussão do *Projecto°22,* agora impresso pelo Jornal *Pedro II,* O deputado provincial Araujo Lima discursava:

> Sr. Presidente, nenhum interesse, ou utilidade publica eu vejo que possaautorizar a adopção do projecto que que se discute. A povoação de S. Pedro de Ibiapina não oferece uma só das condições que se deve ter em vista da creação de uma villa. Se se considera o pessoal que constitue a povoação, ve-se que além de muito pequena, é inteiramente inapta par ao exercício dos cargos que sao exigidos em uma villa. (*Pedro II*. 15 deset. de 1870. p. 2).

Na acepção do parlamentar, o povoado de *S. Pedro* não dispunha das "condições que se dever ter em vista da "creação de uma villa": seu discurso nos traz uma série de imagens da condição social e e econômica no qual o povoado se encontrava na época. A população era mestiça e uma "incipiente" elite branca (advindos da Villa de Sobral), a ausência de uma instrução pública consistente oferecida pelo governo provincial e uma economia assentada no consumo interno.

Não existia tanto período colonial, quanto império, critérios seguros para se avaliar se um arraial, districto, povoação estão em condições de tornam-se vilas, pois "foi a família proprietária, e não o governo imperial que tomou a iniciativa de construir a maioria das vilas do sertão cearense entre os séculos XVIII e XIX." (ARAÚJO, 2015, p. 82). Mesmo inexistindo uma orientação oficial e diretrizes para dar foro de vila a

povoados, podemos sugerir algumas pistas encontradas em critérios legados e regidos pela própria tradição, como: os logradouros para tornar-se vilas precisavam ter relevante número populacional, variedade comercial e diferentes prestações de serviços – características essas que, o povoado em questão não apresentava na época.

---

[108] *Cearense.* Assemblea provincial. 26 de outubro de 1869. p. 3.
[109] *Cearense*. Assemblea provincial. Op.cit. p. 3

Ainda no que tange a problemática dos embates discursivos em torno da (in)viabilidade da "invenção"/criação da vila a ser denominada de S. Pedro de Ibiapina, o deputado Araujo Lima discorria:

> [...] Pelo lado material, observa-se também que não tem, e nem é de esperar que tenha tão cedo as proporções indispensaveis para elevação a categoria de villa. Um numero muito limitado de casas velhas, arruinadas e quasi todas cobertas de palha, forma todo material da povoação de S. Pedro de Ibiapina (*Pedro II*. 15 de Setembro, de 1870. Op.Cit. p. 2).

Aqui, verifica-se a exposição de problemas de ordem habitacional, que na ótica do parlamentário não se inseria no leque de "requisitos necessários" para se adquirir a condição de vila, pois acarretaria em virtude da pobreza do lugarejo, uma péssima arrecadação de impostos, que não garantiriam a manutenção da vindoura câmara municipal, de seus funcionários e serviços. O Sr. deputado Araujo Lima, concluía o discurso com sarcasmo e insinuações acusatórias em meio seu pares na naassembleia provincial cearense, que a aspiração de elevar o povoado de S. Pedro a vila era:

> [...] O desejo de satisfazer a vaidade de alguns de seus adeptos, formando na povoação de S. Pedro um nucleo político com que podessem contar para o futuro. Por todas essas considerações entendo que o projecto deve ser rejeitado e voto contra ele. Encerrada a discussão e o projecto posto a votos é rejeitada (*Pedro II*. 15 de Setembro, de 1870. Ibidem. p. 3).

Evidenciava-se uma clara menção aos interesses do deputado Miguel Soares e Silva, cuja incumbência, a "missão norteadora", segundo Pe. Sadoc (1983), ao eleger-se (1868) representante político de S. Pedro, era ascende o seu povoado de nascimento a condição de vila e freguesia. A aspiração da criação de uma vila, coincide com a formação de uma elite agrária local, que sistematizavam suas intenções políticas

quando ocupavam o poder legal,estabeleciam laços paternalistas com as populações camponeses e um "exército" de subordinados ao seu serviço.

A tentativa de Soares e Silva malogrou e, terminou o biênio de seu mandato 1868 – 1870, não conseguiu reeleger-se em 1870. Entretanto, somente dez anos após o seu primeiro mandato ,e sob as consequências da conjuntura da seca de 1877- 1879, em 1878 conquistava novamente um cargo eletivo na Assembleia Provincial do Ceará. A Assembleia Provincial do Ceará, conforme a Lei nº 16 de 12 de Agosto de 1834, era composto 28 membros. Para que um projeto de lei fosse aprovado, precisava passar por três discussões. Não temos pistas históricas, ou melhor não encontramos a *1° discussão* do *projecto 22°, de 1869.* Detemo-nos como apenas do *2° e 3° discussão,* nas quais o jovem deputado teve que enfrentar revogação de seus ideais, uma vez que seus companheiros de mandato, consideravam inviável dar foro de vila ao seu lugar de nasceça.

Eventualmente, a razão principal do fracasso do *projecto 22°* na Assembleia cearense, não se liga possivelmente a uma suposta inviabilidade resultante de encontrar-se no lugarejo gente pobre e muitas casas de palha, mas sim, pelo fato de que predominava entre os 28 deputados provinciais eleitos, integrantes do partido conservador, conhecido como *caranguejos.* O Partido Conservador: "defendia o fortalecimento do poder central e uma maior restrição à autonomia das províncias" (ARAÚJO, 2018, p 22). Por sua vez, Miguel Soares e Silva pertencia ao partido dos *Chimangos,* cuja "a identidade política deste grupo provincial estava intimamente relacionada a uma memória política local, bem como a laços personalistas" (ARAÚJO, 2018, Op. Cit., p. 17). Este grupo político ligavam-se as pequenas localidades, eram liberais a favor da descentralização política. Acreditava na possibilidade de uma máquina administrativa mais livre das intervenções imperiais nas pequenas localidades.

Com a derrota nas eleições para o biênio 1870 – 1871, em virtude de ser "um jovem e inexperiente político nas injúrias políticas, não chegou a sensibilizar os colegas para apoiar a iniciativa e concluiu o mandato sem realizar seus intentos". (ARAÚJO, 1983, p. 64). Entretato, um ibiapabano natural do povoado de *São Benedicto,* Antônio da Silva Carapeba, elegia-se para o biênio 1870 – 1871, conseguindo aprovação de seus pares na assembleia provincial, da lei N°1. 470, de 18 de novembro de 1872, criando a *Villa de S. Benedicto da Ibiapaba.* A partir de então, o povoado de Ibiapina integrou-se a jurisdição de S. Benedicto, tornando-se distrito do mesmo, depois de 113

anos sob dependência de Viçosa (1759 – 1872).

## Capítulo II

## A História na Literatira: o povoado de São Pedro no romance Santa

> Partiram, sem proteção e quase sem rumo, ao léu da sorte, com os próprios cafiotes na cabeça deixando para sempre saudoso o lar querido, em busca dos meios de subsistência. (Grifos nossos).
>
> *ASSIS, Pedro Ferreira de.* ***Santa.*** *Fortaleza: Tipographia Commercial. 1966. p 13*

### 2.1. A ibiapaba nas conjunturas das estiagens: breve esboço das representações da seca de 1877 – 1879 na História e na literatura "regionalista Ibiapabana".

Objetivo central deste capítulo é compreender o impacto sócio-político da Seca de 1877-1979, no territorio do povodo de *S. Pedro,* e posteriormente, do mesmo na condição de *Villa de S. Pedro de Ibiapina*. Esta, como discutiremos, possivelmente oriunda das consequências da seca, e com a atuação da elite local que, aproveitando-se destes efeitos para erguê-la como unidade política autônoma. Na direção desse intento, abordamos sinteticamente a estiagem nos seus contexto províncial, regional (Ibiapaba), Local (Ibiapina).

Na década de 70 do século XIX, as transformações climáticas atingiram o Ceará Provincial causando um período de longa estiagem (1877 – 1879), abrindo perspectivas para uma grande leva migratória para áreas litorâneas (Fortaleza e suas mediações) e para lugares com altitudes mais elevadas (Ibiapaba e Serras cearenses). No entanto, é bom lembrar que, não é o século XIX, que "inauguraria" os efeitos da seca no território que compreende o Ceará. Desde o início da colonização das terras alencarinas, Pero Coelho de Sousa, sofreu as agruras da primeira seca conhecida pelos historiadores. Retornando de sua expedição em 1606 (na Ibiapaba), rumo a capitania do Rio Grande do Norte, depois de três anos de contendas malogradas com os índios tabajaras e tapuais, lutas com os franceses e com o próprio clima: nesse percurso de volta perdeu diversos membros da sua

expedição, inclusive seu filho, vítima de fome e sede nos sertões tórridos das capitanias do Norte.

O primeiro registro escrito quanto a seca na região da Ibiapaba dá-se no século XVIII, no que concerne a esse fato:

> A seca de 1725, assolando quase todo o norte do Brasil, se fez sentir no Ceará de modo fatalíssimo aos seus habitantes, pela completa escassês de gêneros a alimenticios e mortalidade de seus gados. Esse facto deu lugar a emigrações succedendo que muitas famílias se viram obrigados a refurgiarem-se na Ibiapaba e outras serras, a fim de furtarem-se ao regor do cruel flagelo. (ALVES, 2003, p. 36).

A evidência histórica segunda a qual a Ibiapaba configura como região catalisadora em atrair a presença humana e a sanar temporiamente a falência econômica dos proprietários de terra, não é recente, remonta possivelmente muito antes do século XVIII, tal como averiguamos no caso de Pero Coelho, que ao retirar-se da ambiência da serra, cai em peripécias e malogros diversos. Em relação a região da Ibiapaba:

> A preferência do português pelas serras resultou no Nordeste seco, e especialmente no Ceará, uma luta permanente, até a extinção completa do indígena, pela posse das serras depositárias de caça, frutos e água, elementos fundamentais à alimentação dos primitivos donos da terra, que olhavam o português como invasor. (ALVES, 2003, p. 40).

A referência indica-nos propensão dos colonizadores do Nordeste no dercurso do período colonial, optando pelas serras, em virtude do arsenal de matéria-prima, rercusos naturais, provavelmente pela questão climática e o excedente de animais disponíveis. No caso da história do Ceará, mais espeficicamente que tange a presença dos primeiros europeus: ocupação, catequização e o processo de "ocidentalização" dos índigenas, efetuou-se na ibiapaba. Hipótese essa, defendia pelo historiador sobralense Pe. Sadoc: " A Ibiapaba Francesa deve assim constituir-se no primeiro capítulo da História do Ceará. Em verdade, a História do Ceará começou na Ibiapaba". ( SADOC, 1979, p. 27 ). Consoante sua interpretação da história cearense, os franceses precedem os portugueses na presença do território em questão e, também, no que se refere o contato e aculturação com os indígenas.

Além da consulta de fontes bibliográficas de época e relatos de viajantes, para o desenrolar desse capítulo, utilizaremos periódicos cearenses provinciais (e de outras) que deem teor na problemática, buscando situar historicamente as fontes e as ideias

disseminadas na imprensa cearense da época referentes as retiradas, a disseminação da fome, as comissões de socorros públicos e as construções de obras públicas, especificamente no que tange ao povoado e, mais tarde a vila de *S. Pedro de Ibiapina,* donde poderemos analisar conflitos sociais e as experiências de trabalho de retirantes. Em relação as fontes jornalísticas:

> O historiador escolhe o momento, torna objetivo seu propósito, pretende dar sentido, enquanto que o jornalista é o homem apressado que relata fatos juntados, que acredita entregar a vida em estado bruto, mas que a simplifica e desfigura imediatizando-a em jato contínuo, querecolhe material de qualquer jeito e inventa fontes sem poder trata- lá.[114]

O historiador é, assim como os jornalistas, um produtor de sentidos, faz escolhas, é afetado pelo seu tempo, pelas instituições que representa. Nesse sentido, a escrita da história é atingida pelas intempéries da sociedade. Diferente do jornalista, o historiador efetua uma crítica aos acontecimentos que se depara, não os conta como se surgissem espontaneamente.

O historiador transforma o oceano dos acontecimentos em fatos, racionaliza-os. Os acontecimentos narrados pela imprensa provincial, não são reflexos fiéis do que se passou naquele real que um dia se fez presente, mas é resultado da subjetividade dos jornalistas, podendo acentuar ou ocultar determinados aspectos da sociedade. Cabe ao pesquisador peneirar os discursos socialmente construídos e analisar os sentidos dos enunciados jornalísticos.

Na imprensa cearense do século XIX, a Serra da Ibiapaba foi no imaginário popular sertanejo oitocentista, um símbolo paradisíaco em meio a um sertão tórrido e "hostil à vida". A Ibiapaba, mais especificamente o povoado de *S. Pedro de Ibiapina,* representou uma espécie de imensa "ilha verde" em meio a um sertão seco. O Jornal "*O Retirante: órgão dasvítimas da secca*", sugeriu ao poder provincial cearense: "Se há lugar que mais merece aséria atenção do governo, para onde ha afluido uma popullação enorme de emigrantes é por certo a Ibiapaba*". (O Retirante.* 08 de Setembro de 1877. p. 2.)

As representações da história regionalista, produzida por intelectuais orgânicos e conservadores também não ficara de fora. O advogado Ibiapinense Coelho de Albuquerque, em um artigo intitulado a "A Serra da Ibiapaba", comparou o planalto como assemelhada: "[...] a uma grande e protetora muralha que em sêcas prolongas, se

propõe a acolher e resguardar as populaçõescircunvizinhas contra o flagelo da seca"[116]. Nessa perspectiva, a serra é vista como um grande oásis no meio do sertão, a seduzindo os retirantes a buscarem abrigo, subsistência e fixação em épocas de secas.

## 2.2 A literatura acerca da seca na Ibiapaba: o curioso caso do romance histórico *"Santa".*

A Literatura não ficara excluída de representar a dita Serra. Em um poema intitulado *"Ibiapaba"*, o escritor Pedro Ferreira de Assis, "advogou" o papel da Serra da Ibiapaba em contextos de estiagens*:* "Jóia do Ceará, 'Terra da promissão' / Tu sempre acolhes bem o pobre sofredor/ Quando, nas secas, deixa a paternal mansão"[115] Conforme a passagem citada, romanticamente, a Serra da Ibiapaba é "considerada" a terra acolhedora de retirantes, é o lugar "escolhido" além dos caminhos que levavam à Capital. Além da poesia, o romance histórico e de teor regionalistas serviu igualmente para representas as peripécias sociais experimentadas pelos retirantes. Um caso especial, é o romance *Santa (1966),* cujo trecho utilizamos como epígrafe para abrir esse capítulo.

O romance *Santa* de Pedro Ferreira fora publicado pela primeira vez em 1922 sobre forma de novela, no Jornal ipuense *Correio do Norte*. A segunda versão do romance, é lançada em formato de livro em 1966, pela editora Renascença. Sendo apresentado na livraria da editora Renascença, sitiada na rua Major Facundo, na cidade de Fortaleza. Contou com a presença de parentes, amigos, do escritor cratense Nertan Macedo, que faz a apresentação, de autoridades locais. Foram produzidos poucos exemplares da obra. É por essa razão, considerado um livro raro devido ao número restrito de exemplares reproduzidos.

A obra retrata o processo de migração que ocorreu na direção da Serra da Ibiapaba, onde milhares de retirantes exergavam a região da Ibiapaba como um oásis para ocuparem. Assim nos expõem de imediato um trecho do primeiro capítulo:

> Corria o ano de 1877 [...] Bandos de emigrantes, inda os mais números, na sua mór parte rôtos e sedentos, depois de verem – com tristura – as lavras semeadas destruídas pela ardente canícula, haviam abandonados os seus penates queridos, e – num sofrimento verdadeiramente dantêsco – procuravam asilo, não só nas brancas areias litóreas beijadas, com rigor, pelo o cadente sol tropical, mas inda **nas verdes serranias de seiva exuberantemente incomparável**. [...] Partiram, sem proteção e quase sem rumo, ao léu da sorte, com os

> próprios cafiotes na cabeça deixando para sempre saudoso o lar querido, em busca dos meios de subsistência. (Grifos nossos). (FEREEIRA, 1966, p. 13).

O narrador estabeleceu já de início da temporalidade romanesca, a saber o ano de 1877. Ano da grande seca que impactou profundamente nas estruturas sociais da sociedade oitocentista. Os retirantes ao verem *"as lavras semeadas destruídas pela ardente canícula",* (FERREIRA. Op. Cit., 1966, p. 13) partem com o intuito de fugirem daquela situação calamitosa ocasionada pela estiagem, com destino as *"brancas areias litóreas beijadas, com rigo, pelo o cadente sol tropica* (FERREIRA. 1966, Idem. p. 13). Ao partirem na jornada, os retirantes quebram os laços paternalistas das relações senhoriais, uma vez que centenas de pessoas migravam para localidades onde a incidência de chuvas é regular (Ibiapaba).

O romance histórico aqui usado como uma possibilidade fonte, teve como base para compor seus temas, as experiências de idosos ibiapinenses que testemunharam esses acontecimentos, a esse respeito:

> Os mais velhos me falavam da seca de 1877, um dos maiores flagelos pelos os quais tem passado o Nordeste. O Planalto Ibiabapano é indubitavelmente um autêntico oásis encravado entre o sertão quente e tórrido [...] As grandes secas assoladoras do Ceará não atingiam Serra Grande. Às vezes, chegavam a serra grupos de flagelados, que era bem tratados. Entretanto, a grande maioria se destinava às bandas da Capital onde supunham encontrar auxílio e proteção das autoridade (FERREIRA, 1911, p. 6)

Pedro Ferreira, baseou-se na tradição oral para explicar o processo de chegada dos retirantes à Serra. Os sertanejos, Ferreira viam a Chapada Ibiapabana como *"um autêntico oásis encravado entre o sertão quente e tórrido"* (FERREIRA,1966. Ibidem, p. 14) para recebe-los em longos estiagens e quem sabe até, servi-lhes de novo lar. No entanto, a grande maioria migrava para a Capital cearense com ilusão de encontrar lá auxílios efetivos por parte do governo provinciano.

Geralmente, os romancistas citam fatos que ocorreram no passado determinada sociedade, mas esses fatos estão envolvidos nas amarras da ficção, eles (fatos) têm um compromisso com a subjetividade do escritor e podem expressar à crítica da sociedade vigente ou evidenciar as possibilidades e versões que a História poderia ter em seu percurso. Os acontecimentos históricos surgem nos romances entrelaçados pelo

interesse do romancista, e podem silenciar ou acentua outros. As obras romanescas têm nas suas estruturas textuais analogias com o "esqueleto" historiográfico: personagens, tempo, espaço, conflitos, sonhos etc.

Ansiando melhor fornecer subsídio de compreensão, abordamos sinteticamente as características de cada personagem do romance. O primeiro se chama Paulo da Silva, que é apresentado como um típico homem do sertão, trabalhador, resistente, corajoso, mãos calejadas e com um coração cheio de esperança, mas acima de tudo um homem de fé que suporta as agruras da vida e o sofrimento do campo. E é essa vontade de viver/sobreviver que o leva a decidir a conduzir sua família a uma jornada quase "sem perspectivas" rumo a caminhos desconhecidos, mas segundo Pedro Ferreira, com o foco de chegarem ao almejado destino da região da ibiapabana (FERREIRA, 1966, p. 18).

O segundo personagem a destacar, é dona Sebastiana do Amor Divino (apelidada de Bastiana). Era esposa de Paulo da Silva, sendo ela uma mulher forte e trabalhadora que ajuda o marido em várias atividades agrícolas. Bastiana é uma mulher supersticiosa, que acredita em diversos mitos do folclore cearense, e também em rezas que tinham diversas finalidades: desde a cura de enfermidades, mal olhado, destruição de pragas e "fechamento de corpo". Além disso, ela não saia de casa durante a primeira sexta-feira do mês de agosto, pois dizia que era dia de má sorte, apesar de todas as crendices populares tinha uma fé inabalável nos princípios do cristianismo, e era uma mulher forte e valente. (FERREIRA, 1966).

A terceira personagem a apresentarmos, é Celina ou Célia, é a mais citada na obra. Filha de Paulo da Silva e Bastiana, a garota era muito bondosa e religiosa e que durante o período da migração (para Ibiapina) chorava no colo da mãe, mas que apesar das dificuldades, confortava-se quando seu pai dizia que Deus estavam com eles. Na perspectiva do enredo do romance, quando a família Silva adentra a Serra da Ibiapaba, mais precisamente na cidade de Ibiapina, houve uma rápida mudança social, donde Célia não sentia-se mais ameaçada pelos males da terrível seca (1877- 1879). A família prospera, planta roçados, constrói residência, etc.

No desenrolar do romance surge um quarto e último personagem, a figura de Raimundo Tavares, mais conhecido como Mundico, ele é apresentado como: *"um homem de alta estatura, macilento, loquaz, e, em suma, portador de um caráter ilibado".* (FERREIRA, 1966, ibidem, p. 17). Mundico estava na plena idade das ilusões e encantos pela vida, e é neste contexto que ele conhece Célia, e logo se apaixona pelos

encantos da jovem sertaneja residida na Ibiapaba. Observamos, em linhas gerais, nessa tentativa de "crítica histórico-literária" que, Pedro Ferreira imagina a ascensão social de uma família sertaneja, quando esta se estabelece no na Ibiapiba, no povoado de Ibiapina. Constrói seu romance com visões "histórico-literárias" de suas sociabilidades com velhos locais:

> A história simples, sem viso de lirismo, me narrada, em linguagem simples, por respeitável senhor [...] E eu, ouvindo atentamente a narração de tão distinto senhor, fiquei deveras simpatizado com a singularidade de minha pobre, 'Santa. (FERREIRA, 1966, p. 10).

Conluo este subtópico com esta citação, ressaltando que as sociedade tende a produzir uma série de noções sobre seu passado, ela produz representações dos acontecimentos que marcam a memória coletiva. Acredito que o *senhor* no qual Pedro Ferreira "*ouvindo atentamente a narração*" foi um indivíduo contemporâneo da *seca de 1877, foi participante de uma memória oral transmitida ao romancista* e que "*a singularidade de minha pobre, Santa*" é, no fundo, o desfecho de uma história narrada pelo *senhor e que mais tarde se tornará o título do romance e a personagem principal.* O historiador na ausência de fontes precisa ousar e apostar numa boa hipótese, afinal, não se escreve história sem uma boa imaginação. Pedro Ferreira não informa-nos o nome do *"respeitável senhor"* no qual conversou. Porém, considero que as narrações do *Senhor* "anônimo" são histórias referentes as mazelas da estiagem, do processo de migração dos retirantes para a Serra e de sua experiência de vida por se fazer presente nesse período.

É importante salientar que quem está situado em um determinado presente e escreve sobre um acontecimento do passado, tem um conjunto de noções prévias e imaginadas sobre o que foi esse passado. Pedro Ferreira está imbuído de tradições orais relativas a seca a seca 1877, e de certa forma ele procura recuperar as visões históricas a partir de conversas com senhores notáveis da cidade que viveram em suas experiências históricas a estiagem do século XIX. Torna-se rico para o historiador estudar as sensibilidades das visões históricas que as sociedades fabricam sobre si mesmas. As histórias que constituem as sociedades muitas vezes têm como porta voz os anciões que preservam a memória coletiva e cabe ao historiador problematizar essa memória.

## Capítulo III

## A família Soares e Silva: elevação e instalação da villa de S. Pedro de Ibiapina

Apesar dessas "condições paradisíacas" apresentados na literatura, nas quais os reflexos das secas não atingem diretamente as serras, que construíram a memória coletiva em relação a Ibiapaba ao longo da história , a família ibiapinense dos Soares e Silva, através da figura de Miguel Soares e Silva, não estavam tão satisfeitos com a recepção dos "emigrantes":

[114] RIOUX, Jean Pierre. **Entre história e jornalismo**. Baurú: EDUSC, 1999. p. 11.
[115] ASSIS, Pedro Ferreira de. **Ilusões.** Fortaleza: Livraria Renascença, 1973, p. 29.
[116] GIRÃO, Raimundo. FILHO, Antônio Martins. **O Ceará.** Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara,2011. p. 397.

> Estamos em plena secca. Os legumes nos sertões visinhos perderam-se todos, os da serra, apesar da frescura, estão a perder-se por falta de uma pequena chuva. Não ha pasto no sertão de forma que sobem as dezenas os emigrantes para a serra, em busca de refugio a fome. Muitos chegam em estado tão miseravel que causa dó e comiseração. Si não tivermos socorros publicos, morrerá muita gente de fome. O que porem, para mim, julgo peior, são os furtos que vão aparecendo em grande escala praticados por uma horda de vadios e preguiçosos, que de envolta com os emigrantes invadem a serra. E' preciso já e já, uma força de 20 a 30 praças, commadadas por um offcial distinto, que auxiliando as autoridades garanta a nossas propriedades e obrigue a trabalhar esses vadios (*Cearense.* 29 de abril, de 1877, p. 3).

Com suas palavras o coronel Miguel Soares forja uma representação imagética do sertão desolante, possivelmente almejava constratar com o cenário da Serra. Os retirantes tendiam se fixar quando encontravam as condições favoráveis para levar a vida. E tais condições podiam ser encontradas em *S. Pedro*, onde essas famílias sertanejas que subiam a pé a serra, por ladeiras extremamente perigosas e pedregosas, onde ladrões e assassinos os espreitavam, chegavam cambaleantes e fracos das grandes caminhadas, como "míseros esqueletos ambulantes seguiam a pé, a tétrica jornada" [117]. Ora, os retirantes são sujeitos sociais que surgem quando as relações econômicas dos homens no semiárido não estão de acordo com as possibilidades dos recursos naturais. Dessa forma, "jamais permitiram uma relação com tais limites de modo a garantir para todos os homens uma vida segura diante da irregularidade de chuvas[118].

O que chama atenção é, o chefe político local, Miguel Soares, mostrar reocupação em maior grau com as propriedades da aristocracia da região, ao invéns das consequências da realidade humanitária trazida pela seca. Esta é um fenômeno de natureza sócio-político, tem ligações com a concentração de terras, ou seja, não é a seca enquanto fenômeno natural que ocasiona miséria, mas as relações entre os sujeitos de um sistema de poder. O líder político em questão, apesar de derrotado nas eleições provinciais do biênio (1876-1877) para cargo de deputado provincial - sendo assim mero coronel[119] local - engaja-se nos problemas que a seca de 1877 – 1879, trouxe ao distrito *de S. Pedro*, visando angariar apoio e prestígio político. Para Miguel Soares, os furtos e saques eram uma questão a mobilizar as forças policiais na sua resolução. A migração (retiradas), não um é um fenômeno social novo na história do Ceará:

[117] ASSIS, Pedro Ferreira de. **Santa.** Fortaleza: Tipographia Commercial. 1966. p. 44.
[118] NEVES, Frederico de Castro. **A seca na história do Ceará. In: Uma nova História do Ceará**. (Organização, Simone de Sousa). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000. p. 83.

> A emigração foi a primeira atitude assumida pelo homem ante a manifestação da sêca. Os indígenas (cearenses) fugiam para as serras. Os colonos, seguindo o mesmo destino, igualmente procuravam nelas abrigar-se, onde a água era abundante e a terra proporcionavam recursosfáceis[120]

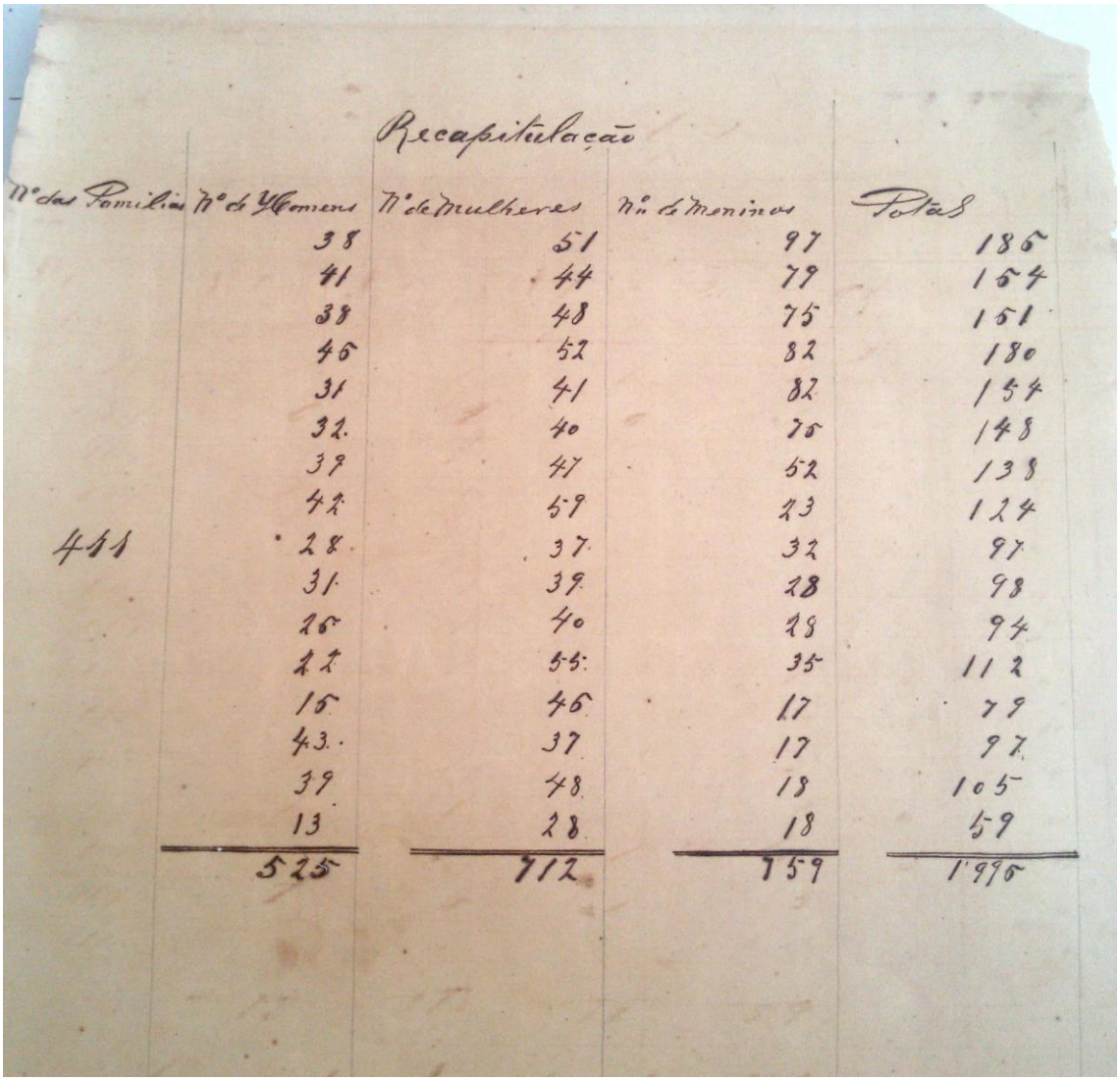
Nessa migração para um revelo e condições naturais distintas de seus lugares de proveniência, os retirantes não tinham outra alternativa imediata senão flertar com as condições "fáceis" que o lugar oferecia: seja trabalhando para um proprietário de terras, em obras públicas, ou até mesmo "ingressando" na vadiagem" (expressão da época) e atos ilícitos. A própria "denominação 'retirante' tinha um sentido pejorativo, fazendo alusão à retirada dos rebanhos de gado, sendo atribuída a todos os desvalidos socorridos fora dos seus municípios de origem, o que incitava a animosidade local" (SOUSA, 2009, p. 191). Porém, quando subiam as serras, já castigados pela urgência de alimentarem-se, prativam a "caça, as raízes, frutos silvestres e furto nas lavras"[121]. A respeito disso, o periódico cearense conservador, *Constituição,* através das reivindicações reacionárias de Miguel Soares:

> O planalto da Serra da Ibiapaba, desde Viçosa até Campo Grande, são

> estes ospontos principaes da pequena lavoura, que e' explorada apenas para o consumolocal de modo que sobrevindo um anno de secca, têm estes lugares uma importância passageira que população adventícia dá, mas que logo desaparece pela permanecia e accrescimo da poplução, que ultrapassa os limites da hospitalidade, invadindo e destruindo as poucas plantações (...) A emigração cresce de uma localidades para outras e invade a propriedade dos mais abastados (*Constituição,* Fortaleza, 29. Maio. 1877, p. 2).

Nesse contexto, a elite da região da Ibiapaba terá em um pequeno povoado integrante do termo da vila de São Benedito (desde 1872) – seu porta-voz: o ibiapinense: Miguel Soares e Silva. Este, presumivelmente ressentido pelas mudanças trazidas pela estiagem, não poupava críticas aos retirantes, vendo-os como caso de polícia e de controle do estado provincial. No fundo, a preocupação elitista,era com suas posses, a leva de despossuídos que chegavam, deveriam ser entregues aos "cuidados" do Estado. Saqueando em busca de subsistir, os retirantes destruíam e invadiam as plantações na Chapada da Ibiapaba. Essas populações flageladas apostaram numa nova vida na serra. Apesar da sua indiferença diante dos reais problemas da população migrante, Miguel Soares e Silva, aproveitara-se da conjuntura para promove-se politicamente. Para termos uma ideia do quantitativo de famílias que foram recepcionadas no povoado *de S. Pedro,* em outubro do ano de 1878, observemos o a tabela provincial abaixo:

**Figura – 3 Relação das famíias de retirantes chegados em S. Pedro**



Recapitulação

| Nº das Familias | Nº de Homens | Nº de Mulheres | Nº de Meninos | Totaes |
|---|---|---|---|---|
| | 38 | 51 | 97 | 186 |
| | 41 | 44 | 79 | 164 |
| | 38 | 48 | 75 | 161 |
| | 46 | 52 | 82 | 180 |
| | 31 | 41 | 82 | 154 |
| | 32 | 40 | 76 | 148 |
| | 39 | 47 | 52 | 138 |
| | 42 | 59 | 23 | 124 |
| 441 | 28 | 37 | 32 | 97 |
| | 31 | 39 | 28 | 98 |
| | 26 | 40 | 28 | 94 |
| | 22 | 55 | 35 | 112 |
| | 16 | 46 | 17 | 79 |
| | 43 | 37 | 17 | 97 |
| | 39 | 48 | 18 | 105 |
| | 13 | 28 | 18 | 59 |
| | 525 | 712 | 759 | 1996 |

Fonte: APEC. Caixa 10. Fundo: Governo da Província. Comissão de socorros públicos. Localidades: letra I. 1878.

A "preocupação" com os pobres e os meios de racionalização de suas vidas, de controle, de assistência, aquilo que Michel Foucault designou de biopoder (FOUCAULT, 1993), era previsto nas disposições gerais da constituição do Império: "Art. XXXI. A Constituição tambem garante os soccorros publicos". (*Constituição Política do Brasil*, 1824, p. 15). As secas na Província do Ceará afetaram a instituição familiar, dispensando-os para diferentes destinos. A contagem do número de famílias migrantes que adentram o povoado fora feito pelos dois representantes natos e residentes nos lócus em questão, Capitão Miguel Francisco Soares e Manoel Vicente Ferreira Cabral.

Podemos observar uma preponderância do número de mulheres em relação aos

homens e menino (a)s. Aquelas que, muitas vezes testemunhavam a morte de seus filhos vitimados pela fome e o assassinato de seus companheiros, em emboscadas e rivalidades, todos imersos no contexto social da violenta e belicosa província do Ceará, como constatamos ao longo desta pesquisa. Todos esses dispositivos de controle (FOUCAULT, 1993) através de censo, gráficos, tabelas, documentos, leis, visam acarretar da máquina pública interesses de ordem privada. Acerca disso:

> A seca foi 'descoberta' em 1877, como um tema que mobilizava, que emocionava, que podia servir de argumento para exigir recursos financeiros, construção de obras cargos no Estado etc. O discurso da seca e sua "indústria" passam a ser a "atividade" mais constante e lucrativas nas províncias e nos estados do Norte, diante da decadência de suas atividades econômicas principais: açúcar e algodão. (ALBUQUERQUE JR, 1988, p. 13).

[119] LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**.3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.
[120] ALVES, Joaquim**. História das Sêcas (XVII a XIX).** Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara,2003.
p. 41.
[121] NEVES, Frederico de Castro. A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará. Rio deJaneiro: Relume Dumará, 2000. p. 28.

As atividades econômicas sobre as quais as províncias do Norte se apoiava, tais como o açúcar e o algodão, foram impactadas pelas consequências da Guerra de Secessão, nos E.U.A. No entanto, com o fim da Guerra em 1865, as províncias do Norte perderam mercado para os americanos. Já o açúcar tem sua produção dependente dos engenhos e de um solo fértil, qualidades encontradas em Pernambuco. Apesar disso, o açúcar nortista em fins do século XIX, foi perdendo mercado internacional para as colônias europeias localizadas na Ásia. Portanto, todos esses fatores contribuíram para que, as bancadas políticas representantes das províncias nortistas "forjassem" uma nova "arma argumentativa" para se conseguir mais dinheiro público, a saber: o problema da seca. Daí em diante, as irregularidades de chuvas, característica típica do semiárido, transforma-se em "imagem-trágica" para despertar a "consciência solidária" dos políticos do Sul, no intuito de se conseguir homologação de verbas de socorro.

As constantes ressaltações acerca da migração, é um bom exemplo de como essas elites locais criavam uma "cenas sociais" de iminentes tragédias:

> A emigração tem aumentado gradualmente, a ponto de calcular-se subirem a serra cem emigrantes por dia! A maior parte deles à pé e famintos todos. Essa emigração converge essencialmente para dous districtos de paz de que se compõe p termo de S. Benecdito: S. Pedro e S. Benecdito e tem razão de assim proceder, por são acoplados na parte mais fresca e ubérrima da serra, com grandes brejos onde se pode plantar toda sorte de cereas, ainda mesmo em plena secca e havendo trabalho cativo, podemos em 4 mezes ter recursos para sustentar 50 mil pessoas. (*Cearense*. Secca na Ibiapaba. 31 de Maio de 1877.p. 1)

Com base no apresentado, através do periódico o Cearense (no qual era simpatizante), Miguel Soares nos informa um número surpreende de retirantes chegando na Ibiapaba, cem por dia. O que chama atenção, é o destaque que concede aos dois distritos da vila de S. Benecdito: o distrito de paz de S. Pedro e o de S. Benecdito (às vezes, a sede das vilas tinham o mesmo nome das localidades de seu território), por ser essas localidades possuidoras das porções territoriais mais atraentes da serra, no seu entender. Esses andarilhos, agora "fixados" de maneira vulnerável, podiam plantar, trabalhar para chefes locais. Sem significar no fundo, uma ascensão social, mas a manutenção da ordem e dos privilégios locais.

Uma menção significativa se faz necessário pontuar, a realidade da escravidão. Os livros de história local marcados por uma pegada ufanista, não fazem referência a escravidão ao longo da história de Ibiapina. No entanto, a mesma se fez presente. Analisando fontes que por razões de delimitação temática não cito-as aqui, pude vislumbrar uma série de crimes atribuídos a cativos fugidos no território do distrito ora estudado. Fomos descortinar pela primeira vez dados acerca da escravidão em Ibiapina no Jornal do Recife, periódico da Província de Pernambuco. A abolição dá-se em 11 de outubro de 1883, contando com um número de 135 cativos, na sua maioria propriedade da família Soares e Silva. (*Jornal do Recife.* Abolições. 5 de março de 1884. P. 2). O tema da escravidão é uma lacuna na historiografia a respeito da região da Ibiapaba.

A respeito da assistência privada por parte da família Soares e Silva: "Todos nós temos dado terrenos próprios de plantação a essa pobre gente, e fornecido-lhes sementes, faltam-lhes porem munição de boca em quanto não chegam os recursos da terra". (*Cearense*. Secca na Ibiapaba. 31 de maio de 1877. Op. Cit. p. 1). É possível verificarmos nessa passagem, que houve por parte de Miguel Soares e Silva, a concessão de terrenos aos "indigentes", talvez movido em acarretar um capital político e estender sua zona de

influência carismática. A crescente chegada de retirantes trouxe para o distrito o desafio de alimentar inúmeras família, uma vez que a pequena produção de subsistência de um lugarejo subordinado a Villa de S. Benedicto dificilmente daria conta suprir as necessidades dessas pessoas, aguardando assim, uma "resposta" do governo provincial. Na voz de Miguel Soares, quando não conseguia inserção na sociedade local ou trabalho nas terras de algum senhor, os chefes familiares "percorriam as ruas esmolando o pão para passarem o dia" (Cearense. Secca na Ibiapaba. 31 de maio de 1877. Idem. p. 1)

### *3.1 "A comissão da fome"* e a atuação de Miguel Soares na Imprensa provincial cearense.

Como discutimos, as sendas da Ibiapaba representaram na História das secas no Ceará uma opção de destino, uma forma de as camadas populares enfrentarem os danos das estiagens, sendo a região adejtivada pelo o escritor Pedro Ferreira de Assis de *"A Canãa do Nordeste* [122]. A região cujo resultados negativos das secas não se faziam tão presentes. Pedro Ferreira de Assis salientava a singularidade da região: "É na Ibiapaba onde se contemplam as mais importantes cascatas do Ceará"[123]. Observa-se que é a Ibiapaba, um dos lugares da Província do Ceará que poderia "oferecer" aos homens do sertão em épocas de estiagem condições de fixação, e provocou ao longo do século passagem do século XIX, considerável aumento populacional da região, em destaque à Ibiapina, onde os retirantes subiam "por sendas estreitas e pedregosas, aos píncaros verdejantes da imponente Ibiapaba*"*[124]. O governo provincial, no intuito de "sanar" as consequências da fome no povoado, nomeia:

> Uma commissão em S. Pedro de Ibiapina, composta por Srs. Capitão Miguel, Francisco Soares e Manoel Vicente Ferreira Cabral para incumbir-se da distribuição de socorros publicos aos emigrantes que para alli tem affluido e aos quaes serão empregados em alguma obra de utilidade publica. Vão ser remettdidos para ali (S. Pedro) os seguintes socorros: 20 saccas de arroz, 20 de feijão e 4 atados de carne" (*Cearense:* Socorros aos indigentes. 7 de Jun. de 1877, p. 2).

As comissões de socorros públicos foram uma resposta de ação assistencial, autorizada e financiada pelo governo provincial cearense visando saciar a fome e os problemas mais urgentes dos "emigrantes" mais atingidos. Eram delegados para essas funções as figuras,em geral, mais conhecidas de seus rincões. Um exemplo, é o Capitão Miguel Francisco Soares, subdelegado local e irmão de Miguel Soares, residentes na

povoação de *S. Pedro* . A família Soares e Silva expunha sua influência dominadora no povoado. Porém, a "hospitalidade do governo provincial" não era um gesto esvaziado de imposições e destituído de interesses, pois:

[122] ASSIS, Pedro Ferreira de. **Santa.** Fortaleza: Tipographia Commercial. 1966. p. 45.
[123] ASSIS, Pedro Ferreira de. **Primazias da Ibiapaba**. Fortaleza: Revista do Instituto do Ceará, 1974. p. 118.
[124] ASSIS, Pedro Ferreira de. Idem. p. 117.

> Somente aqueles que não puderem prover aos meios de sua subsistênciadeverão ser proporcionados gratuitamente, destinando-se aos demais osmesmos socorros *como prêmio do trabalho* que o governo compromete-se aoferecer-lhes em obras de utilidade (**Ofício** de 20/04/1877 e Circular de 17/04/1877, IJJ9 188, Ministério do Império, AN. Apund Tyrone Cândido, 2014). [125]

Tais relações se esboçavam na posse da terra, que estava concentrada nas mãos de uma elite agrária minoritária, sendo assim, muitas vezes poços, açudes e rios encontravam-se nas propriedades dessa mesma elite. Sendo assim, os camponeses, não tendo facilmente os recursos que lhes possibilitem subsistir, partem a pé pelas estradas na tentativa de encontrar alimento e repouso. Nesse contexto, quais as estratégias[126] foram empreendidas pelas autoridades locais para impor submissão aos retirantes? A imprensa da época nos fornecem pistas, uma vez que o títulos das manchetes já traziam consigo as possíveis atitudes tomadas pelas autoridades serranas, ou seja, "*Trabalho e não esmollas"*, acerca disso:

> O fim principal da administração publica no Ceará, deve ser, não somente dar applicação a muitos milhares de braços que actualmente necessitam dos recursos do Estado, mas, antes de tudo, fazer convergir os empenhos dessas forças vivas para execução de empresas, capazes de preparar um futuro melhor à esta Província, no caso, provavel de novas crises (...) Mas não é justo visar somente aos interesses da mais importante cidade da Província e suas immediações. Seria isso um disserviço a muitos milhares de individuos que não emigraram para a capital, mas preferiram a região da Serra da Ibiapaba (*Cearense*, 12 deAbr. de 1877, p. 1).

Observamos a partir dos discursos[127] que o periódico nos dispõem, que um dos interesses das autoridades provinciais era converter retirantes em força de trabalho no intuito de construir obras de socorros públicos. Tal medida visava afastar as multidões

das práticas consideradas criminosas, de saques e da vadiagem repudiadas na sociedade cearense oitocentista, uma vez que os jornais noticiavam diariamente os comportamentos heterodoxos dos retirantes em toda a Província. A respeito da insuficiência dos socorros públicos que chegam ao distrito de S. Pedro:

> A emigração só n' este termo é actualmente calculada em 10 mil alma se continuará aos milhares. Parece que não ficará ninguém no sertão.

---

[125] **Ofício** de 20/04/1877 e Circular de 17/04/1877, IJJ9 188, Ministério do Império, AN.
[126] CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: artes de fazer**. Rio de Janeiro; Ed. Vozes, 1998.
[127] FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.** Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

> Como suprir esse povo cheio de todas as necessidades? Apenas aproveitamos algum legumes, parte perdeu-se. O povo que chega trabalha nos brejos, mas como viver sem recursos 6 ou 8 mezes, até que chegue a colheita? O governo pode fazer celeiro de viveres na Granja, mas como conduzir-los de agosto em diante no espaço de 20 legoas n'um sertão abrasado? E' grande a calamidade, é enorme. (*Gazeta de Noticias.* Rio de Janeiro. 10 de Jul. de 1877, p. 2).

Miguel Soares, mediante o jornal carioca acima, reivindicava atitudes do governo provincial cearense, frente a um cálculo de 10 mil retirantes fixados em *S. Pedro* (segundo Soares). Ao seu ver, *S. Pedro* não dispunha de recursos alimentícios capazes de alimentar a "população migrante" durante o intervalo de oito meses. As grandes retiradas traziam novas realidades sociais a esses sujeitos, iam trabalhar muitas vezes em condições nas quais não tinham experiências, em brejos, obras. De agricultores a " pedreiros" transformavam-se por questões de sobrevivência. Ainda sobre a questão da insuficiênciade recursos de "generos", no contexto da povoação de S. Pedro - Miguel Soares e Silva, líder político local, "denunciava":

> Como se sabe, o presidente nomeou aqui uma commissão de 2 membros para distribuir socorros aos emigrantes indigentes e a quem mandou pagar a quantiade 500$00 e alguns generos. Isto porem está a concluir-se; Segundo meus cálculos, tendo como tem o districto 10 mil emigrantes, quase todos os recursos, esses socorros são uma gotta d'agua no oceano. Não pode fazer idéa do estado que chegam esses infelizes, cobertos de andrajos, famintos e desvairados, que não ser esses poucos auxílios e os recursos naturaes da serra,já contar-se-hia por centenas as victimas da fome. Os generos tem subido desmarcadamente a qualquer instante ficaremos segregados do resto da provincia pela falta de pasto e agua nos caminhos a percorrer.

> Estamos com os olhos fitos nos poderes providenciaes, afim de attenuar tão tristes effeitos. (*Cearense:* Socorros públicos. 30 de Agosto, de 1877, p. 3).

A fome parece ser nessa circunstância histórica, o espectro a circular pelo povoado de *S. Pedro*, em decorrência da negligência, segundo Soares e Silva, dos "poderes provinciaes". Estes "tem subido desmarcadamente", sem datas fixas, sem assegurar a quantidade enviada para o lugarejo em questão. Para Soares e Silva, testemunha e figura de destaque daquela sociedade, a comissão protagonizada por seu irmão Francisco Soares e Silva e Manoel Vicente Ferreira Cabral, escrivão de polícia, falhou na distribuição de comida para a população "emigrante". O fracasso da comissão fora tão desastroso que, Miguel Soares, mediante um jornal pernambucano amplamente conhecido pelas autoridades nortistas, faz uso de seu "capital político"[128], e " denunciava" agora a concretização de suas previsões caso o poder provincial cearense não intervisse no povoado:

[128] DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX.** São Paulo: Globo, 2005.

> Já morre muita gente de fome na Ibiapina. Os poucos recursos fornecidos pelo governo, acham-se totalmente findos e os recursos naturaes da serra desappareceram quasi por encanto. Não ha farinha, não ha rapadura, não ha milho e nem feijão, nem cereaes de especie alguma; a alimentação quase geral é a massa de côco, e mais comidas silvestres. (*Diário de Pernambuco*. Notícia da Provincia do Ceará.19 deFev., de 1878, p. 2).

Transformados em andarilhos devido as relações sociais específicas e excluídos economicamente dos meios campestres de produzir para si mesmos, despossuídos de terras, os retirantes formavam um grupo marginalizado e faminto na sociedade cearense da segunda passagem do século XIX. Mesmo oriundos de diversos lugares da Província, os retirantes tinham algo em comum: eram homens geralmente de trabalhos campestres, pobres, analfabetos, esmagados pelo estado, em geral, estavam na maioria das vezes em processo de deslocamento a pé pelas estradas provinciais do Ceará.

A maioria dos historiadores compartilham do consenso que ano de 1877 – 1879, inaugurou uma nova forma nos sentidos construídos referentes as secas. É o momento que as estiagens passam a interessar os poderes públicos. Tal discurso expressava a ideia de que a seca não era mais simplesmente um evento climático, natural, próprio da região semiárida, mas um problema social, político e econômico, onde os aparelhos do Estado

devem intervir e solucionar[129]. O governo provincial, inúmeras vezes, agia utilizando-se de alternativas repressivas de controle de recursos naturais e recrutando famintos em trabalhadores em troca de *viveres*[130].

Diante da nova maneira de interpretar a seca a partir de 1877 – 1879, como fator político, *as autoridades nortistas* buscavam verbas, ações e alternativas de contornar as mazelas dos períodos de estiagens. As classes dominantes regionais elaboravam projetos das mais diversas construções destinadas a resolverem os problemas sociais dos efeitos das secas.

---

[129] ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema a solução** (1877-1922). Dissertação de Mestrado em História do Brasil. Campinas: Unicamp, 1988. p. 5.
[130] Expressão empregada na época para designar alimentos.

O problema das irregularidades de chuvas se transformava em um problema a mobilizar as elites políticas, incumbindo-as de procurar os meios de solucionar os danos das estiagens, com as decisões de construções de espaços urbanos (Estradas, ladeiras, igrejas, cadeias, hospitais, escolas, mercados). Mas como conseguir mão-de-obra abundante para tais atividades de trabalho? Transformando os mais atingidos pelas secas em trabalhadores, mão-de-obra, isto é, os retirantes. Na acepção de Durval:

> O trabalho era um tema muito presente nos discursos do final do século XIX (...) A seca, que vai ser responsabilizada pelo o rompimento das relações de trabalho tradicionais, onde o ritmo das relação de trabalho era muito menos intenso e o nível de exploração menor, havendo uma intensa associação entre trabalho e lazer (...) Estava-se diante da formação deste mercado e da necessidade de disciplinarização desta mão de obra, adaptando-a às novas exigências das relações de trabalho o interior (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1988, p. 130).

Conduzidos para as atividades de trabalho nas obras de socorros públicos fora a "solução" encontrada pelas elites regionais de ocupar, vigiar e controlar os retirantes que vagavam pelas estradas e lugarejos. Aproveitar-se da presença de milhares de flagelados e recrutá-los ao trabalho, foi a grande jogada das elites locais para evitar um possível caos em suas zonas de poder, pois os retirantes ao ocuparem a região ibiapabana praticavam infrações diversas com intuito de garantir-lhes a sobrevivência. Ora, o surgimento de uma nova realidade de trabalho para os retirantes da seca,

rompendo assim, com as relações de trabalho tradicionais e campestres, se dá a partir da valorização internacional do mercado do algodão em meados do século XIX. As terras férteis e cultiváveis foram cercadas em grande parte da província do Ceará para atender as exigências do mercado algodoeiro, deixando sem saída milhares de camponeses que migravam para os sertões, serras e litoral.

### *3.2 "Depois da Seca, o triunfo"*: elevação e instalação da villa de *S. Pedro de Ibiapina*.

É nesse Ceará provincial marcado pelas estiagens das duas últimas décadas do século XIX, que, o então povoado de *S. Pedro*, acumulará as condições para tornar-se uma vila, que lhe foram "negadas" entre os anos de 1868 e 1870, período em que Miguel Soares e Silva, fora deputado provincial, pela primeira vez . Agora em um outro contexto histórico:

> Em 1878, dez anos após o primeiro mandanto, Miguel Soares é novamente eleito deputado provincial, cargo que, dessa vez, desempenhou por três biênios consecutivos. Com esta eleição, as esperanças da povoação se reavivaram e chegaram ao triunfo. (ARAÚJO, 1983, p. 65).

Sabemos desde do primeiro capítulo que, o coronel local citado acima, não tinha sido eleito para o biênio 1870 – 1871, foi preciso dez 10 anos distante da assembleia provincial cearense, até que, "chegou-se" a seca e, para a família Soares e Silva "fazer da seca um inverno" (expressão do romancista José do Patrocínio, para se referir da utilização das mazelas trazidas pelas estiagens como fator de ganhos privados). Conforme a citação, após conseguir sua "cadeira" na assembleia, Miguel Soares é eleito para três biênios consecutivos, deixando o cargo de deputado em 1884, ano da criação da freguesia de S. Pedro de Ibiapina, desembrando-se da tutela religiosa da Vila de São Benedito.

Quais os efeitos sociais provocou a seca para o lócus em questão, a ponto de oferece somente dez anos depois de 1869, as "razões" de criar-se ali uma vila? Ora, na concepção de Pe. Sadoc (1983), a estiagem trouxe ao povoado, reafirmando o que discutimos:

> Numerosas famílias famintas que salvas da calamidade, não mais quiseram regressar aos lugares de origem. Apesar dos problemas

> morais e sociais que a seca deixou, a povoação prosperou e o comércio se desenvolveu. Nesse tempo aproveitando-se da mão-de-obra abundante foram intensificados construções diversas. (ARAÚJO, 1983. p. 65).

É nessa conjuntura marcada por transformações de ordem demográfica, econômica e política que o "antigo sonho" do *projecto n° 22* será finalmente aprovado pela *assemblea provincial do Ceará*, uma vez que:

> A lei não nasce da natureza [...] a lei nasce das batalhas reais, das vitórias, dosmassacres, das conquistas que têm sua data e seus heróis de horror: a lei nascedas cidades incendiadas, das terras devastadas; ela nasce com os famosos inocentes no dia que está amanhecendo (FOUCAULT, 1999, p. 58 – 59).

No entender do filósofo francês, as leis não são emanações espontâneas da generosidade dos governantes, nem surgem fora de contextos e dos problemas localizados socialmente. As leis nascem sob a sombra de desafios reais. Podem ocultar interesses, ou expressar as arbritariedades e caprichos sanguinários dos "homens de estado". Em suma, a lei é reflexo de interesses. Nessa direção, cabe-nos analisar a lei de criação da vila:

> **Lei n° 1773 de 23 novembro de 1878**
> Elevando a categoria de Villa a povoação de S. Pedro de Ibiapina.
> O Doutor José Júlio de Albuquerque Barros, Presidente da Província do Ceará.
> Faço saber a todos os seus habitantes que a assemblèa legislativa provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte:
> Art. 1° - Fica elevada a categoria de villa a povoação de S. Pedro de Ibiapina com a denominação de villa de Ibiapina.
> Art. 2° - Seus limites serão os mesmos do respectivo districto de paz desmembrado do termo de S. Benedicto.
> Art. 3 ° - Fica também elevada cathegoria de villa a povoação de Mecejana com os mesmos limites da freguezia.
> Art. 4° - Cada uma destas villas terá um tabelião para o judicial e notas, acumullando todos os demais officios.
> Art. 5° - Fica revogados as disposições em contrario.
> Mando, portanto, todas as autoridades, à quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella contém. O secretario da província a faça imprimir, publicar e correr.
> Dada no palácio da presidência do Ceará, aos 23 de novembro de 1878, da independência e do Imperio.
> José Júlio de Albuquerque Barros
> (Transcrição nossa)
> (APEC. Governo da Província do Ceará. Ano 1878. Ala: leis e resoluções. Caixa 6).

No Ceará Imperial, a grande extensão da vilas possibilitavam suas franções em diversos distritos e povoados, estes se transformavam em vilas atráves de "vilas orgânicas", isto é, são aglomerados populacionais dentro de um território com grande

potencial e espaço suficiente para emergir novos núcleos urbanos autônomos. (BARROS, 2007, p. 20). Sendo que, Ibiapina "preservou" ao desmembrar-se seus limites territoriais da antiga condição de distrito da Vila de São Benedito. Curioso é verificarmos que, a povoação de Mecejana "divide" uma mesma lei de foro de vila com o povoado de Ibiapina. Mecejana fora um lugarejo nas mediações da Vila de Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção.

As primeiras vilas cearenses surgiram nas regiões litorâneas, mas à medida que as áreas interioranas (zonas do sertão e das serras) foram sendo ocupadas pela introdução da pecuária, o comércio da carne de charque e a expansão da cultura do algodão, surgiram diversas vilas no interior das províncias, inclusive algumas dessas tiveram um crescimento mais acentuado, passando a rivalizar com as primeiras vilas fundadas no litoral. Um diferencial das vilas do interior é com relação "ao controle exercido pelos grandes proprietários de terras, que tinham grande influência sobre a política e a economia local". (ALENCAR, F. A. G. de; SILVA SOUZA, 2015, p. 68). Em relação ao papel ideológico das leis:

> A lei, talvez mais que qualquer outra elaboração cultural ou institucional, forma parte por definição de uma 'superestrutura' que que se adapta as necessidades de uma infraestrutura de relações de produção. Enquanto tal é toda um instrumento da classe dominante, uma vez que define as exigências dos dominantes. Ela diz o que é permitido, e o que é crime. Confirmam e consolidam o vigente poder de classe. Assim pois, o império da lei não é senão uma máscara do domínio de uma classe (THOMPSON, 2002, p. 495).

As leis e resoluções provinciais refletiam os anseios de um país dominado pelos proprietários de terras, de um império que desconhecia a noção de participação popular nos processos eleitoreis e nas decisões mais prosaicas do cotidiano. A criação de uma unidade autônoma no lugarejo *S. Pedro de Ibiapina* não fora obra do acaso, uma vez que nas eleições para os cargos de deputados provinciais do ano de 1878, elegeram-se membros da aristocracia cearense filiados e simatizantes do partido liberal, os chimangos. O próprio José Júlio de Albuquerque Barros, presidente da Província do Ceará entre os anos 1878 – 1880, fora um integrante do partido liberal cearense.

Ora, a empreitada de Miguel Soares na elevação do povado/distrito de S. Pedro de Ibiapina a categoria de *Vila de São Pedro de Ibiapina*, em 1878, além coincidir com os anos de contexto das mazelas e incertezas da seca de 1877-1879, inseria-se igualmente,

em terreno propício de encontro de aliados, na assembleia provincial cearense. Nesse tempo, o Ceará era governado pelo presidente sobralense Dr. José Júlio de Albuquerque (como sabemos), mais tarde conhecido como, o Barão de Sobral e, coube a ele assinar e sancionar a *lei n° 1.773, de 23 de novembro, de 1878*, na qual criava e definia os territórios da vila no reconhecimento das leis provinciais. Mesmo após aprovação da vila, a imprensa cearense provincial, principalmente aquela de viés conservador, não popou comentários negativos:

> Lavrar contractos ruinosos, crear termos, elevar à villa povoados insignificantes, como S. Pedro de Ibiapina, aonde não existe quasi uma casa que não seja de palha. Eis em essencia o que vai fazendo a actual assembleia provincial (*Constituição*. 29 de novembro de 1878, p. 1).

As críticas acima são direcionadas aos deputados que compõem a assembleia provincial cearense, em especialmente, no que se refere a essa nova "safra" de liberalismo (partido) compartilhado entre eles. Estes, tendiam a partir desse ano, aprovar os mais diversos projetos de concessão ao status de vila aos povoados mais ermos e precários da província do Ceará. Tal prática político-administrativa contrariava os interesses das elites rurais que residiam em grande vilas e ligadas aos partidos conservadores.

Por hora, como sabemos, é fato assente que, a criação da vila de S. Pedro não se dá do nada, mas tem relações intímas com a grande leva de retirantes que sobem à Serra e, muitos deles foram culminar no território de Ibiapina. Foram justamente nesse tempo de intensas ondas migratórias que, o antigo povoado de S. Pedro acumulará condições sociais para converter-se em vila.

Como resultante desse contingente populacional concentrada em Ibiapina advinda das consequências do estio, criou-se um cotidiano profundamente marcado pelo crime e emboscadas. A violência e as contendas de um cotidiano brutalizado e belicoso, continuaram a fazer parte do cotidiano da Villa de *S. Pedro de Ibiapina.* Com a completa extinção da antiga cadeia denominada "tronco", será no ano de 1878 a ordem de construção de uma cadeia pública em Ibiapina, porém a inauguração dá-se em 1879, feita com verbas dos socorros públicos do governo provincial, sob a égide do Imperador Dom Pedro II, sendo ordenada a construção por ocasião do período da seca

de 1877 – 1879. Segundo Aragão (1983), a mesma teria sido no passado "palco de importantes eventos e consta nos anais das obras literárias do escritor Barão de Studart". Essa cadeia foi demolida no ano de 1991, na administração do ex-prefeito Hélio Linhares. Vejamos abaixo uma fotografia de época da cadeia.

**Figura – 4**



**Antiga Cadeia Pública do município de Ibiapina, construída pelos retirantes**

Fonte: Acervo privado

A existência dessa cadeia é consequência e reflexo, no plano das infrações, dos crimes, na dimensão dos "costumes bárbaros", advindos de cabras das mais diversos lugares da província que se alojaram e fixaram-se ao longo da estiagem no povoado e, mais tarde na vila. Era esta a interpretação de Antônio Bezerra de Menezes, viajante que percorreu em sua comitiva científica os lugares mais ermos da Província do Ceará.

Em suas andanças pela Província do Ceará, Antônio Bezerra depara-se com a vila de Ibiapina, descreve-a: "situada no ponto mais elevado do planalto da Ibiapaba, á 72 kilo metros da cidade de Viçosa, Ibiapina é uma pequena villa de trinta e duas casas de telha e setenta e duas de palha, edificadas em muitas partes separadas umas das outras". (BEZERRA, 1965, p. 118).

A distância em relação a Viçosa era um elemento muito citado pelos habitantes de S. Pedro, não por acaso que uma das reivindicações se dava em razão da dificuldade de se ter acesso ao serviço da freguesia da sede daquela vila viajante. Aqui, Antônio Bezerra descreve-nos uma vila modesta, com preponderância de casas de palhas, tão presentes na trajetória da história de Ibiapina. A presença de casas feitas de palhas foi uma característica bastante ressaltada por políticos e viajantes que passavam pela vila.
A acerca do espaço urbana da vila em 1884, e de algumas remições da consciência histórica coletiva sobre sua história:

> Tem uma espaçosa praça, no centro da qual se acha a igreja matriz, templo excellente e bem conservado, que foi erigido no mesmo logar da antiga casa de oração dos padres da companhia de Jesus, que a construiram ao tempo em que missionavam os indios desta parte da serra. (BEZERRA, 1965, Op. Cit. p. 118).

Bezerra, imbuído de visões históricas socialmente compartilhadas, reproduz a tradição segundo a qual a igreja Matriz e freguesia da vila, estar sediada onde outrora era a casa de oração do povoado, a capelinha erguido ainda pelos missionários que transitavam pelo aldeamento de Bayapina.

Sobre a matéria de construção e pintura das casas da vila:

> Em consequencia da falta de argilla apropriada ao fabrico do tijolo e da telha, em geral os habitantes servem - se de tijolos crús e cobrem as casas com folhas de palmeira, mesmo no quadro da matriz, que é a parte mais importante da villa, sendo por isso expressamente prohibido nas festas o uso de foguetes. (BEZERRA, 1965, Idem. p. 119).

Observa-se a partir dessa passagem que, a população não encontrando no território da vila matéria-prima apropriada para a construção de suas moradias, procuram alternativas no que a realidade circundante oferecia: tijolos de barro, palmeiras e palhas. Por essa razão era expressamente proibido pelos códigos de postura fazer joguetes em festas locais. Para Bezerra, o espaço da vila encontra-se maior, "pois que ha 10 annos, continha apenas tres casas de telha e trinta de palha". (BEZERRA, 1965, ibidem. p. 120). A comitiva de Bezerra esteve em Ibiapina no de 1884, significa que em 1874 (10 atrás), o lugarejo era imensamente precário no quesito de habitação, e ainda era subordinado a vila de S. Benedicto.

A respeito das peculiaridades étnicas da população da vila:

> Entretanto, alguns individuos de faces salientes, olhos pequenos e afastados, um tanto erguidos obliquamente, orelhas grandes e despe gadas, cabello duro e pouca barba, que eu encontrava pelas estradas, apresentam ainda traços de sua origem. (BEZERRA, 1965, ibidem. p. 121).

Antônio Bezerra deparava-se na villa de S. Pedro de Ibiapina com os "protótipos" de um homem comum, oriundo de uma miscigenação cabocla, resultante da marcante presença indígena na história da Ibiapaba. Conforme Araújo (2015) essas peculiaridades físicas caracterizam o caboclo. Tratava-se de gente muito simples, analfabeto, acostumada a vida dura e a reagir com coragem ante os problemas que a vida no oitocentos apresentava as camadas vulneráveis. No que concerne a postura dos camponeses residentes vila, Bezerra discorre: "Nos poucos dias que aqui me demorei, notei certa frouxidão de costumes na população, principalmente na classe baixă, que além de tudo é insobordinada e dissoluta". (BEZERRA, 1965, ibidem. p. 122).

A rebeldia na maneira de ser dos moradores da vila espantava Bezerra, em especial, os costumes e práticas das camadas mais baixas. (que era esmagadora maioria). Quanto a relações afetivas e conjugais: "Em geral é admittida com certa indifferença a mancebia, sem que por isso sejam privados de todas as considerações os que a mantém publicamente". (BEZERRA, 1965, ibidem. p. 122). A população de S. Pedro de Ibiapina, profundamente herdeira de costumes e tradições indígenas, como a prática de ter várias parceiras sexuais, ainda na segunda passagem do século XIX, essa realidade se fazia existente por parte dos homens da vila.

No que se refere a esses conjuntos de costumes, traços físicos e práticas consideradas polêmicas por Bezerra, este atribui:

> Quero crer que em grande parte, é devido esse estado lastimoso ao elemento estranho que para a serra trouxe a secca de 1877, composto de homens sem principios, sem dignidade, sem caracter, verdadeira massa fluctuante, que apparecendo aqui , como na capital , deu mostras de sua miseria, do seu atraso , de sua depravação. (BEZERRA, 1965, ibidem. p. 123).

Antônio Bezerra acreditava que a grande seca iniciada em 1877, não trouxe apenas um significativo aumento populacional, construções diversas, saques, furtos, assassinatos e violência, mas um elemento de barbárie e de maus modos para a vindoura vila. Uma cultura ralé e brutalizada "infiltrou-se" nos hábitos cotidianos da vila. Uma

espécie de “herança espiritual” tosca e precária formaria o “ethos” do ibiapinense, na perspectiva de Bezerra. Este em relação aos abusos que experimentou:

> Eu mesmo fui victima de insultos grosseiros de um ébrio, que veio a casa de minha residencia provocar -me, e, receiando repelli - lo conve nientemente, visto como ha bastante que temer da fereza d'estes cannibaes, preferi retirar -me quasi precipitadamente sem ter completado as informações de que necessitava. Não desejando demorar-me mais um instante, fiz chegar as cavalga duras, e no dia seguinte, 31 de outubro, pela madrugada deixamos Ibiapina. (BEZERRA, 1965, ibidem. p. 118).

Antônio Bezerra não foi apenas um cronista distante do que via, ou um mero contador de cousas populares. Ele mesmo fora alvo daquilo que denunciava com tanta hostilidade: a voracidade da população da vila de S. Pedro. Conta-se um monólogo dos mais velhos que, Bezerra estava justamente redigindo seus textos da comitiva, quando foi insultado por caboclos locais, que o chamaram para rivalizar em lutas físicas. Sem hesitar, o viajante não pensa duas em deixar a região de Ibiapina, afim de evitar se confrontar com situações que reprovava moralmente.

## Considerações Finais

A memória construída pelas fontes, através da voz de jornalistas, políticos, religiosos, viajantes, autoridades de polícia – em torno de Ibiapina – é uma memória ambígua e polissêmica. Ora oscila ao ressaltar: aprazilidade do seu território, a hospitalidade do seu povo, a diligência dos camponeses, os seus recursos naturais. Ora destaca-se o lado negativo do lugar: Assainatos, violência, saques, rivalidades, “costumes bárbaros”, mencebia, a fragilidade das construções do lugarejo. O próprio Miguel Soares e Silva, protagonista da emancipação política de Ibiapina na passagem do século XIX, exercia uma posição contraditótio diante do lugar onde nascera. Ora tecia críticas direcionadas a sua família e ao próprio território. Denunciava os retirantes e os perseguia, mas também os acolhia, e os concedia terras para habitar e plantar. Foi justamente esse chão cheio de ambiguidades por partes dos sujeitos que fizeram a história do município, que hoje Ibiapina pode-se dizer que tem uma “história comum” a partilhar.

Esta dissertação é a concretização de um imenso esforço, embora tímido e insuficiente, de tornar conhecido a historicidade do município de Ibiapina – Ceará, para

meus conterrâneos, curiosos e demais pesquisadores. Esse trabalho me possibilitou adquirir conhecimentos históricos preciosos e poucos conhecidos da história da Ibiapaba, sobretudo de Ibiapina. Pesquisar é sempre uma atividade desafiadora, é uma "solidão povoada" de mortos e de vivos, no dizer de Deleuze, pois é no processo de enfretamento interpretativo das fontes que se faz o historiador. Procurei em cada linha dessa dissertação esclarecer aos meus possíveis leitores acerca do papel fundamental que se tem o processo histórico que possibilitou "emergir" Ibiapina na conjuntura do Ceará Imperial.

Um texto é uma maquinaria em permanente processo de reajuste e mudanças, dizia o filósofo francês Merleau-Ponty. Este trabalho é um ponto de chegada, estará sempre na travessia, sem jamais chegar a um ponto fixo, a uma finalidade unívoca, uma vez que fontes e bibliografias estão sempre por se descobrir, "tirar seus véus", e encontrar pistas novas. Um texto histórico é um território de muitas pegadas, mãos e contribuições vindas de todas as direções.

## REFERÊNCIAS E FONTES

### BIBLIOTECA NACIONAL: JORNAIS:


BN/ HDB. Jornal Pedro II. 12 de maio, de 1853, p. 3

BN/ HDB. Jornal *Cearense.* 28 de Jul. de 1864, p. 3

BN/ HDB. Jornal Correio Mercantil: Notícias do Norte. 26 de Set. de 1867. Rio de Janeiro, p. 4

BN/ HDB. Jornal Constituição. 9 de Jan. de 1868, p. 2

BN/ HDB. Jornal *Cearense*. 16 de Out. de 1869, p. 2

BN/ HDB. Jornal *Cearense.* 26 de Outubro, de 1869. p. 3

BN/ HDB. Jornal *Cearense.* Assemblea provincial. 26 de outubro de 1869. Idem. p. 3

BN/ HDB. Jornal *Pedro II*. 15 de set. de 1870. p. 2

BN/ HDB. Jornal *O Retirante,* 08 de Setembro de 1877. p. 2

BN/ HDB. Jornal *Cearense.* 29 de abril, de 1877, p. 3

BN/ HDB. Jornal *Constituição,* Fortaleza, 29. Maio. 1877, p. 2

BN/ HDB. Jornal *Cearense*. Secca na Ibiapaba. 31 de Maio de 1877, p. 1.

BN/ HDB. Jornal *Cearense:* Socorros aos indigentes. 7 de Jun. de 1877, p. 2

BN/ HDB. Jornal *Cearense*, 12 de Abr. de 1877, p. 1

BN/ HDB. Jornal *Gazeta de Noticias.* Rio de Janeiro. 10 de Jul. de 1877, p. 2

BN/ HDB. Jornal *Cearense:* Socorros públicos. 30 de Agosto, de 1877, p. 3

BN/ HDB. Jornal *Diário de Pernambuco*. Notícia da Provincia do Ceará.19 de Fev., de 1878, p. 2.

BN/ HDB. Jornal *Constituição*. 29 de novembro de 1878, p. 1

**MANUSCRITOS – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ (APEC)**

APEC. Fundo: Governo da Capitania do Ceará. Requerimento dos Índios da Vila Viçosa Real à Coroa, 1814. Cx. 29. Livro n.º 93. fl. s/n. Doc., cit.).

APEC. Ofício de 20/04/1877 e Circular de 17/04/1877, IJJ9 188, Ministério do Império.

APEC. Governo da Província do Ceará. Ano 1878. Ala: leis e resoluções. Caixa 6.

APEC. Caixa 10. Fundo: Governo da Província. Comissão de socorros públicos. Localidades: letra I. 1878

**ACERVOS ELETRÔNICOS CONSULTADOS**

BIBLIOTECA DIGITAL DO SENADO

REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ (RIC)

**SITES CONSULTADOS**

BRASIL. Biblioteca Nacional Digital. < https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

BRASIL. Anais do Império Brasileiro. https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/ip_anaisimperio.asp.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010b. Censo 2010_Agregados por Setores Censitários. < https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>

HEMEROTECA. Biblioteca Digital do Rio de Janeiro: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/.

**Bibliografia**

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. O **Tecelão dos Tempos (Novos ensaios de Teoria da História).** São Paulo: Intermeios, 2019.

_____. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru/SP: Edusc, 2007.

_____. **A Invenção do Nordeste e outras Artes**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: As fronteiras da discórdia.** 3° Edição. São Paulo: Edições MMM, 2012.

_____. De **Amadores a Desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito do conhecimento no Ocidente contemporâneo. In**: Trajetos. Revistade História UFC. Dossiê: Intelectuais e cultura letrada. Vol. 3. N°6. 2005.

_____. **Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema a solução** (1877-1922). Dissertação de Mestrado em História do Brasil. Campinas: Unicamp, 1988.

ALVES, Joaquim. **História das Sêcas** (XVII a XIX). Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2003.

ALCÂNTARA, Rita Ximenes. **História de Minha Terra e de Minha Gente.** Fortaleza-CE, Ed: Forgrel, 2001

Anuário do Ceará. 1° volume. **História do Ceará e dos municípios**. Fortaleza – Ceará, 1954.

ARAGÃO, R. Batista. **História do Ceará – Volume 1º**. IOCE – Imprensa Oficial do Ceará: Fortaleza-CE, 1986.

ARAGÃO, Francisco Lima. Quarto C**entenário de Morte do jesuíta Padre Francisco Pinto.** Fortaleza- CE, Edição Comemorativa, 2001.

ARAÚJO, Raimundo Alves de. **Família e poder: a construção do Estado no noroeste cearense do século XIX** (1830-1900). UECE (Dissertação): Fortaleza, 2011.

ARAÚJO, Reginaldo Alves. **A parte no partido: relações de poder e política na formação do estado nacional brasileiro, na Província do Ceará.** (1821-1841). UFC (Tese): Fortaleza, 2018.

ARAÚJO, Pe. F Sadoc de. **Estudos Ibiapabanos**. Sobral – Ceará. Imprensa universitária – UVA, 1979.

_____. **História Religiosa de Ibiapina**. Sobral – Ceará: Imprensa Oficial do Ceará, 1983

BARROS, José D'Assunção. **A expansão da História**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. **Teoria da História**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

BEZERRA, Antônio. **Notas de Viagem**. Fortaleza – CE: Imprensa Universitária do Ceará, 1965.

BLOCH, Marc. Trad. Leopold Benjamin. **Apologia da história ou O ofício de historiador.** — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BURKE, Peter. **História e teoria social.** Trad. Klauss Brandini Gerhardt, Ronei Venâncio Majer. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 81.

BRÍGIDO, João. **Apontamentos para a história do Cariri**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda, 2007

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus**. 1712 - 1728. 8v.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. 4ª ed.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CÂMARA, Aurélio Saraiva. **Fatos e Documentos do Ceará Colonial**. Fortaleza – Ceará: Imprensa universitária da Universidade Federal do Ceará, 1970.

CASTELO BRANCO, Edwar; BRITO, Fábio Leonardo C.B. **Por uma escrita bailarinada história.** In: PATRIOTA, Rosângela. Escrita da História: Ver – Sentir – Narrar. São Paulo: HUCITEC, 2017.

CHAVES, Edneila Rodrigues. Criação de vilas em Minas Gerais no início do regime monárquico: a região norte. *Varia História*: Belo Horizonte, v. 29, n.51, p. 817-845, set./dez. 2013.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____**A Invenção do Cotidiano: artes de fazer**. Rio de Janeiro; Ed. Vozes, 1998.

CAMPOS, G. A. & Silva, F. M. S. P. (2018). **Polícia e Segurança: o Controle Social Brasileiro.** Psicologia: Ciência e Profissão, 38(n.spe.2), 208-222.

DELEUZE, **Gilles. Crítica e Clínica.** São Paulo: Ed. 34, 1997.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX.** São Paulo: Globo, 2005.

GOMES, José Eudes Arrais Barroso**. (Um Escandaloso Theatro de Horrores: a capitania do Ceará sob o espectro daviolência**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2010

FERREIRA, Pedro**. Album Historico D' Ibyapina**. Estado do Ceará: Typografia do Jornal a Patria, 1911.

_____. **Diccionário Histórico e Geográphico da Ibiapaba**. Ceará - Brasil: Ramos ePouchain, 1935.

_____. **Santa: Romance cearense**. Fortaleza: Tipographia Commercial. 1966.

_____. **Fatos Acontecidos**. Fortaleza – Ceará: Departamento oficial, 1970.

_____. **Ilusões.** Fortaleza - Ceará: Livraria Renascença, 1973.

_____. **Primazias da Ibiapaba**. Fortaleza: Revista do Instituto do Ceará, 1974.

FERREIRA LIMA, Jorge Luiz. **Entre caminhos e lugares do livro: gabinetes de leitura na região norte do Ceará** (1877-1919). (Dissertação em História) UFC. Fortaleza- CE,2011.

FERNANDES, Ana Carla Sabino**. A imprensa em Pauta: Jornais Pedro II, Cearensee Constituição.** Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. **Nietzsche, a Genealogia e História. In: Microfísica do Poder**. 11ª Ed. Rio deJaneiro: Graal, 1993.

_____. **A Arqueologia do Saber.** Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **A vida dos homens infames. In: Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

GASPAR, João Bosco. **Conflitos e Conquistas das Igrejas Cristãs reformadas noberço da Missão jesuítica da Ibiapaba.** Tianguá – Ceará: INTA, 2010.

GAY, P. **Freud para Historiadores**. Trad. Osmyr Faria Gabbi Júnior. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GIRÃO, Raimundo. **Pequena história do Ceará**. Fortaleza - Ceará: A. Batista Fontenelle, 1953.

_____. **O Ceará.** Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011. p. 397.

GUIMARÃES, Victor Hugo. **Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará.** Fortaleza: Editora Jurídica LTDA, 1951

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da transparência.** Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017.

HEIDEGGER, Martin. Ser e tempo. Trad. de Fausto Castilho. São Paulo: Vozes, 2012.

HELLER, Agnes. **Cotidiano e História.** Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. **Os primórdios da urbanização do espaço territorial e da vila cearense cearense – algumas notas.** Revista Anais do Museu Paulista: São Paulo, 2012.

LUCA, Tania Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, CarlaBassanezi. Fontes Históricas.** 1. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LYOTARD, Jean François. **A Condição Pós-Moderna.** Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. 5ª ed. José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1998.

MARTINS, Marcos Lobato. **História Regional. In: Carla Bassanezi Pinsky. (Org.) Novos temas nas aulas de história.** 1ed. São Paulo. Contexto, 2009.

MÁRLIO, Fábio Pelúcio. **Pequeno dicionário toponímico do Ceará.** Fortaleza: Quadricolor, 1993.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **O olho e o espírito**. In: col. Os Pensadores. São Paulo: Abril editorial, 1984.

MONT'ALVERNE, Jaqueline. **A Serra da Ibiapaba: Estratégias para um plano de desenvolvimento.** Fortaleza – Ceará: Cetrede, 1976.

MONTEIRO, André. **É preciso aprender a ficar (in)disciplinado.** *Anais do VI Simpósio em Literatura, Crítica e Cultura*, Universidade Federal de Juiz de Fora, maio de 2012.

NAVARRO, E. A. **Dicionário de Tupi Antigo**: **a Língua Indígena Clássica do Brasil.** São Paulo: Global. 2005.

NIETZSCHE, Friedrich. **O Anticristo.** Trad. Paulo Cesár de Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

NEITZEL, Adair de Aguiar. **Espaços moventes: a dinamicidade de As Cidades Invisíveis**. In: Revista Anpoll, Vol. 1, No 26. 2009. p.5.

NEVES, Frederico de Castro. **A seca na história do Ceará. In: Uma nova História do Ceará.** (Organização, Simone de Sousa). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

NOGUEIRA, Paulino. **Vocabulário Indígena em uso na Província do Ceará. Institutodo Ceará.** Fortaleza – Ceará: Revista do Instituto do Ceará, 1887.

NOBRE, Geraldo**. História Eclesiástica do Ceará.** 1ª Parte. Fortaleza: SCD, 1980.

OLIVEIRA, Almir Leal de. **A construção do Estado Nacional no Ceará na primeira metade do Século XIX;** Org. Almir Leal de Oliveira e Ivone Cordeiro Barbosa. Ed. fac-símile. Fortaleza: INESP, 2009. (Tomo I).

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Constituição Política do Império do Brazil** *(de 25de março de 1824)* Disponívelem <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 5de setembro.

RÉMOMD, René. **Por uma história política**. Trad. Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SILVA JÚNIOR, Agenor. Cidades Sagradas da "Roma Cearense" à "Jerusalém Sertaneja": a Igreja Católica e o desenvolvimento urbano no Ceará (1870 – 1920). Sobral – CE: Edições ECOA, 2015.

SILVA, Vládia da. **Formação territorial do Ceará: das 16 Vilas originais aos 184 munícipios atuais.** Goiás – Go: Bol. Goia. Geogr. (Revista Online). Goiânia, v. 35, n. 1,2015.

SOUSA, J. W. de F. **Política e Seca no Ceará:** um projeto de desenvolvimento para o Norte. Doutorado, USP, São Paulo, Brasil. 2009

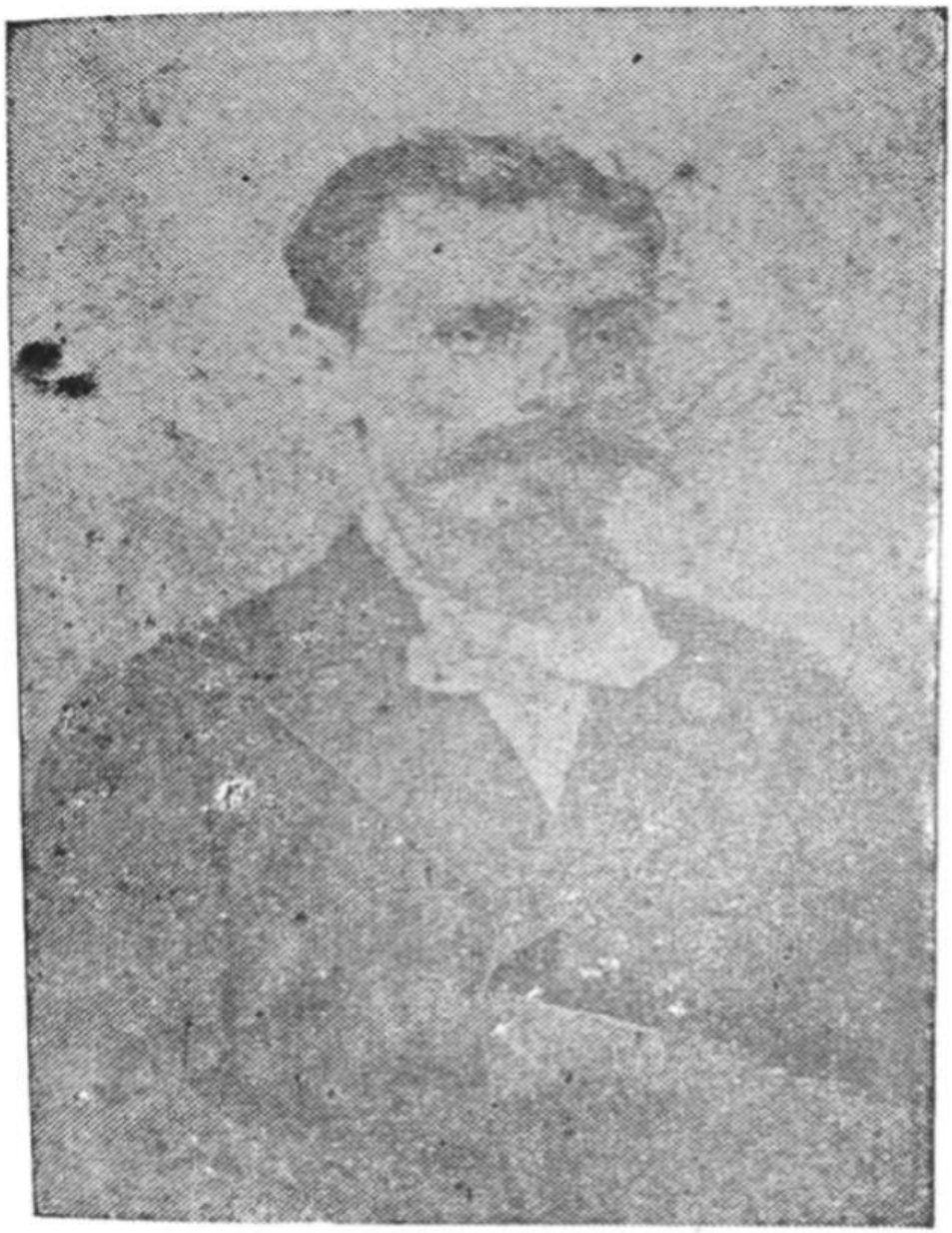
SOUZA, Simone de (org.). **Uma nova história do Ceará. In: Catequese e Aldeamento.** 4ª edição. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

STUDART, Barão de. **Datas e Fatos para a História do Ceará**. Revista do Instituto doCeará: Fortaleza, 1894.

XAVIER, Maico Oliveira "**Cabôcullos são os brancos": dinâmicas das relações sócio-culturais dos índios do Termo da Vila Viçosa Real – Século XIX.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de História,Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza (CE), 2010.

**ANEXO DE FOTOGRAFIAS**

**Foto - 1**




Chefe político Miguel Soares e Silva.
Fonte: Livro Álbum Histórico de Ibiapina

**Foto - 2**



Busto em homenagem a Miguel Soares e Silva, construído em 1938.
Fonte: Praça Miguel Soares, Centro de Ibiapina.

**Foto – 3**



Fotografia de época do escritor Pedro Ferreira de Assis.
Fonte :acervo privado da família Ferreira, ano de 1940.

**Foto – 4**



Raquel Carvalho Ferreira e Escritor Pedro Ferreira de Assis. (Cônjuges).
Fonte: acervo privado da família Ferreira, ano de 1974, um ano antes do escritor falecer.

**Foto - 5**




Busto do escritor Pedro Ferreira de Assis, Inaugurado em 2018.
Fonte: Avenida Prefeito Pedro Aragão.